

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CHINA E ÍNDIA NO SÉCULO XXI:
COOPERAÇÃO, COMPETIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL

HELENA LOBATO DA JORNADA

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CHINA E ÍNDIA NO SÉCULO XXI:
COOPERAÇÃO, COMPETIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL

HELENA LOBATO DA JORNADA
00137464

MONOGRAFIA APRESENTADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO CEPIK

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2008

Ao meu pai,

que me ensinou a viajar;

Ao Gustavo,

o melhor companheiro de viagem.

Agradecimentos

Nesses cinco anos de Graduação em Relações Internacionais na UFRGS tenho muitas pessoas a agradecer. Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no seu corpo docente e técnico, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por uma instituição federal em um país em desenvolvimento, apoiaram minhas iniciativas discentes e com certeza me oportunizaram uma formação de muita qualidade.

Gostaria de agradecer minha família, em especial minha mãe, Gisele pelo apoio incondicional ; meu irmão, Bruno, pela paciência; meus avós e tios, pela torcida e pelo entusiasmo em especial gostaria de agradecer à Tia Bela, pelas grandes discussões acadêmicas e políticas que muito acrescentaram em minha formação pessoal e profissional. Agradeço também a família do Gustavo pela amizade, apoio e paciência. Por fim, gostaria de agradecer ao meu padrinho Walter Herz, (*in memorian*), por ser a minha maior inspiração como ser humano, e ao meu pai, Antonio Carlos Herz da Jornada (*in memorian*) que mesmo sem saber, foi quem me fez amar às Relações Internacionais, além dos Beatles e da boa mesa.

Gostaria de agradecer a todos os grandes amigos que fiz nesses cinco anos, dentro e fora da faculdade, especialmente os que conheci ou me aproximei devido às participações em Modelos da ONU, meus queridos colegas de faculdade, de diferentes semestres; meus irmãos do “*petit comité*”; meus colegas de staff do UFRGSMUN 2008, a quem serei eternamente grata, e principalmente meus colegas e professores do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – NERINT, que se tornaram grandes amigos e com quem aprendi a pensar sobre as Relações Internacionais.

Para a elaboração desse trabalho monográfico gostaria de agradecer especialmente os Professores Luiz Dario Ribeiro e José Miguel Martins pelo grande auxílio, pelas dicas e pelas ótimas idéias. Também gostaria de agradecer os meus colegas Fabrício Ávila e Arthur Dornelles pelo auxílio, e principalmente minha grande amiga e colega Luíza Schneider, com quem pude dividir os momentos mais angustiantes de 2008, e cujo apoio e amizade foram essenciais para a conclusão dessa monografia. Obviamente gostaria de fazer um agradecimento especial para o Prof. Marco Cepik, com quem tenho o grande prazer de trabalhar desde 2005, que me oportunizou não apenas um grande crescimento acadêmico, mas principalmente pessoal. Por fim, gostaria de agradecer ao Gustavo, meu namorado, que estava comigo quando decidi o que fazer no vestibular e esteve em todos os momentos da minha Graduação, não apenas dando apoio, amor e amizade, mas também contribuindo muito com minha formação acadêmica.

Resumo

Desde os anos 1950, quando os "cinco princípios da coexistência pacífica" foram estabelecidos, as relações diplomáticas entre Índia e China nunca foram tão prósperas, mesmo que seus interesses nunca tenham sido tão conflitantes. Entretanto, devido ao crescimento econômico acelerado dos mesmos, a busca por recursos energéticos que sustentem seu crescimento se tornou um dos principais pontos que afeta negativamente a relação. O ambiente de desconfiança atinge também pontos mais cruciais, como a questão da modernização militar que ocorre nos dois países e promove uma competição armamentista no continente. Sendo Assim, esse trabalho busca responder por que a interação entre China e Índia, sendo cooperativa ou competitiva, vai afetar a distribuição do poder no Sistema Internacional, analisando especialmente as ambições regionais dos mesmos. Dessa forma, o grande foco de tensão da relação entre os dois países não se restringe mais aos problemas ao longo da Linha McMahon e se expande para uma relação competitiva na Ásia Central, Sudeste Asiático e África, nos âmbitos econômico, militar e diplomático.

Palavras-chave: *Índia, China, modernização militar, competição, cooperação, África, Sudeste Asiático e Ásia Central.*

Abstract

Since the 1950's, when the "Five Principles of Pacific Coexistence" were established, the diplomatic relations between India and China have never been so prosperous, even if their interests have never been so conflictive. Nevertheless, due to both countries' steady economic growth, the search for energetic security to supports this growth has become one of the main issues of the relation, causing points of tension. The mutual distrust environment also affects more sensitive aspects of the bilateral relation, as the military build-up process that is evolving in both countries leads to an arms competition in the Asian continent. Therefore, this research aims at responding why the sino-indian strategic interaction affects the Power distribution at the International System in the 21st century, specially analyzing both countries regional ambitions. Thus, the great focus of tension between India and China is not restricted to the problems that may occur throughout the McMahon Line, but manifests itself as a competitive relation in Central Asia, Southeast Asia and the African continent both in economic, military and diplomatic ways.

Keywords: *India, China, military build-up, competition, cooperation, African continent, Southeast Asia and Central Asia.*

Sumário

Introdução	9
PARTE I - Evolução das Relações Bilaterais entre China e Índia	15
Capítulo 1 - Principais Condicionantes e Pontos de Tensão (1949-1998)	16
1.1 - A crise de 1959 e o Tibet	17
1.2 - A Guerra Sino Indiana de 1962.....	19
1.3 - A Guerra Fria e a Entente Sino-Paquistanesa	21
Capítulo 2 – Evolução Recente das Relações Bilaterais (1998-2008)	28
2.1 - Aspectos Econômicos e Diplomáticos: a volta do <i>Chini-Indi bhai bhai</i> ?.....	28
2.2 - Competição e modernização militar na Índia e China	37
2.3 - O impacto desestabilizador de terceiros na relação sino-indiana.....	43
2.3.1 - Estados Unidos.....	44
2.3.2 - Japão.....	48
2.3.3 - Paquistão	50
2.3.4 - Rússia	51
PARTE II - China e Índia em Três Dinâmicas Regionais	54
Capítulo 3 – China e Índia na África Subsaariana: rumo à cooperação sul-sul?	55
3.1 - China na África Subsaariana	55
3.2 - Índia na África.....	62
3.3 - Padrão de interação sino-indiana no Continente Africano.....	66
Capítulo 4 - Índia e China na Ásia Central: um novo “Grande Jogo?”	68
4.1 - China na Ásia Central	69
4.2- Índia na Ásia Central.....	73
4.3 - Padrão de interação sino-indiana na Ásia Central.....	75
Capítulo 5 – China e Índia no Sudeste Asiático: cooperação com competição?	77
5.1 - China no Sudeste Asiático.....	78
5.2 - Índia no Sudeste Asiático.....	81
5.3 - A Importância Estratégica do Oceano Índico.....	84
5.4 - Mianmar: a porta de entrada e de saída para a Região do Oceano Índico.....	88
5.5 - Padrão de interação estratégica sino-indiana no Sudeste Asiático.....	93
Conclusões	95
Referências	99

Lista de Quadros

Quadro 1. China e Índia: alguns elementos básicos para comparação em 2008	14
Quadro 2. Evolução das Relações Sino-Indianas (1949-2008).....	26
Quadro 3. Visitas bilaterais de alto escalão entre China e Índia, 1998-2008	29
Quadro 4. Competição e cooperação sino-indiana em projetos petrolíferos	34
Quadro 5. Resumo das interações sino-indianas por região	96
Quadro 6. Análise das interações sino-indianas por região	96

Lista de Mapas

Mapa 1. Principais rotas de transporte de petróleo no leste asiático.....	86
---	----

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Evolução do comércio exterior China-Índia, por categoria de bens, 1998-2006.....	32
Tabela 2. Participação percentual dos tipos de produtos nas exportações chinesas para os principais destinos na África.....	58
Tabela 3. Seis principais destinos dos fluxos de IDE chinês na África, 2003-2006.....	58
Tabela 4. Participação percentual dos tipos de produtos nas exportações indianas para os principais destinos na África.....	63
Gráfico 1. Relação entre nível de competição e relevância comercial por região	97

Introdução

*"Existe alguém, nas cinco partes da Índia, que não admira a China?"*¹

I-Ching, século VII; *apud* Sen, 2005

Durante todo o primeiro milênio da era atual, o intercâmbio cultural entre China e Índia era intenso e a religião foi um dos maiores pontos de sinergia entre os dois países. O Budismo, que nasceu no nordeste da Índia, se expandiu para todo o leste e sudeste asiático através das intensas redes comerciais, tornando-se um elo cultural para todo o continente asiático. Apesar de partilharem valores culturais tão essenciais, China e Índia traçaram caminhos próprios, muitas vezes indiferentes entre si, algumas vezes em conflito, até a segunda metade do século XX quando o futuro das relações bilaterais passou a ser percebido como crucial para a configuração do sistema internacional no século XXI.

É fato que os dois países possuem muito em comum, como suas civilizações milenares, sua população, seu tamanho, e princípios como respeito mútuo pela não-intervenção e pela soberania guiando sua política externa, além de dividirem uma fronteira de 3.500 quilômetros de extensão. Não obstante, o que chama mais a atenção de todos é o crescimento econômico contínuo e acelerado desses dois países e a forma com que vêm se posicionando no cenário internacional. Afinal, a idéia de que o futuro do século XXI será da Ásia parece já estar consolidada não apenas no meio acadêmico e diplomático mas também no senso comum. Com certeza essa percepção está associada ao grande crescimento da região, liderado pela China e pela Índia.

Desde os anos 1950, quando os “cinco princípios da coexistência pacífica” foram assinados, as relações diplomáticas entre Índia e China nunca foram tão prósperas quanto agora, mesmo que alguns interesses conflitantes perdurem. A sucessão de encontros bilaterais do alto-escalão dos dois governos, culminando com a visita oficial do Primeiro Ministro Indiano, Manmohan Singh à China, em outubro de 2008, comprova que esforços estão sendo estabelecidos para que as relações entre os dois países se dêem em bases mais sólidas e cooperativas.

¹ Fala atribuída a I-Ching, monge budista chinês que viveu no século VII e foi responsável pela tradução de várias escrituras do sânscrito para o chinês. Estudou medicina e filosofia Budista em Nalanda, na Índia, como muitos outros monges.

Entretanto, muitos aspectos na relação entre esses dois países ainda são permeados pela desconfiança mútua e pela competição, remanescentes de problemas herdados do período onde ambos os países estavam subjugados pelas potências imperialistas, mas também resultado de novas contradições e desafios contemporâneos. De certo modo, a Guerra Sino-Indiana de 1962 continua a projetar sombras de desconfiança profunda entre Pequim e Nova Déli, sendo que ainda existem disputas territoriais não resolvidas, especialmente na região indiana de Arunachal-Pradesh. O deslocamento de tropas para os dois lados da fronteira naquela região é constante, e a situação tende a ficar cada vez mais crítica na medida em que os processos de modernização militar que ocorrem nos dois países se intensificam, assim como a questão da segurança energética fica mais evidente.

Além disso, na medida em que as respectivas economias crescem, as populações se desenvolvem e os Estados ficam mais poderosos, os governos da Índia e da China passam a defender os interesses nacionais de forma mais assertiva, projetando poder em regiões cada vez mais distantes do seu entorno imediato. Eventualmente, em áreas em que ambos os gigantes asiáticos tenham interesses similares eles podem vir a chocar-se, produzindo novos cenários competitivos e eventualmente disputas militarizadas. Em três regiões se destaca a influência crescente e simultânea, ainda que assimétrica, da China e da Índia: na África subsaariana, na Ásia Central e no Sudeste Asiático. Tal influência tende a superar, em uma ou mais regiões, outros países, como Japão, Rússia e Estados Unidos.

Em resumo, o futuro do relacionamento entre China e Índia já não depende apenas do que vier a ocorrer ao longo da linha McMahon, pois esta sendo jogado em áreas cada vez mais amplas e distantes, produzindo resultados globais em termos da distribuição de poder.

Dessa forma, o objetivo dessa monografia é responder a duas questões principais: 1) Por que as interações estratégicas entre China e Índia são cruciais para a distribuição do poder no sistema internacional na primeira metade do século XXI? 2) Como ocorre essa interação estratégica entre os dois países, sobretudo em regiões como a África Subsaariana, a Ásia Central e o Sudeste Asiático, onde a atuação de ambos é bastante marcada?

Por interação estratégica se entende aqui o relacionamento entre dois países nas esferas econômica, política e militar, não se restringindo à questão propriamente bélica que o termo estratégico poderia remeter. Também é importante destacar que por cooperação não se quer dizer harmonia completa de valores, atitudes e comportamentos. Pelo contrário,

“Cooperação não é o equivalente de harmonia. Harmonia requer uma identidade completa de interesses, mas a cooperação só pode ocorrer em situações que contêm uma mistura de interesses conflitantes e complementares. Em tais situações, a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento diante das preferências de outros, preferências atuais ou antecipadas pelo ator que decide cooperar. Cooperação, assim definida, não é necessariamente algo bom do ponto de vista moral.”
Axelrod & Keohane (1985:226).

Neste sentido, do ponto de vista normativo a cooperação entre China e Índia será preferível à competição mais ou menos aguda entre os dois Estados. Em termos empíricos, trata-se de verificar a partir do comportamento dos dois países em regiões de projeção de poder relevantes para ambos, qual a tendência predominante nesta díade tão importante para a Eurásia e, por extensão, para o mundo (Wohlfort, 2004).

Do ponto de vista teórico, o fenômeno estudado nesta monografia – interação estratégica entre díades emergentes – tem sido objeto de interesse de uma das correntes teóricas do programa de pesquisa realista, chamada de “realismo hegemônico”. Esta denominação se deu por oposição ao chamado “realismo da balança de poder”, que abarcaria tanto o realismo estrutural de Waltz quanto o realismo neo-clássico de Randall Schweller, William Wohlfort e outros (DiCicco & Levy, 2003, 109-157). A diferença principal entre os dois tipos de realismo seria que o primeiro vê a condição normal do sistema internacional como sendo formada por concentrações de poder desproporcionais entre um Estado líder (o hegemona) e os demais, o que se revela conducente à paz. A guerra central ocorre, segundo as diversas variantes do realismo hegemônico, em períodos históricos em que a transição de poder entre uma hegemonia e outra coloca frente a frente Estados com níveis de poder militar e econômicos semelhantes, sobretudo quando a potência ascendente possui um baixo grau de satisfação com a ordem internacional vigente.

Portanto, onde os realistas da balança de poder vêem uma situação de anarquia absolutamente distinta das hierarquias presentes dentro de cada Estado, os realistas hegemônicos percebem uma hierarquia *de facto* governando o mundo, ainda que na verdade se trate de varias hierarquias regionais “aninhadas” (*nested*) num jogo complexo de interações entre grandes potências e diversas potências regionais. Na verdade, existem muitos pontos de compatibilidade entre as suposições de base do

realismo hegemônico, sobretudo na versão da transição de poder, e o realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979, 1993 e 2000). E ambos são, a rigor, compatíveis com o núcleo da abordagem neo-marxista de Giovanni Arrighi (1996 e 2008) sobre as transições entre ciclos sistêmicos de acumulação de capital e distribuição de poder no sistema internacional. O problema comum a estas três abordagens pode ser descrito como sendo o de se saber se na atual fase de desenvolvimento do sistema internacional a nova distribuição de poder que está emergindo – descrita em termos genéricos como ascensão da Ásia ou o século do Pacífico – será gestada de maneira mais ou menos cooperativa, com ou sem o concurso de uma guerra central entre as grandes potências.

Como bem coloca Arrighi (2008), não é possível afirmar com certeza como ocorrerá a transição e nem como será a distribuição de poder resultante, mas ao longo do período de crescente caos sistêmico que caracteriza o atual período de transição um fenômeno importante a ser explicado – e ao mesmo tempo uma das variáveis chave para a equação política mundial como um todo – é justamente o relacionamento bilateral entre China e Índia.

Como será possível observar no curso do trabalho, o relacionamento bilateral entre os dois países não se dá no vácuo, mas sim em ambientes regionais densos e num ambiente global caracterizado pelo esforço da potência dos Estados Unidos da América em prolongar quanto mais possível sua posição na hierarquia mundial de países. Considerando que os Estados procuram maximizar diversas funções de utilidade, sendo a mais primárias delas a sua segurança, parecem existir mais compatibilidades entre o realismo estrutural, o realismo hegemônico e o neo-marxismo do que poderia parecer à primeira vista.

Eis porque o objetivo deste trabalho é contribuir para elucidar um problema empírico da maior relevância para a teoria das Relações Internacionais, por meio de um desenho de pesquisa que difere de um teste de hipótese. Trata-se aqui de construir uma hipótese com base na pesquisa histórica. O que se pretende com o rastreamento do processo (*process tracking*) de construção do relacionamento bilateral entre China e Índia é aferir o grau de descontentamento da Índia em relação à crescente assimetria de poder favorável à China, o que tem implicações claras para a avaliação do potencial de ocorrência de guerra segundo o modelo teórico adotado - guerras ocorrem quando duas potências têm níveis de poder semelhantes e/ou uma delas está muito insatisfeita com o *status quo*.

Ora, o modelo disponível não especifica condições iniciais a partir das quais se poderia explicar o grau de cooperação/competição efetivamente observado entre dois Estados emergentes, um operando globalmente e outro operando regionalmente. Por isso optou-se por observar um

fenômeno novo (*novel fact*) de maneira comparativa, tentando apreender indutivamente a partir do padrão emergente de relacionamento entre China e Índia em ambientes regionais como a África subsaariana, a Ásia Central e o Sudeste Asiático um tipo de regularidade ainda não explicada pelas teorias disponíveis.

O trabalho foi dividido em duas grandes partes, totalizando cinco capítulos. A primeira parte, dividida em dois capítulos, analisa a evolução das relações bilaterais entre China e Índia entre 1949 e 2008, enquanto a segunda parte do trabalho, dividida em três capítulos, discute as dinâmicas regionais da África, Ásia Central e Sudeste Asiático, com o duplo objetivo de aferir se as relações bilaterais estão se tornando mais cooperativas ou competitivas na medida em que aumenta o engajamento dos dois países nessas três regiões, bem como para avaliar se a natureza da relação entre China e Índia impacta cada dinâmica regional, o que seria um indicador da relevância maior ou menor de ambos no sistema internacional.

A parte I do trabalho foi dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo do trabalho analiso a evolução histórica da relação bilateral entre China e Índia desde 1949, com o estabelecimento da República Popular da China e da independência da Índia, até 1998, procurando identificar fatos e conjunturas críticas que determinaram o desenvolvimento das relações sino-indianas até recentemente. No segundo capítulo examino os principais acontecimentos na relação sino-indiana ao longo da última década, tendo como marco temporal inicial a realização dos testes nucleares pela Índia em 1998 e como marco final o mês de outubro de 2008, quando houve o lançamento da primeira sonda lunar indiana. No final desse capítulo analiso o impacto de outras potências asiáticas na relação sino-indiana e a como isso está se refletindo na configuração de novas alianças no sistema internacional. O objetivo dessa primeira parte é fazer um balanço das potencialidades, realizações e dificuldades da relação bilateral, de modo a tentar antecipar algumas tendências na evolução da interação estratégica sino-indiana, bem como suas possíveis implicações para a distribuição de poder no Sistema Internacional.

Na parte II do trabalho, analiso a interação sino-indiana em três regiões: África Subsaariana, Ásia Central e Sudeste Asiático. Esta segunda parte está dividida em três capítulos, cada um dedicado a uma das regiões. Em cada capítulo, inicio considerando a política externa da China e da Índia para cada região, separadamente, para logo em seguida analisar o padrão de interação entre os dois

gigantes como um todo, para determinar se ele é predominantemente cooperativo ou competitivo em cada uma das regiões estudadas.

Na conclusão do trabalho foram resumidos as principais descobertas da pesquisa, bem como foram identificadas as regularidades possíveis e as lacunas que motivam pesquisas adicionais mais aprofundadas. Antes de prosseguir para o capítulo 1, porém, destaca-se no quadro 1 abaixo alguns elementos iniciais considerados importantes para a comparação entre China e Índia.

Quadro 1. China e Índia: alguns elementos básicos para comparação em 2008

DADOS GERAIS	CHINA	ÍNDIA
População (milhões)	1311,7	1100
PIB (bilhões de dólares)	2228,9	785,47
PIB per capita (US\$ constantes de 2000)	1444,8	586,5
Crescimento do PIB (%)	9,9	8,53
POLÍTICA		
Sistema Partidário	Unipartidário	Pluripartidário
Principais Partidos Políticos	Partido Comunista Chinês	Bharatya Janata; Partido do Congresso; Partido Comunista da Índia; Partido Marxista da Índia
Atual Presidente	Hu Jintao	Pratibha Patil
Atual Primeiro Ministro	Wen Jiabao	Manmohan Singh
DEFESA		
Gastos em defesa (milhões de dólares por ano)	29580 (2005)	19730 (2006)
Porcentagem do PIB	1,86	2,66
Total das forças armadas	2.300.000	1.325.000
Principais tanques de batalha	6.990	959
Principais Aviões de combate	2.341	1161
Principais Embarcações de combate	163	363

PARTE I - Evolução das Relações Bilaterais entre China e Índia

Capítulo 1 - Principais Condicionantes e Pontos de Tensão (1949-1998)

Desde o final da década de '40, quando da independência indiana e da implementação da República Popular da China (RPC), a relação entre Índia e China passou por diferentes fases, de maior ou menor tensão, mas sempre com algum grau de desconforto e desconfiança mútua. Apesar dos processos de consolidação de uma nova estrutura política e social que ocorreu em cada um dos países e do reordenamento de forças no Sistema Internacional (S.I), com a emergência do mundo afro-asiático, a paz e a estabilidade nas relações não perduraram. Na década de 1950, pensava-se que as relações entre Índia e China iriam evoluir de forma não apenas fraterna, mas também cooperativa, e que os dois países, juntos, iriam conseguir criar uma espécie de contrapeso à presença das potências da Guerra Fria no continente asiático.

O otimismo era tanto, no início de 1950, que a expressão *Chini-Indi bhai bhai*, que traduzindo para português significa Índia e China são irmãs, virou um jargão entre as diplomacias. Com o otimismo e as novas idéias advindas da Conferência de Bandung, os cinco princípios da coexistência pacífica² foram criados justamente para explicitar o sentimento e o espírito que permeava as relações entre os dois países. Tais princípios foram tão importantes que mais tarde a Índia os teria tomado emprestados para fazer a sua própria versão, o *Panchseel*, que orienta toda a ação da Política Externa Indiana desde então.

Entretanto, assim como podemos observar atualmente, apesar da grande aproximação, as relações sino-indianas continuavam sendo bastante tensas. Já em 1947, por ocasião da I Conferência das Relações Asiáticas³, ficou claro que nenhum dos países reconhecia de forma completa o território do outro, assim como ambos concebiam que suas esferas de influência ultrapassavam as fronteiras circunscritas em mapas da época. Apesar de sua visão libertária, Nehru⁴, que havia sido educado no

² Os cinco princípios são: respeito mútuo à soberania e integridade nacional; não-agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país; igualdade e benefícios recíprocos e; coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.

³ A Conferência ocorreu em Nova Déli entre março e abril de 1947, e foi uma das primeiras ações indianas como um país independente, que apesar de extra-oficial, recebeu todo o apoio do governo, onde a Índia já deixou claro o papel que pretendia desempenhar no decorrer da segunda metade do século XX.

⁴ Jawaharlal Nehru, ou Pandit (Professor) tornou-se o primeiro Primeiro Ministro Indiano, de 15 de agosto de 1947 até a sua morte em 27 de maio de 1964. Nehru estudou em Cambridge e era um dos grandes líderes do Partido do Congresso, chegando a ser o braço direito de Mohandas Gandhi. Entre as suas principais políticas está a questão da implementação dos planos quinquenais e foi uma das lideranças do Movimento dos Não-Alinados junto com Mao Zedong da RPC e Nasser do Egito. A Guerra sino-indiana de 1962 está entre os maiores equívocos dos seus 17 anos a frente da Índia.

Reino Unido, tinha como plano ideal a finalização do que havia sido iniciado pelos britânicos na época da colonização da criação do Império da Índia. Segundo a idealização inglesa, o Império deveria abarcar praticamente todos os países do Sul da Ásia, alguns dos quais - segundo a visão chinesa - estavam diretamente sob sua influência.

Essa tensão só viria a ficar latente, com o início dos problemas de disputa territorial e a busca de expansão das esferas de influência, quando ocorreu a anexação chinesa do Tibete em 1959 - o que culminaria com a Guerra Sino-Indiana de 1962. Desde esse momento até a histórica visita de Ravij Gandhi à China em 1988, a relação entre os dois países foi caracterizada a pela tensão e pela desconfiança mútua, marcada pela tônica da divisão bipolar do mundo e das tensões da Guerra Fria na qual estavam completamente inseridos.

1.1 – A crise de 1959 e o Tibet

O legado colonial foi o principal motivo para o estremecimento das relações sino-indianas. Problemas territoriais e de demarcação de fronteiras, além de certa desconfiança ideológica⁵ foram fatores desestabilizadores do então bom relacionamento dos dois países.

Os problemas territoriais são resultantes do encontro de Simla, realizado em 1914, onde a Linha McMahon, ou seja, a demarcação da fronteira entre o Tibete e a Índia fora estabelecida. Essa fronteira foi decidida entre o Tibete e a Grã-Bretanha, que buscava isolar a sua colônia indiana da China. Entretanto, a mesma foi demarcada sobre referências naturais pouco claras, que foram refutadas pelos governos de Chang-Kai-Shek e de Mao Zedong, que tinham como objetivo restabelecer o território original do Império Chinês. O problema dessa fronteira perdurou por quase um século, e foi responsável pelos principais momentos de crise entre China e Índia. A China não reconhecia esse acordo como válido, pois havia sido celebrado pelo Tibet, que para a China não tinha soberania para celebrar acordos.

Desde o início do século XVIII, a China já mantinha presença administrativa e militar no território do Tibet, mas não mantinha nenhuma influência na condução das políticas lamaístas. Durante o início do século XX, a ameaça advinda do interesse britânico sobre o Tibete adicionado a

⁵ A confiança ideológica nesse caso não estava de acordo com as divisões que ficaram conhecidas ao longo da Guerra Fria, já que nesse caso, houve uma aproximação entre Índia e Estados Unidos.

um forte sentimento nacionalista entre os chineses fez com que militares do país passassem a administrar a região até então autônoma, fazendo com que em 1913, o Dalai Lama se refugiasse na, até intervenção diplomática britânica, que obrigou a retirada das tropas chinesas. Essas só voltariam na década de 1950. Durante todo esse período, a China, com o apoio britânico (que temia maior influência russa na região), estabeleceu uma relação de susserania com o Tibete, onde esse ainda mantinha autonomia administrativa.

Entretanto, com a instauração da RPC, a relação da China com o Tibet se altera. Em 1951 o Exército de Libertação do Povo (ELP) marchou até Lhasa, com o objetivo de conter as rebeliões separatistas que ocorriam na região. O Tibete sempre fora considerado pelos chineses como sendo um dos seus pontos fracos, já que era a porta de entrada de invasores históricos e, dessa forma, território essencial de ser controlado para restabelecer os limites chineses e colocar fim ao que era um símbolo de humilhação nacional⁶ (Garver,2001). Existiam ainda outros interesses chineses pelo controle da região como a questão dos recursos naturais abundantes no Tibete, mas não podemos menosprezar o que foi uma intenção do governo central chinês, que era de propiciar o seu ideal de desenvolvimento para toda à China, que visava libertar os tibetanos da sua sociedade tradicional arcaica, teocrática e miserável e principalmente garantir a integridade do seu território⁷.

Essa situação deixou a Índia bastante fragilizada, pois o Tibete era então visto como sendo um “*Estado Tampão*” entre Índia e China, daí a importância da sua manutenção como um Estado autônomo para a Índia, que tentou reverter a situação, inclusive mandando ajuda para o governo Tibetano e apoiando as forças separatistas. Em 1954, foi assinado o Acordo de *Panchseel*, que durante algum tempo manteve as relações entre China e Índia estáveis, o que não perdurou por muito tempo. Também em 1954 movimentos de resistência tibetana anti-chinesa voltaram a se articular, especialmente quando passou a contar com o apoio dos EUA através de treinamento dado pela CIA e também treinamento fornecido por nacionalistas de Taiwan (Garver, 2001). Em 1959 a rebelião chega a Lhasa, causando uma grande comoção ao Exército de Libertação do Povo e ao Partido Comunista Chinês (PCC), que decide integrar o Tibete ao território chinês, com uma atuação notável do Exército de Libertação do Povo (ELP) (Martins,2008, p 179). O ELP esperava receber o

⁶ Esse termo - humilhação nacional se remete a perda de territórios e a imposição de tratados injustos por potências imperialistas durante o final do século XIX até 1949, e serve para justificar a necessidade de manter a integridade territorial da China.

⁷ A sociedade tradicional tibetana é baseada em uma teocracia, onde a população vive e trabalha para sustentar os monges e as instituições religiosas.

apoio das classes populares tibetanas visto que a repressão era voltada às classes superiores, que foi possível apenas por um curto período de tempo, devido à agressividade da atuação do ELP em relação à símbolos da cultura tibetana, especialmente no que concernia à repressão religiosa.

No mesmo ano, o então Dalai Lama se exila na Índia, com auxílio de oficiais da CIA. Internamente, na Índia, a opinião pública foi motivada contra a China através da questão religiosa, já que a população indiana, que é extremamente religiosa, sentia como se a sua própria cultura estivesse sendo violada⁸. Nehru, apesar de também ser contra a estrutura teocrática da sociedade tibetana, conseguiu explorar essa brecha e criou consenso internamente para legitimar sua oposição às atitudes chinesas.

Entre 1959 e 1961 China e Índia lançaram planos para ocupação dos territórios das fronteiras. A China estava ocupando o território de Aksai Chin com a construção de uma estrada que ligava essa região com Xinjiang, enquanto que a Índia, lançou a Operação Onkar, cujo objetivo era a construção de postos e o patrulhamento ao longo de uma versão modificada da Linha McMahon, que entrava no território chinês (Martins, 2008; Sidhu, Yhuan, 2003). Em 1960 Nehru e Zhou Enlai se encontraram em Nova Déli, onde o primeiro-ministro indiano rejeitou a proposta chinesa de resolução, sendo que a Índia havia assinado o acordo de 1954, e não estava respeitando-o.

Vários pequenos incidentes entre os dois exércitos estavam ocorrendo na fronteira, sendo os de Longju e Kongka os mais notáveis. Em 1962 o governo indiano decidiu lançar a Operação Leghorn para alcançar territórios ainda mais ao norte, no que se tornaria o maior erro político da Índia.

1.2 - A Guerra Sino Indiana de 1962

Existe um grande debate historiográfico sobre a Guerra Sino-Indiana de 1962 em relação às motivações e aos principais atores, mas o que é certo é que a questão da tentativa de restauração do status pré 1959 do Tibet por parte da Índia, e a garantia da integridade territorial na região do Tibete por parte da China foi seu motivo principal⁹. O fato de Nehru ter rejeitado a proposta chinesa de

⁸ Para maiores informações sobre as semelhanças entre a cultura indiana (nesse caso Hindu) e a Tibetana ver Capítulo II de Garver, 2001.

⁹ Até Mao, em 1964 declarou que o problema das relações sino-indianas nada tinha a ver com a linha McMahon, mas com o Tibete, que para o Governo Indiano, fazia parte da Índia (Miscellany of Mao Zedong thoughts, 1974; Apud Garver, 2001)

resolução do conflito oferece algumas pistas para interpretar o ocorrido. Atualmente, historiadores contemporâneos da Guerra de 62 creditam-na a um grande erro estratégico indiano, pois supunham uma maior fragilidade do EPL, e devido a isso tentou restituir o status pré-1959 da Região Autônoma; um contexto político mais favorável, já que estava ocorrendo no vácuo da Crise dos Mísseis, e uma reação completamente diferente da China.

Segundo alguns historiadores, existia um sentimento expansionista na elite indiana que iria buscar construir aquilo que havia sido imaginado pelos britânicos como o Império Indiano, e o Tibete entraria nessa idealização como sendo o guardião oriental da Índia. Entretanto, os documentos indianos sobre a Guerra de 1962 são secretos e ainda é impossível fazer uma avaliação documental sobre o processo de tomada de decisão na Índia que conflou na guerra, pois como Garver(2001) argumenta, os militares estavam divididos.¹⁰

Como demonstra Martins (2008, pp.180-182), o ataque partiu da 7ª Brigada Indiana, que era composta por quatro batalhões, artilharia e morteiros, e que foram destruídos por apenas um batalhão chinês, que havia utilizado a tática de infiltração norte-coreana. Isso demonstra além da falta de preparo indiana, a superioridade tática chinesa e escancara o problema da logística enfrentado pelos indianos, como demonstrado por Martins, já que apesar das tropas indianas estarem muito mais próximas ao seu suprimento, a questão da altitude prejudicou muito o abastecimento rápido das tropas. Além disso, Martins argumenta que os chineses provavelmente utilizaram uma estratégia de rodízio, onde tropas e batalhões que se alteravam, nas funções de fuzileiros e logística.

Dessa forma, em 21 de novembro do mesmo ano, 31 dias depois do início do conflito, as tropas indianas já haviam sido derrotadas pelas chinesas, deixando um saldo de quase 1500 mortos para a Índia. A Índia se retirou do Assam, retraindo-se para os limites impostos pela linha McMahon, enquanto que a China limitou-se a manter sua reivindicação sobre Arunachal Pradesh, sem tomar nenhuma atitude mais agressiva. A Guerra de 1962 é considerada uma das maiores humilhações da história da Índia, que apesar de não ter sofrido perdas territoriais, pois ambos países se retiraram para as fronteiras estabelecidas pela linha McMahon (Sidhu, Yuan, 2003), as perdas políticas da Índia foram muito grandes, interna e externamente¹¹. Apesar de países da região terem tentado mediar a

¹⁰ Apesar de bastante controverso, temos que inserir a atuação na China nesse conflito no contexto de rivalidade sino-soviética, já que as relações entre esses dois países estavam se deteriorando desde o final dos anos 50, em que a União Soviética tentava conter e controlar sua antes aliada, a China. Da forma como resultou a guerra, a China saiu muito fortalecida, e a aliança entre União Soviética e Índia, claramente anti-chinesa, se consolidou.

¹¹ Como relata Garver, (2001) esse foi a maior perda política de Nehru, que viria a falecer dois anos depois, em 1964.

relação entre os dois países e a resolução do problema, apenas 20 anos depois, na década de 1980, os dois países recomeçaram a negociar essa fronteira.

1.3 - A Guerra Fria e a Entente Sino-Paquistanesa

Apesar de o cessar-fogo ter sido estabelecido em 1962, as relações entre os dois países ficaram bastante tensas, sendo que ambos deslocaram grandes contingentes para a fronteira – 400.000 homens no total - e se focaram na construção de infra-estrutura de transporte, especialmente estradas na região para facilitar o deslocamento de tropas e para fortalecer a ocupação territorial (Sidhu, Yuan, 2003; Garver, 2001). Segundo os dois autores, nesses momentos o conflito Sino-Indiano se inseriu nas tensões da Guerra Fria e não era mais possível enxergá-lo de forma separada, mas no contexto de divisão bipolar do mundo onde Índia e União Soviética estavam de um lado, enquanto China e Paquistão, e a partir da década de 1970 Estados Unidos de outro.

Durante esse período, o principal ponto a perturbar a relação entre os dois países era a questão da aproximação entre a China e o Paquistão, além do advento da tecnologia nuclear para fins bélicos por parte da China, que deixou a Índia em uma situação de muita vulnerabilidade. Entre todas as importantes questões que eventualmente surgirão no relacionamento entre China e Índia, sob a perspectiva indiana, com certeza, a questão do Paquistão é a mais problemática. Objeto de pesquisa e de preocupação de muitos dirigentes e acadêmicos indianos, a *entente cordiale*¹² (Deepak, 2006) entre China e Paquistão, originada pela sua hostilidade conjunta em relação à Índia durante os anos 1960, na fase mais acirrada da Guerra Fria, ainda ameaça à estabilidade regional. A China soube administrar e aproveitar os problemas entre o relacionamento entre Índia e Paquistão, tirando grande proveito da situação.

A deterioração das relações sino-índianas com certeza facilitou a aproximação sino-paquistanesa, sendo seu fator determinante. A China aceitou a proposta paquistanesa de demarcação da sua fronteira comum em 1961, o que delimitou a fronteira entre a Cachemira paquistanesa e a conflitada região chinesa de Xinjiang, sendo que o acordo que formalizou a questão da fronteira foi assinado em 1963, apenas um ano após a guerra sino-indiana. Desde então esse

¹² A denominação para a relação sino-paquistanesa como "*entente cordiale*" é usada desde a década de 70, quando as relações entre os dois países ficaram mais intensas, para designar o caráter especial e pragmático desse relacionamento.

problema fronteiriço está resolvido, e a partir desse ponto uma série de acordos bilaterais em várias áreas passaram a ser assinados, formalizando a amizade entre os dois países

Durante a Guerra Fria, especialmente na década de 1960 (período pós-62), a China apoiou militar e diplomaticamente o Paquistão através da venda de armamentos, sendo que até os anos 1980 a China foi o principal fornecedor de armas do país. Durante as guerras indo-paquistanesas de 1965 e 1971 a China esteve declaradamente do lado do Paquistão, sendo que o próprio Zhou Enlai fez declarações com o seguinte teor:

*"Se os expansionistas indianos ousarem iniciar agressões contra o Paquistão, o governo chinês, assim como sua população, irão, como sempre, apoiar firmemente o governo do Paquistão na sua luta para resguardar a soberania estatal e a independência nacional."*¹³.

A transferência de armamentos e mísseis chineses para o Paquistão foi compreendida como fazendo parte da estratégia chinesa de contrabalançar a hegemonia indiana na região (Ghihong, 2005). O relacionamento com o Paquistão figura entre uma das mais bem sucedidas parcerias chinesas com qualquer outro país, por ter sabido explorar a relação de forma pragmática e realista, sem julgamentos morais. A vantagem militar da parceria entre os dois países frente a Índia é evidente, pois esta é obrigada a dividir a atenção de sua defesa entre as duas ameaças, ficando mais vulnerável.

Existem vários fatores que explicam a manutenção desse relacionamento como os apontados por Guihong (2005), além da parceria estratégica anti-Índia, como a necessidade da China ter uma parceria forte com algum país islâmico e a possível ajuda do Paquistão com a questão da província chinesa de Xinjiang, e a garantia chinesa de rotas terrestres para o Oriente Médio. O Paquistão, por sinal, foi um dos primeiros países a reconhecer a República Popular da China e o Aeroporto de Karachi é um dos principais pontos de parada das mercadorias chinesas destinadas à Europa e ao Oriente Médio, sem contar que o Paquistão figura entre os principais parceiros comerciais chineses. O relacionamento entre os dois países não se limita, assim, apenas a questão de contenção militar indiana, apesar de estar fortemente baseada nesse aspecto.

¹³ Tradução livre da autora. Versão original: *"Should the Indian expansionists dare to launch aggression against Pakistan, the Chinese government and people will, as always, firmly support the Pakistan government and people in their struggle to safeguard state sovereignty and national independence"*.

Entretanto, como demonstram vários autores, o envolvimento chinês nas guerras indo paquistanesas¹⁴ foi bastante limitado, e apesar da grande quantidade, os armamentos chineses vendidos ao Paquistão, não eram suficientes para uma ação agressiva contra a Índia, mas apenas para sua defesa. Essa questão continua bastante sensível entre os dois países. Pequim ainda é a maior fornecedora de armamentos para Islamabad, comércio que foi bastante incrementado após Guerra no Afeganistão de 1979.

Na verdade, desde a década de 1970, quando os dois países desenvolveram uma estratégia conjunta em termos de segurança, o Paquistão se tornou altamente dependente da China para compra de seus armamentos. Nessa década, a China supriu o exército paquistanês com 500 tanques T-59, 25 embarcações navais e 300 caças F-6, além de 600 milhões de dólares para desenvolvimento de programas de defesa (Deepak, 2006). Durante os anos 1980 e 1990, a China demonstrou ainda mais boa vontade com o Paquistão, suprindo o país com crédito e armamentos, só que dessa vez, com o apoio e anuência dos EUA.

Durante os anos 90, na verdade, assistimos a uma perigosa corrida armamentista¹⁵ na região, sendo Índia e Paquistão os protagonistas da trama. Os constantes testes de mísseis, vistos ainda hoje¹⁶, como demonstração do poderio armamentista, e ainda a formulação de doutrinas nucleares são fatores que rapidamente podem deteriorar a relação entre os dois países, levando à região a uma crise aguda. Apesar de avanços em termos diplomáticos, com a utilização da diplomacia do ônibus, ou a atualmente usada, diplomacia do críquete¹⁷, a questão de Jammu e da Caxemira se mantém não resolvida, e existe uma possibilidade latente de utilização de armamentos nucleares em resposta a alguma ameaça (Sidhu, Yuan 2003).

Como analisa Deepak (2005) o fato é que as relações entre Índia e Paquistão ainda podem ser muito exploradas pela China, para preservar seus interesses tanto regional como globalmente. Em

¹⁴ Houve quatro guerras indo-paquistanesas: a primeira em 1947, a segunda em 1965, a terceira em 1971 e a última em 1999.

¹⁵ Nesse caso podemos identificar uma situação de corrida armamentista, pois há sim mobilização para a Guerra e para o enfrentamento, que resultou em Kargil. (BUZAN, HERRING, 1998).

¹⁶ No dia 19/11/ 2006, a Índia realizou testes de mísseis de curto alcance, em resposta a testes realizados pelo Paquistão dois dias antes.

¹⁷ A diplomacia do ônibus e a diplomacia do críquete são instrumentos utilizados de aproximação entre os dois países, através da inauguração de uma linha rodoviária que cruza a fronteira e da realização de diversos jogos de críquete ente Índia e Paquistão, esporte muito popular nos dois países. Esse tipo de evento é bastante usado para

primeiro lugar, por vezes a China se apresenta como um interlocutor do conflito; em segundo lugar, enquanto a Índia tem altos custos, e o risco de uma guerra constante, a China aprofunda o seu desenvolvimento militar, econômico e social em outras esferas. A conservação do *status quo* chinês frente à Índia invariavelmente passa pela necessidade de manter um Paquistão ofensivo e operante em termos militares, mas estável.

Após o final da Guerra Fria, com a normalização das relações entre Pequim e Moscou, a tensão entre os China e Índia, apesar de várias tentativas de normalização e de negociação, foi permanente. No nível diplomático, já em 1976 as relações haviam sido restabelecidas, entretanto o ponto de inflexão na relação Sino-Indiana vai ocorrer no final da década de 1980. A visita de Rajiv Gandhi à China em dezembro de 1988 foi o passo definitivo para o início da normalização das relações sino-indianas, que teve grande progresso nos anos 1990. Isso foi resultado das mudanças que ocorreram internamente nos países e no ordenamento de forças no Sistema Internacional, que resultara em mudanças nas externas e nas percepções que Índia e China tinham sobre o outro.

Como mencionado por Ahmed (1996) a percepção chinesa sobre a Índia passou por mudanças significativas na década de 1990. Nos anos cinquenta e sessenta, apesar da política de aproximação com a Índia, a China considerava o país como semi-independente, assim como nos anos 1970 era percebido como um instrumento político de Moscou. Só a partir da década de 1980 a China reconhece a Índia como um ator político autônomo, e não dependente de uma grande potência. Além disso, apesar de não considerar a autonomia indiana¹⁸, a China utilizava de um discurso de que a Índia havia se estabelecido como uma hegemonia na região do Sul da Ásia e era por isso também que a China estabelecia relações preferenciais com os pequenos países da região como Bangladesh, Sri Lanka e, podemos até colocar, Paquistão nesse grupo, em detrimento da relação com a Índia.

Como o mesmo autor menciona, as mudanças da Índia frente à China também são bem marcantes, apesar do sentimento de ameaça nunca ter desaparecido. Como cita Ahmed, a percepção indiana de Pequim estava baseada em uma concepção dual que atribui à relação com outros países o caráter de amizade ou inimizade. Nesse sentido, a relação no início dos anos 50 era considerada como de amizade, passando a ser de inimizade no pós 62, quando a China era identificada como sendo parte

aproximar populações de países ainda em litígio, como aconteceu, por exemplo, em jogo de futebol entre Turquia e Armênia, em setembro de 2008.

¹⁸ Nesse caso estavam falando no nível simbólico. A China reconhecia a soberania *de facto e de jure* da Índia, mas não acreditava que fosse capaz de ter uma política externa autônoma e independente.

do eixo Washington-Islamabad, compreendido por Nova Déli como uma tentativa de conter sua expansão. A mudança de visão da Índia só viria a ocorrer na década de 1990, como o resultado da abertura indiana e da instauração do que ficou denominado Política de Olhar para o Oriente. A Índia inaugurou essa política em 1992 e tinha como objetivo a diversificação dos seus parceiros estratégicos e a intensificação das suas relações com os países da Ásia, especialmente Leste e Sudeste do continente.

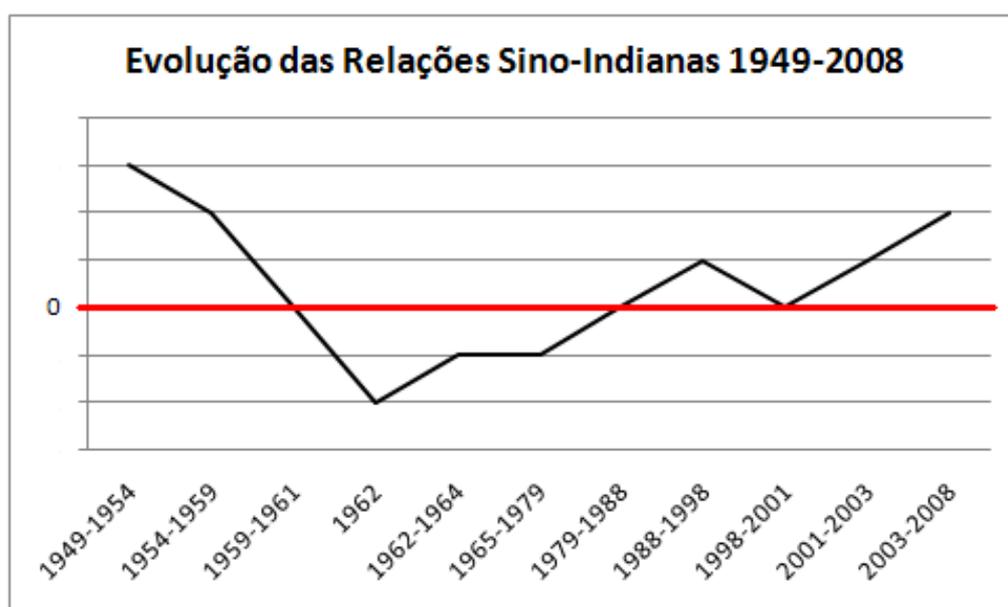
Nessa década, algumas mudanças importantes na política externa forem implementadas, aprofundadas nos anos 2000. Essa mudança se caracteriza pelo abandono parcial da Índia da sua tradição de não-alinhamento, buscando o desenvolvimento de uma política externa mais pragmática em termos econômicos e de segurança, e menos ideológica. A ascensão ao poder do BJP no final dos anos 90, partido nacionalista e conservador, que tinha como objetivo a garantia de um lugar para a Índia no rol das grandes potências no Sistema Internacional reforça essa idéia (Cohen, 2001). Além disso, em termos de defesa, a política indiana passou a ser voltada para uma melhor coordenação entre os formuladores e executores das políticas e um grande investimento em modernização militar e pesquisa e tecnologia (Kumar, 2004).

Mas as mudanças da Índia frente à China são também o resultado das reformas da política externa chinesa na década de 1990. Como mencionada Bates Gill (2007), a China vem buscando melhor posicionamento global e regional condizentes com normas e práticas internacionais, o que não ocorria antigamente. Entre as principais mudanças que ocorreram nos anos 1990, levadas a cabo por Deng Xiaoping podemos mencionar a inauguração de um "novo conceito de segurança" onde a China passou a agir como uma "grande potência responsável" garantindo a sua "ascensão pacífica". Através da promoção desses princípios a China quer acabar com o que ficou conhecido como a "ameaça chinesa", de que a China iria se comportar como potências revisionistas como a República de Weimar no século XIX e o Japão Imperial no século XX (Gill, 2007), isso é confirmado pela doutrina militar defensiva da China, que busca nunca iniciar a agressão, e que está baseada na manutenção do seu território (Arrighi, 2008). Para atingir esses objetivos a China tem buscado o estabelecimento de novas parcerias, mais pragmáticas com países do Eixo Sul-Sul, a manutenção da paz e da estabilidade na sua periferia, a busca por uma política multilateral mais assertiva através da participação em organizações e fóruns multilaterais, formação de novos arranjos institucionais de segurança; e principalmente, desenvolvimento econômico.

Durante os anos que seguiram, até os testes nucleares de 1998, ocorreram alguns momentos

importantes em termos diplomáticos, especialmente no que tange à tentativa de resolução do conflito territorial ainda vigente. Em 1991, o chanceler indiano V.C. Shukla e seu colega chinês Qian Qichen realizaram uma importante reunião para restaurar o comércio na fronteira em disputa, que havia cessado em 1962. Também em 1991, foi realizada uma visita de seis dias por Li Peng, Primeiro Ministro da China, à Índia, após 31 anos sem a realização de visitas de alto escalão ao país. Em 1993, o Primeiro Ministro Indiano, Narasimha Rao, retribuiu essa visita, que teve como um de seus resultados a assinatura de um Acordo de Manutenção da Paz e Estabilidade na Linha de Controle disputada. Entre os outros avanços diplomáticos que ocorreram na década de 1990, a assinatura de um acordo para o estabelecimento de Medidas de Confiança Mútua (MCM)¹⁹, em 1996, e o incremento na área comercial também dever ser mencionado como sinal de avanço da relação bilateral entre os dois países.

Quadro 2. Evolução das Relações Sino-Indianas (1949-2008)²⁰



¹⁹ Em inglês, Confidence Building Measures – CBM. As medidas são fortemente inspiradas nas medidas já feitas pela Índia com a Rússia, sendo que podemos agrupá-las em três grupos: princípios declaratórios onde o princípio da não-agressão e respeito à LAC (Line of Actual Control) é o mais importante; troca de informações e medidas restritivas. (Sidhu, Yuan, 2003).

²⁰ O quadro foi elaborado pela autora a partir da análise qualitativa dos principais eventos e momentos históricos entre China e Índia no decorrer da segunda metade do século XX.

O quadro acima resume e ilustra a evolução das relações bilaterais entre os dois países, desde o estabelecimento das mesmas, no final da década de 1940. Abaixo da linha vermelha podemos dizer que a interação entre China e Índia é negativa, resultando em uma situação de inimizade, como reconheceria Ahmed (1996) sobre a política externa indiana. Nesse espectro, o ponto onde as relações chegaram ao seu pior estágio ocorreu em 1962, quando ocorreu a Guerra sino-indiana, sendo que só na década de 1970 as relações iriam começar se normalizar, estando ascendentes desde após a realização dos testes nucleares pela Índia em 1998, como será analisado no capítulo a seguir.

Capítulo 2 – Evolução Recente das Relações Bilaterais (1998-2008)

Os testes nucleares realizados pela Índia em 1998 foram, com certeza, um momento determinante para a relação entre este país e a China. Os testes, realizado no mês de setembro no deserto de Pokhran²¹ e seguidos por testes nucleares realizados pelo Paquistão, mudaram a forma como a China vê seu vizinho, assim como deixou bem claro as pretensões indianas, servindo, então, de alerta para a China quanto à possibilidade de desenvolvimento de um vizinho efetivamente ameaçador.

Apesar de que desde Nehru a Índia manifestar suas aspirações de ser reconhecida como uma grande potência, o país, até então, não fazia parte da equação estratégica chinesa. Autores como Barry Buzan e Ole Waever (Buzan, Waever 2003) argumentam que, no momento em que a Índia perseguir seu objetivo primordial de fazer parte do seleto grupo das potências mundiais, a China será seu principal alvo de disputa, devido à sua percepção concêntrica do Sistema Internacional²². A China, dessa forma, não está mais sozinha na corrida pela hegemonia do continente asiático ou para adquirir o status de grande potência, apesar de, com certeza, estar na frente.

Um equilíbrio sensível é o que determina a relação atual entre China e Índia, que passeia entre a desconfiança mútua e a euforia diplomática. Dessa forma, nas próximas páginas, a ambigüidade das relações sino-indiana será abordada, nos aspectos econômicos e diplomáticos, onde a relação é bastante promissora, e no aspecto estratégico e militar, onde podemos observar esse relacionamento bilateral na sua forma mais competitiva.

2.1 - Aspectos Econômicos e Diplomáticos: a volta do *Chini-Indi bhai bhai*?

Em termos diplomáticos, desde 2001, podemos observar uma grande melhoria nas relações entre China e Índia através da realização de uma série de visitas recíprocas de dirigentes do alto-escalão, (ver tabela abaixo) visando à intensificação de acordos bilaterais, e à intensificação das

²¹ Esses testes ficaram conhecidos como Pokhran II, pois em 1974 Indira Gandhi já havia realizado testes na região, com o codinome de Smiling Buddha. Porém, os testes de 1998 tiveram, segundo o governo, “motivos estritamente pacíficos” (Sen, 2005, p. 254)

²²²² Essa visão concêntrica do Sistema Internacional foi inaugurada por Kautilya, principal teórico político indiano, que determina que as prioridades da política externa indiana estão organizadas em círculos concêntricos, sendo que no primeiro círculo estão os países que fazem fronteira com a Índia como Paquistão, China, Nepal, Sri Lanka e Bangladesh, no segundo estão os países do Sudeste Asiático. Ásia Central e Oriente Médio; mais além estão os países africanos (COHEN, 2005, p. 238-256). Esse modelo ficou conhecido como teoria da mandala, e como cita Cohen (2005, p. 41), expressa a visão ultra-realista de Kautilya sobre Geopolítica.

Medidas de Confiança Mútuas que haviam sido propostas em acordo realizado em 1996. Como exemplo dessas medidas podemos citar: o lançamento de Livros Brancos de Defesa, realização de exercícios militares em conjunto que ocorreram em 2007 e que vão ocorrer novamente em 2009 (*Joint Exercises...2008*).

Quadro 3. Visitas bilaterais de alto escalão entre China e Índia, 1998-2008

Data	Evento
Abril de 1998	Chefe do Estafe Geral, Gal. Fu Quanyou visita a Índia
Abril de 1999	Ministro das Relações Exteriores indiano, Jaswant Singh visita a China
Maió-Junho de 2000	Presidente indiano K.R. Narayanan visita a China
Julho de 2000	Ministro das Relações Exteriores chinês, Tang Jiaxuan, visita a Índia
Janeiro de 2001	Presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo Chinês, Li Peng, visita a Índia
Maió de 2001	Membro do Politburo do PCC e Secretário do Partido na província de Guangdong, Li Changchun, visita a Índia
Dezembro de 2001	Vice-Chefe do Estafe Geral do ELP, Tem. Cel. Zhang Li, visita a Índia
Janeiro de 2002	Premier chinês Zhu Rongji visita a Índia
Março de 2002	Ministro das Relações Exteriores indiano, Jaswant Singh visita a China
Abril de 2002	Ministro das Relações Exteriores indiano Shri Jaswant Singh visita a China
Junho de 2003	Primeiro Ministro indiano Shri Atal Bihari Vajpayee visita a China
Abril de 2005	Presidente do Conselho de Estado da China, Wen Jiabao, visita a Índia
Outubro de 2007	Ministro das Relações Exteriores indiano Shri Pranab Mukherjee visita a China
Janeiro de 2008	Primeiro Ministro indiano Manmohan Singh visita a China
Junho de 2008	Ministro das Relações Exteriores indiano Shri Pranab Mukherjee visita a China
Setembro de 2008	Ministro das Relações Exteriores chinês Yang Jiechi visita a Índia
Outubro de 2008	Primeiro Ministro indiano Manmohan Singh visita a China

Fonte: (SIDHU, YUAN; 2003) e sítios eletrônicos dos ministérios de relações exteriores de China e Índia

O foco dessa reaproximação bilateral continua sendo a tentativa de resolver os problemas fronteiriços, que vem avançando de forma positiva. Na mesma visita, em 2001, pela primeira vez desde 1962, China e Índia trocaram mapas sobre as áreas disputadas. Ainda como resultado dessa visita, foi criado um Grupo de Pessoas Eminentes dos dois países, com o objetivo de estabelecer alguns pontos para uma agenda de trabalho cujo objetivo é aprimorar a relação²³, indicando a intenção das elites de ambos em aquilatar o relacionamento bilateral (Sidhu, 2007).

A melhoria mais significativa em termos diplomáticos entre os dois países ocorreu a partir de 2003, quando duas importantes visitas de dirigentes indianos à China foram realizadas. Em abril, o então Ministro da Defesa George Fernandes – que na ocasião dos testes nucleares de 2008 declarou

²³ Entre esses pontos podemos citar a questão do combate conjunto ao terrorismo e o diálogo estratégico entre os vice-presidentes.

que a China era a ameaça número um para a Índia²⁴ - realizou uma viagem à China. Essa viagem estava imbuída de um grande simbolismo, pois foi quando a China enfrentava o problema da SAARS, e o gesto de Fernandes demonstrava grande solidariedade. Em junho do mesmo ano, o então Primeiro-Ministro indiano Atal Bihari Vajpayee,²⁵ realizou uma visita à China, onde uma série de acordos bilaterais entre os dois países foram firmados.

Com certeza o feito mais importante dessa viagem foi a criação de um grupo de trabalho bilateral para a resolução dos problemas fronteiriços e os gestos feitos pelos dois países, apesar de serem apenas simbólicos e não estarem baseados em nenhum acordo bilateral, de reconhecer o território alheio. Na ocasião, a China reconheceu que Sikkim²⁶ é uma província indiana, assim como a Índia reconheceu que a Região Autônoma do Tibete faz parte integral do território chinês. Isso reforça o que foi declarado pela Índia durante anos, e é a posição oficial do governo indiano desde a década de 60, mas a formalização em um documento é essencial para que outros passos sejam dados em relação à resolução dos outros conflitos territoriais entre China e Índia.

Apesar dessa melhoria, as outras regiões disputadas de Arunachal Pradesh e Aksai-Chin, onde ocorreu a guerra sino-indiana de 1962, não foram mencionadas. Entretanto, as longas rodadas de discussão da questão territorial – onze encontros foram realizados desde 2003 - ainda não resultaram em nada realmente concreto, visto o fracasso dos encontros bilaterais realizados neste ano, quando o chanceler indiano Pranab Mukherje realizou uma visita de quatro dias à China e onde tentativas de estabelecer acordos para a resolução desses problemas fronteiriços fracassaram (*Sino-Indian talks...2008*).

Ademais, essa visita de Vajpayee em 2003, rendeu um grande número de acordos bilaterais no que tange à economia e ao comércio, e também foi nesse momento que os dois países decidiram

²⁴ Existem controvérsias a respeito se a declaração realmente fora realizada por George Fernandes em direção à China ou ao Paquistão, em carta ao então presidente norte-americano Bill Clinton, justificando os testes indianos. O certo é que a repercussão política da declaração foi bastante importante (Sem, 2005).

²⁵ Atal Bihari Vajpayee é fundador do Partido Bharatiya Janata foi Primeiro-Ministro da Índia por dois mandatos: por menos de um mês em 1996, e entre 1998-2002. O Janata é um partido conservador e nacionalista, que tem como objetivos o fortalecimento da defesa nacional e da política externa, atualmente lidera a oposição ao Partido do Congresso, que está no poder.

²⁶ Apesar de não ter sido mencionado anteriormente a região do Sikkim, segundo menor estado da Índia e o menos populoso, situado entre China, Butão e Nepal, que até 2003 a China reconhecia como um Estado soberano, ocupado pela Índia.

reinaugurar Nathu La²⁷ como o local de entrada para o comércio entre os dois países, reabrindo a linha de trem que liga China e Índia - o que também tem um importante papel simbólico – o que ocorreu em 2006.

Em 2005, o Primeiro Ministro chinês Wen Jiabao realizou sua primeira visita à Índia, dando claramente a tônica do que seria o motor do desenvolvimento positivo das relações entre os dois países: a área econômica e comercial, sendo que onze acordos foram assinados nesses quatro dias de visita.

Atualmente, a China é o segundo maior parceiro comercial indiano, atrás apenas dos EUA, enquanto a Índia é o décimo maior parceiro comercial chinês. Em termos de valores, a corrente de comércio entre os dois países cresceu de forma significativa nos últimos anos, passando de US\$ 7,1 bilhões em 2001 para US\$ 17,2 bilhões apenas no primeiro semestre de 2007 (Bajpae, 2007). Essa tendência só tende a aumentar visto que a meta para 2010 é que esse valor atinja US\$40 bilhões de dólares. A tabela abaixo mostra esse incremento no fluxo comercial entre os dois países, que teve seu crescimento mais expressivo nas áreas de equipamentos de transportes e de bens de capital.

Entretanto, o que há de mais relevante na visita de Wen Jiabao à Índia são outros dois pontos: em primeiro lugar reafirma a estratégia de desenvolvimento pacífico da China, que vem buscando um cenário diplomático positivo com seus vizinhos mais próximos; e a tentativa chinesa de equilibrar suas relações com a Índia, já que a visita também fora realizada em outros países do Sul da Ásia, inclusive com o Paquistão, reconhecendo, dessa forma, a centralidade indiana na região. (Acharya, 2005, p 10).

²⁷ Nathu La é um posto de fronteira nas montanhas do Himalaia, entre as regiões do Sikkim e do Tibete, que permaneceu fechado entre 1962 e 2006.

Tabela 1. Evolução do comércio exterior China-Índia, por categoria de bens, 1998-2006

Categoria	(milhões de US\$)	
	Ano	
	1998	2006
Alimentos e bebidas	49,5	210,4
Combustíveis e lubrificantes	120,2	474,4
Suprimentos industriais	1.451,2	16.410,6
Outros bens	0,1	42,9
Bens de consumo	120,3	712,6
Equip. de transporte	20,4	574,6
Bens de capital	160,7	6.433,2
Total	1.922,4	24.858,7

Fonte: UN Comtrade

Entretanto, apesar do progresso na relação comercial bilateral ser palpável, existe uma grande assimetria entre os dois países, que têm cestas comerciais bastante distintas, sendo que a Índia exporta basicamente produtos manufaturados enquanto importa da China produtos com maior valor tecnológico agregado. Ademais, existe um grande potencial para a realização de investimentos em conjunto nas áreas de tecnologia da informação, onde a Índia é um dos grandes líderes mundiais, e para a exploração de recursos energéticos através do estabelecimento de investimentos conjuntos e da criação de uma infra-estrutura comum de transporte desses recursos (Kumaraswamy, 2007)

Segundo Chietigj Bajpae (2007, p.107) na esfera energética a interação sino-indiana tende a ser competitiva, já que ambos os países sofrem com a necessidade de garantir o fornecimento de energia para sustentar seu crescimento produtivo. Dessa forma, a China é, atualmente, o segundo maior produtor e consumidor mundial de energia – atrás apenas dos Estados Unidos. A principal fonte de energia para a China é o carvão, sendo que o país possui vastas reservas do mineral, seguido do petróleo. No caso do último, a dependência das importações desde a década de 1990 preocupa as autoridades, assim como a crescente demanda por gás natural. Esse cenário tende a se manter nos próximos anos, com o carvão mantendo a posição central, mas com menor concentração, e petróleo e gás natural ganhando espaço (Wu, 2007).

O crescimento da necessidade de importação de petróleo e gás natural para sustentar o crescimento chinês é um sério desafio para as autoridades no que se refere à segurança energética do país, desafio este que vem sendo enfrentado por Pequim através da diversificação das fontes desses recursos. A tentativa de garantir novas fontes na Ásia Central, no Sudeste Asiático e na África

demonstram a preocupação do país com a segurança energética e a importância dessa questão para sua política externa.

Já a Índia, para conseguir sustentar seu crescimento econômico e demográfico, que atingirá 1,5 bilhões de habitantes até 2030 a Índia precisará garantir o fornecimento de 61 bilhões de metros cúbicos de gás natural por ano em 20 anos. Dessa forma, a Índia começou a prospectar reservas em seu próprio território, sem muito sucesso, deixando bastante claro que a importação de insumos energéticos é obrigatória. Sendo assim, a Índia iniciou uma política de construção de gasodutos com diversos parceiros para assegurar o seu abastecimento, o que pode ser chamado de diplomacia do gasoduto.

A oeste, a Índia discute projetos de construção de um grande gasoduto que passe pelo Irã e Paquistão, e outro entre o Turcomenistão, Paquistão e Afeganistão. Os projetos ainda não estão confirmados, mas já podemos adiantar que se aprovados terão uma importância bastante expressiva em estabilizar a região. A leste, os principais focos da diplomacia do gasoduto são Bangladesh e Mianmar, sendo esse último o principal parceiro energético indiano na região.

Sendo assim, ambos os países competem por petróleo no Cazaquistão, Equador, Angola e Mianmar e em quase todos, a oferta chinesa prevaleceu, não apenas em termos de oferecer valores maiores como também por ter uma abordagem estratégica mais holística, trazendo questões como infra-estrutura, ajuda financeira e diplomática mas sem nenhum condicionante político. Entretanto, existem alguns momentos de cooperação entre os dois países como demonstrado na tabela abaixo. É importante salientar que os investimentos perpetrados por China e Índia no setor energético partilham o fato de serem voltados para países instáveis, com altos riscos políticos, como Sudão, Mianmar, Angola, Colômbia e Irã.

Quadro 4. Competição e cooperação sino-indiana em projetos petrolíferos

Competição				
Bem	Oferta da Índia	Oferta da China	Vencedor	Data
Sonangol - 50% do bloco marítimo 18 (Angola)	ONGC - \$ 310 milhões	Sinopec - \$ 725 milhões	China	Novembro de 2004
PetroKazakhstan (Cazaquistão)	ONGC-Mittal - \$3,9 bilhões	CNPC - \$ 4,18 bilhões	China	Agosto de 2005
EnCana Corp (Equador)	ONGC - \$ 1,4 bilhão (retirado)	Andes Petroleum (CNPC, CNOOC) \$ 1,42 bilhão	China	Setembro de 2005
South Atlantic Petroleum - participação de 45% (Nigéria)	OVL - \$ 2 bilhões (retirado)	CNOOC - \$ 2,3 bilhões	China	Janeiro de 2006

Cooperação		
Bem	Oferta sino-indiana	Data
Greater Nile Oil Project (Sudão)	OVL - 25% (\$ 750 milhões)	OVL - Março de 2003
	CNPC - 40% (\$441 milhões)	CNPC - 1996
Petro-Canada - 37% (Síria)	\$ 573 milhões (OVL-CNPC - Himalaya Energy)	Dezembro de 2005
Omimex de Colombia Ltd. - 50% (Colômbia)	\$ 850 milhões (OVL-Sinopec)	Agosto de 2006
Yadaravan Oil Field (Irã)	OVL - 29% Sinopec - 51%	Setembro de 2006

Fonte: China Security Vol. 3 No. 4, Outono de 2007

Ainda em 2005 foi assinado um importante acordo entre China e Índia, o Acordo de Parceria para Cooperação Estratégica para Paz e Prosperidade²⁸, demonstrando alguns claros sinais de boa intenção política e diplomática dos dois países, tanto que a Índia declarou que 2006 seria “O Ano da Amizade com a China”. No final de 2006, a Índia foi consagrada com a visita de Hu Jintao, a sua primeira à Índia, que obteve saldos bastante positivos, sendo que, em termos diplomáticos, o principal acontecimento foi a assinatura de um Memorando de Entendimento (Memorandum of Understanding) em cooperação em defesa que passou a ser a segunda área de maior sinergia entre os dois países, dado o número de acordos oficiais assinados entre China e Índia nessa área.

²⁸ “Índia-China Strategic and Cooperative Partnership for Peace and Prosperity”

Nesse sentido, Índia e China possuem interesses em comum, especialmente no que se refere ao combate ao terrorismo e ao extremismo islâmico, que afeta tanto a conflituosa área da Caxemira Indiana quanto o Xinjiang Chinês.²⁹ Esse problema motivou a realização de uma série de exercícios militares em conjunto, que ocorreram com certa frequência desde 2003, tendo o último sido realizado em 2007, com 100 combatentes de cada lado (Martins, 2008). Os exercícios ocorreram na província chinesa de Yunnan³⁰ e foco desses exercícios em conjunto é a realização de treinamento de forças anti-terroristas em regiões montanhosas. Em declaração, o Ministro da Defesa Indiano deixou bem claro que esse tipo de exercício em conjunto faz parte das Medidas de Confiança Mútuas entre os dois países, e deverão ocorrer anualmente. Além disso, outras iniciativas do gênero são tomadas no âmbito da Organização da Cooperação de Xangai (OCX)³¹, que a Índia é membro observador.

Além disso, em 2003 e 2005, foram realizados exercícios conjuntos entre as duas marinhas, respectivamente no Mar do Sul da China e no Oceano Índico. Esse fato é extremamente relevante pois, como vamos observar quando tratarmos da questão militar e da competição sino-indiana no Sudeste Asiático, em outras seções, provavelmente a zona de maior impacto da competição entre esses dois países será no Oceano Índico.

Ademais, em fóruns multilaterais, como a OMC e o G77, China e Índia se posicionam de forma semelhante em tópicos como os subsídios agrícolas e as emissões de carbono. Em termos de política externa, é notável que ambos os países buscam estabelecer uma maior multipolaridade no Sistema Internacional, e usam sua importância diplomática nas Organizações Internacionais para tal fim.

Nesse sentido, uma vitória da diplomacia multilateral indiana foi recentemente conseguida, graças ao apoio chinês. Em setembro de 2008, o Grupo de Fornecedores Nucleares (GFN)³² aprovou

²⁹ A região de Xinjiang é uma das províncias mais conturbadas da China, visto que é povoado pela minoria étnica dos uigures, que são islâmicos e cuja origem étnico-linguística é turca. Existe uma pressão separatista dessa minoria para a formação do que seria o Turquestão Oriental, que é levada a cabo por diversas organizações que são consideradas como terroristas pelo governo chinês.

³⁰ Localizada no Sul da China, perto de Mianmar, é uma das regiões menos desenvolvidas do país.

³¹ Em inglês: Shanghai Cooperation Organization (SCO). A Organização para a Cooperação de Xangai é formada por China, Rússia, Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Turcomenistão.

³² O Grupo de Fornecedores Nucleares é um órgão intergovernamental composto por 45 países, formado em 1974 após a realização de testes nucleares pela Índia (Pokhran II – Smiling Buddha), cujo objetivo é criar regras e monitorar a exportação e transferência de tecnologia nuclear ou relacionadas. Para maiores informações ver o sítio eletrônico do GFN (<http://www.nuclearsuppliersgroup.org/default.htm>).

o acordo de transferência de tecnologia nuclear para uso civil dos Estados Unidos para a Índia³³, onde a China se mostrava como o principal opositor. Entretanto, a mudança da posição chinesa ocorreu não por amizade à Índia, mas pelo pragmatismo da política externa chinesa. Como afirma Martins (2008, p. 171)

(...) a reviravolta da posição chinesa marca a disposição de competir no plano regional com os Estados Unidos e com Israel, os quais estabeleceram acordos de cooperação nuclear com a Índia. De todo modo, após os acordos feitos pela Índia com os americanos, mantê-la fora do GFN seria uma medida de eficácia duvidosa: apenas aumentaria a dependência indiana em relação à América. A aposta chinesa é que, com a cooperação, a Índia desenvolva seu programa nuclear multilateralmente e aumentem também as chances de supervisão internacional e a probabilidade de que o material não seja usado para fins militares.

Contudo, os países agem de forma diferente em organizações como as Nações Unidas em tópicos de grande relevância. Direitos Humanos, intervenção humanitária e apoio à democratização são aspectos sensíveis entre China e Índia nos fóruns diplomáticos, já que os pontos acima são defendidos pela Índia, em quanto que a China se recolhe, apesar de que aos poucos, questões como intervenção humanitária estarem também sendo defendidos pela China (Cooper, Fues; 2007;p.8).

Um tópico em especial, a Reforma do Conselho de Segurança da ONU, em que a Índia busca um assento permanente (juntamente com Brasil, Japão e Alemanha, o que ficou conhecido como G4), tenciona a relação entre os dois países. Apesar da China ter declarado, na ocasião da visita de Wen Jiabao à Índia, de que apoiaria a candidatura indiana, a China acaba por sempre voltar atrás ou rever a sua posição, basicamente por quatro motivos: a Índia busca poder de veto, algo que a China não concorda; o Paquistão, um dos grandes aliados da China pressiona para que a Índia não seja aprovada; pela pressão exercida pela proposta da União Africana, contrária a proposta indiana³⁴; e é claro pela candidatura da Índia vir junto com a candidatura do Japão, algo que a China nunca aprovaria.

De qualquer forma, como observam Cooper e Fues (2007), aos poucos essa tensão tende a ficar mais latente, já que a Índia tem lentamente mudado sua forma de atuação nas Nações Unidas, já que antes primava pelo espírito terceiro-mundista e o não-alinhamento, e atualmente atua em conjunto com os Estados Unidos da América, em muitos casos. Da mesma forma a China tem

³³ O acordo civil nuclear entre Índia e Estados Unidos será discutido na seção 3 do corrente capítulo quando for analisada a questão do impacto dos Estados Unidos na relação sino-indiana.

³⁴ Como será demonstrado no próximo capítulo, a aproximação da China com a África faz com que esse país evite indisposições com o continente.

buscado uma atuação mais multilateral e conciliatória nesse grande fórum de discussão, o que são reflexos das mudanças identificadas nas políticas externas de ambos os países.

Sendo assim, se observarmos com mais cuidado, veremos que em muitos aspectos a relação entre esses dois países ainda é permeada pela desconfiança mútua e pela competição. Além de existirem conflitos econômicos e territoriais em aberto, o ambiente de desconfiança atinge também pontos mais cruciais da relação, como a questão da modernização militar que vem ocorrendo nos dois países, promovendo uma espécie de competição armamentista³⁵ no continente asiático.

2.2 - Competição e modernização militar na Índia e China

No horizonte estratégico indiano a China possui um lugar de destaque como ameaça eminente à sua segurança e a estabilidade regional. “O fator China tem sido um elemento crítico constante na equação de segurança indiana desde 1962, na Guerra Sino-Indiana, passando pelo primeiro teste nuclear chinês em 1964, até a declaração do Ministro da Defesa Indiano, George Fernandes, de que a China era a ameaça nuclear número um” (Sidhu; Yuan, 2003). De fato, a China nunca foi considerada inofensiva pelos indianos. Em famosa carta, até Nehru concordava que a China era uma grande ameaça ao subcontinente. O acelerado crescimento chinês e a possibilidade de alguma disputa no campo econômico nunca pareceram ser a maior preocupação das autoridades indianas. A grande questão que permeia os medos indianos é a reforma nas forças armadas e o desenvolvimento de tecnologia militar nova e própria.

Em um relatório publicado pelo Ministério de Defesa Indiano em 2003, os receios com o processo de modernização militar da China ficam bastante evidentes. O documento afirma que a China perseguiu uma rápida modernização militar, com o objetivo de tornar o mais rápido possível uma potência. Sendo que os dois países possuem uma fronteira em comum de 3.500 quilômetros, as preocupações da Índia aumentam, na medida em que todas as principais cidades indianas estão ao alcance de mísseis chineses e “essa capacidade está sendo aumentada para incluir os mísseis de balísticas submarinas (Submarine Launched Ballistic Missilies-SLBMs)”³⁶.

³⁵ Competição armamentista ao invés de corrida armamentista é o termo mais correto para caracterizar o momento em que se encontra o processo de modernização militar entre os dois países, pois apesar de não haver mobilização total para a guerra os Estados procuram, através do seu desenvolvimento militar, obter vantagens de segurança sobre os outros, criando uma situação de dilema da segurança. (BUZAN, HERRING, 1998).

³⁶ 2002-2003. Annual Report-Ministry of Defence, Government of India

Além do orçamento de defesa chinês ser pelo menos 50 % maior do que o indiano, a assimetria em termos militares, favorável à China, é grande. Atualmente, o orçamento chinês atinge quase 60 bilhões de dólares por ano, com uma taxa de crescimento anual de 10 % , enquanto a Índia destina 27,21 bilhões de dólares para sua defesa³⁷, com crescimento previsto de 8,5 % ao ano. (*Jane's Country Profile 2008*). Apesar dessa discrepância em termos de valores, ambos os países estão procurando modernizar sua defesa e estimular sua indústria bélica, não apenas para auto-defesa, mas também para a exportação de armamentos.

Tanto Índia quanto China estão passando por um período de modernização de sua indústria bélica, cujo principal objetivo é o aumento da autonomia e o desenvolvimento tecnológico. Como declarado pelo ministro da defesa indiano A. K Antony, a política para defesa indiana a partir de agora será focada na busca de parcerias e co-produção, ao invés de apenas importação de equipamentos. Essa produção conjunta já ocorre com a Rússia, através do desenvolvimento dos mísseis *BrahMos* e outros equipamentos, especialmente na área aeronáutica para o desenvolvimento de aviões de combate multifunção assim como a China está desenvolvendo com o Paquistão.

Entretanto, a indústria de defesa indiana ainda está bastante atrasada frente a outros competidores, especialmente a China, e precisa passar por uma série de reformas e adaptações para conseguir não apenas ser auto-suficiente, mas exportar equipamentos de alto valor agregado. Os dados já são de certa forma, positivos visto que a Índia já exporta para Mianmar, Ilhas Maurício e para o Sri-Lanka (*Janes's Industrial Quarterly, 2008*).

A indústria de defesa chinesa já está mais adaptada para competir e para se inserir no mercado de armamentos, até por ter parte de sua produção voltada para exportações, segundo o White Paper chinês de 2006. Isso ocorre especialmente para países em desenvolvimento, que após o momento de sucateamento da produção militar que ocorreu nos anos 90 estão voltando a se equipar e encontram na China um bom fornecedor, especialmente os países Africanos e do Sudeste Asiático.

Entre esses países, o mais importante e maior cliente chinês continua sendo o Paquistão, que compra armamentos chineses desde a década de 60. Segundo o *Jane's Industrial Quarterly* de julho

³⁷ A composição dos gastos de defesa chineses é bastante controversa, já que a China não agrega importação de equipamentos, treinamento de paramilitares, pesquisa e desenvolvimento e gastos com forças estratégicas nessa categoria (Fonte: GloboSecurity.org/ Disponível em www.globalsecurity.org, ultimo acesso, setembro de 2008). A falta de transparência faz com que os dados sejam discrepantes. Segundo o IISS a China gastou apenas US\$ 46,7 bilhões em 2007.

de 2008, a China já forneceu ao Paquistão caças, radares, helicópteros, tanques, fragatas, sendo que o mais impressionante é a quantidade de projetos de desenvolvimento de armamentos em conjunto em que os dois países participam.³⁸ Segundo a mesma publicação, a modernização das indústrias de defesa nos dois países é um sinal preocupante não apenas pelo fato de identificarmos uma nova competição armamentista no continente asiático, mas pela possibilidade de atrito e conflitos entre China e Índia na busca por mercados para seus armamentos, visto que as duas produções são voltadas para o mercado externo.

Em 2003, a China começou a realizar missões espaciais tripuladas³⁹ comemoradas pelo presidente Hu Jintao como um grande marco histórico, sendo que já para 2010 está planejada uma missão não tripulada à Lua, com tecnologia puramente chinesa. Nesse aspecto, a Índia também procura buscar novas tecnologias de exploração espacial, tanto de caráter puramente científico quanto de caráter comercial, especialmente com o lançamento de satélites. Entretanto, a Índia ainda está bem aquém da China quando se trata de desenvolvimento desse tipo de tecnologia.

Em resposta ao lançamento chinês, Shashi Tyagi, comandante das Forças Aéreas Indianas, declarou que o país iria desenvolver seu próprio comando militar espacial⁴⁰ e, assim como a China, desenvolver seu sistema de navegação por satélite (Bajpae, 2007). Já em 22 de outubro de 2008 a Índia realizou com sucesso o lançamento de sua primeira sonda lunar, a Chandrayaan 1, demonstrando que a pesquisa espacial na Índia também faz parte da estratégia de modernização militar do país. Segundo Gopal Raj, acadêmico autor de obras sobre o programa espacial indiano, o programa chinês é um fator fundamental, que impulsiona a pesquisa espacial indiana, entretanto não é o único. Segundo o mesmo autor, a lógica que alavanca os programas de ambos os países é a necessidade de possuir tecnologia espacial independente e acesso livre ao espaço. Entretanto, a Índia não possui tecnologia de lançamento de satélites, sendo que ainda usa sistemas europeus, e os veículos lançadores de satélites que estão programados para serem lançados em 2012 possuem um *payload* pequeno (*Asian Space Race, 2008*).

³⁸ Entre os principais produtos podemos citar quatro fragatas F-22P, as três primeiras sendo construídas na China e a quarta no Paquistão (nenhuma foi entregue até o momento); o tanque de batalha Al Khalid I ou MBT 200, que já fazem parte do Exército indiano desde 2001; além da produção conjunta do caça PAC JF-17 Thunder, ou Chengdu FC-1 para a China, caça multifunção.

³⁹ Não são apenas China e Índia que vem desenvolvendo tecnologia espacial. Relatório do Jane's Defence Weekly demonstra que Japão, Coreia do Sul, Malásia, Cingapura e até mesmo Vietnam, que lançou seu primeiro satélite de comunicação em abril de 2008, estão desenvolvendo tecnologia própria nesse âmbito.

Contudo, os testes nucleares realizados pela Índia em 1998⁴¹ reposicionaram o país estrategicamente no continente asiático. Ainda persiste um debate sobre o efeito dissuasório dos testes nucleares que ocorreram na Índia e no Paquistão ao mesmo tempo, e que levaram a um cenário de estabilidade entre China, Índia e Paquistão (Rajain, 2005)⁴². É importante notar que tanto China quanto Índia adotam como doutrina nuclear o princípio defensivo de nunca empregar primeiro esse tipo de armamento (*no-first use*), o que vai de acordo com a hipóteses de Rajain do efeito dissuasório das armas nucleares na região. Dessa forma, a importância dos testes indianos não pode ser menosprezada, pois podemos afirmar que mesmo que a China estivesse ciente das aspirações indianas de se tornar uma grande potência, até então a Índia não fazia parte da sua equação geoestratégica.

A capacidade nuclear indiana ainda é muito menor que a chinesa, e para isso o Ministério da Defesa Indiano está investindo em um processo de desenvolvimento e pesquisa em tecnologia militar, para conseguir, no longo prazo, se equiparar com a China, ou ao menos não precisar importar grande parte do seu aparato militar (*Janes Industrial Quarterly*, 2008). A Índia vem demonstrando a sua intenção de se colocar como uma potência militar com a realização de inúmeros testes e demonstrações públicas, bastante midiáticas, de seus novos armamentos, sendo que os que ficaram mais conhecidos são os testes com os mísseis dos projetos Agni⁴³.

Desde 1998, a Índia desenvolve mísseis especificamente voltados para sua proteção contra a China (Sidhu; Yuan, 2003). Os mísseis que fazem parte do projeto *Agni II* foram testados em 2001, com certo sucesso, apesar das autoridades indianas constatarem que seus armamentos não eram ameaça real aos chineses, pois seu alcance é de apenas 2.100 Km. (Mohan, 2007). Em abril de 2007, os mísseis de longo alcance do projeto *Agni III*, que atingem praticamente todo território chinês, incluindo Pequim e Xangai, foram testados sem sucesso, e em fevereiro de 2008, foi realizado um teste com o mísseis submarinos a partir de uma plataforma localizada a cinquenta metros de profundidade .

⁴⁰ Segundo Martins (2008), um dos principais problemas da Índia é a falta de comando do espaço para a guiagem de seus cruzadores, com a inauguração de um sistema de navegação própria o cenário se alteraria.

⁴¹ Esses testes ficaram conhecidos como *Operação Shakti*

⁴² A República Popular da China se tornou em uma potência nuclear em 1964 quando realizou seu primeiro teste, e o Paquistão em 1998, em resposta ao teste indiano.

⁴³ Agni é uma divindade hindu, e em sânscrito quer dizer fogo.

A modernização militar dos dois países contribui para que ambos se percebam como mutuamente ameaçadores, contribuindo para a instabilidade em toda a região. Em maio de 2008, um novo teste com os mísseis *Agni III* foi novamente realizado com muito sucesso, atingindo até 3.000km de distância e com capacidade para transportar até 1.000 kg, e precisou de apenas 800 segundos para atingir seu alvo (*India Conducts third...2008*). Segundo analistas militares indianos, o *Agni III* ainda precisa ser testado outras vezes, mas poderá entrar em operação já em 2010. Além disso, segundo Bajpae (2007) o exército indiano vai ser o primeiro a ser armado com mísseis supersônicos (terra-terra) através do desenvolvimento dos mísseis BrahMos em conjunto com a Rússia, que vai atribuir uma grande vantagem estratégica à Índia.

Porém, no momento, os mísseis *Agni III* ainda não estão em testes, e só entrarão em operação em 2011 (*IJSS, 2008*), sendo que por enquanto, os mísseis disponíveis, *Agni II* não atingem as principais cidades chinesas, nem as regiões mais populosas, sendo que dessa forma a vantagem da China sobre a Índia fica ainda mais evidente.

Entretanto, por mais que a Índia esteja avançando no desenvolvimento de seus mísseis balísticos, eles não representam uma grande vantagem frente ao mesmo tipo de armamento chinês (Míssil Balístico Inter-Continental), que possuem um payload maior, além de maior alcance. Além disso, e o mais importante, as ogivas chinesas possuem um rendimento muito maior dos que as indianas, sendo que poucos mísseis chineses fariam um grande estrago se atingirem a Índia.⁴⁴ No momento a China está finalizando o desenvolvimento dos mísseis DF-31 A (Dong-Feng 31 A), que é a variedade aprimorada do DF-31, inaugurado no início dos anos 2000. O DF-31 A tem um alcance balístico de 11mil quilômetros e pode transportar uma ogiva de até uma tonelada com rendimento maior do que a ogiva indiana. Dessa forma, fica claro que a China continua, e continuará muito além da Índia na esfera de desenvolvimento desse tipo de armamento.

Além disso, como menciona Martins (2008, p 191),

“mesmo que houvesse certa paridade em mísseis e em rendimento das ogivas da Índia e da China, os indianos estariam em clara desvantagem. Sua população e suas principais cidades

⁴⁴ Segundo Martins (2008, p 191) “O *Agni II*, para um alcance de 2.000 km (DoD)427/2.500 km (GS) possui uma ogiva nuclear de rendimento de 150 a 200 kt428 ou capacidade de entrega de 1.000 kg429 (alto explosivo ou química). Existe apenas um regimento indiano comissionado com essas armas cujo montante total é estimado em oito (08) a doze unidades (12)430. O *DF-21*, para um alcance de 1.170 km (DoD)431/1.800 km (GS); entrega uma ogiva nuclear de 200 a 300 kt ou uma convencional de 600 kg (alto-explosivo ou termobárica”. A ogiva do *Agni II* é a mesma do *Agni III*, o que mudará apenas é o alcance do míssil.

estão próximas da fronteira, aos pés da Cordilheira do Himalaia. Poucas ogivas chinesas causariam uma devastação considerável”.

A maior capacidade tecnológica da China aliado à questão territorial faz com que um ataque da Índia ao país seja uma decisão quase inviável, pois mesmo mísseis de curto alcance chineses (DF-15, DF-21 ou DF-3A) poderiam ser mobilizadas para atingir a região do Assam, uma das mais populosas da Índia, enquanto que os mísseis indianos, por enquanto, atingem apenas regiões pouco populosas. Ainda segundo Martins, que realizou um estudo comparando os rendimentos e o potencial de destruição dos mísseis nucleares indianos e chineses, no caso de uma guerra nuclear os danos causados à Índia são 27 vezes maiores do que os causados à China (Martins, 2008, p193)⁴⁵.

Outra questão bastante latente no desenvolvimento estratégico de ambos os países é a questão naval, que a Índia sempre prezou. Apesar de se conceber que os esforços navais chineses sempre estiveram mais voltados para um cenário de guerra com Taiwan, a China vem demonstrando muito interesse em desenvolver capacidade naval de águas azuis, especialmente no que concerne o controle de rotas comerciais estratégicas e o controle dos estreitos. Militares indianos, como o Almirante Sureesh Mehta, demonstraram muita preocupação em relação ao posicionamento de submarinos nucleares chineses (Jin-class⁴⁶) em uma base perto de Sanya, em Hainan, alertando que isso poderia alterar significativamente a distribuição de poder no Oceano Índico, que é uma região tradicionalmente percebida pela Índia como sua natural de influência.

No entanto, as forças navais indianas não podem ser desprezadas, sendo que são utilizadas para manter a posição de liderança do país no Oceano Índico com o estabelecimento de bases militares⁴⁷, e que vem se expandindo através da execução de exercícios em conjunto com outros países asiáticos, especialmente com os membros da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e a Coreia do Sul, no Mar Meridional da China. A intenção estratégica da Índia em termos de posicionamento naval é se colocar como o ponto de equilíbrio entre as forças navais dos EUA e da Rússia e impossibilitar incursões de países como o Japão e a China no Oceano Índico⁴⁸. Isso faz parte do programa Sea Bird, onde os Estados Unidos estão auxiliando a construção de bases no Oceano

⁴⁶ Cada submarino Jin-Class poderá comportar até 16 mísseis DF-31, sendo que dependendo de onde for lançado poderá atingir parte da costa norte-americana, provendo a China com uma importante força-nuclear naval. Para maiores informações ver www.globalsecurity.org

⁴⁷ A questão do Oceano Índico será analisada de forma mais ostensiva no Capítulo 5.

Índico e a modernização da marinha indiana, garantindo a segurança dessa região e das rotas de transporte de petróleo, através dele, por exemplo, a Marinha chinesa não poderia operar fora do Mar Meridional da China. O programa agora recebe o nome de *INS Kadamba*, nome da maior base construída sobre o programa (Martins, 2008), e a questão do Oceano Índico será tratada detalhadamente quando analisarmos a interação estratégica sino-indiana no Sudeste Asiático.

A Índia já está desenvolvendo tecnologia própria para a construção de submarinos nucleares, assim como já está desenvolvendo projetos para a construção de mísseis balísticos de lançamento submarino. Como parte da estratégia de expandir sua presença no Oceano Índico, especialmente em locais estratégicos, a Índia estabeleceu um Comando Naval do Extremo Oriente (Far Eastern Naval Command – FENC) nas ilhas de Andaman, que se localizam na entrada do Estreito de Malacca e próximas das Ilhas Coco's, de Mianmar, onde a China possui uma estação de SIGINT⁴⁹. (Bajpae, 2007).

A tensão militar também pode ser percebida através do retorno da militarização das fronteiras. Até o início de 2007 a Índia havia registrado dezenas de incursões militares chinesas no seu território, e apesar do Ministro da Defesa chinês ter publicamente declarado que não passavam de fatos acidentais, a Índia passou a investir em um grande programa de infra-estrutura viária na região para a ocupação territorial e o deslocamento de tropas, processo que já vem ocorrendo faz tempo na China. Esses são indícios de que, apesar da relação bilateral ter evoluído bastante em termos diplomáticos, ainda existem assuntos não resolvidos e muita tensão entre os dois países.

2.3 – O impacto desestabilizador de terceiros na relação sino-indiana

O objetivo dessa seção é analisar como outros países impactam a relação sino-indiana, e como, a partir da análise dessa intervenção externa, podemos conjecturar sobre como se dará a configuração de novas alianças político-diplomáticas no decorrer do Século XXI no continente Asiático. Dessa forma, como a presença dos Estados Unidos, Japão, Paquistão e Rússia intervêm no equilíbrio do relacionamento entre Índia e China será o foco dessa última seção da primeira parte do trabalho. A análise detalhada e aprofundada da relação de cada um desses países com Índia e China merecia uma monografia a parte, entretanto, como o objetivo do trabalho é trazer o maior número de elementos

⁴⁹ SIGINT é a sigla em inglês para Inteligência de Sinais – Signals Intelligence, e tem como objetivo capturar os sinais de transmissões, sejam elas quais forem.

possíveis para a análise, apenas sinalizo os pontos principais da influência desses países na interação estratégica sino-indiana.

2.3.1 - Estados Unidos

Os Estados Unidos são reconhecidamente uma potência asiática desde o final da Segunda Guerra Mundial, o que fica evidente se observarmos que o termo Ásia-Pacífico foi cunhado para que as dinâmicas de segurança desse país também pudessem ser consideradas quando analisando a região. É importante notar que o caráter da presença norte-americana no continente asiático como um todo é marcado pelo contexto da Guerra Fria, onde as relações se estabeleciam e se fortaleciam na medida em que poderiam ser estratégicas para a contenção da URSS. De forma menos clara, podemos observar que a atual inserção norte-americana na Ásia é também marcada pela tentativa de contenção de novas potências emergentes - no caso, a China.

Desde a secundo metade do século XX a presença norte-americana no Leste Asiático é bastante intensa, devido à implementação de bases militares no Sudeste do continente, à grande presença de tropas norte-americanas na região devido às Guerras da Coreia e do Vietnã, e à relação privilegiada dos EUA com o Japão desde o final da II Guerra Mundial e com a China a partir da década de 70. A presença norte-americana no Sul da Ásia é menos marcante do que no Leste, sendo que essa região teve sua importância notada apenas no final da década de 70, com a Guerra do Afeganistão, onde foi necessária uma maior presença norte-americana para a contenção da União Soviética.

Atualmente mais da metade das bases militares norte-americanas assim como mais da metade das tropas dos Estados Unidos estão estacionados no continente asiático. A importância geopolítica também não pode ser menosprezada, já que 50% de todo o comércio marítimo do mundo passam pelo estreito de Málaca, e que a região é estratégica para o acesso a valiosas fontes de recursos energéticos, como o Oriente Médio, o Cazaquistão e a Rússia.(Dittmer, 2008).

Por causa dessa forte relação com o continente asiático, os EUA tanto afetam quanto são afetados pelas mudanças que podem ocorrer devido ao crescimento de China e Índia e sua ascensão como possíveis potências rivais à hegemonia norte-americana. Nesse sentido, os EUA estão conseguindo explorar as rivalidades e idiosincrasias de cada um dos dois países para que, ao menos no curto e médio prazo, uma aliança contra-balançante sino-indiana à suposta hegemonia norte-americana não seja possível. Como afirma Rajamony, em artigo publicado em 2003, a

inter-relação entre Índia, China e os Estados Unidos será um fator determinante para o curso dos eventos na Ásia no século XXI, e a forma que esses três países interagem e gerenciam seu relacionamento influencia o futuro de paz e estabilidade na região.

Um movimento bastante marcante da postura norte-americana frente ao crescimento asiático, e principalmente frente ao crescimento chinês é a inauguração de um novo padrão de relacionamento com a Índia. Durante quase todo o período da Guerra Fria, a relação entre esses dois países permaneceu congelada devido ao apoio indiano à URSS (Sidhu, Yuan 2003). Com o desmantelamento da URSS e o processo de abertura econômica e política da Índia, a relação entre os dois países passou por grandes avanços, especialmente devido ao grande número de imigrantes indianos nos EUA, considerados a comunidade estrangeira mais culta e educada do país (Burns, 2007).

Durante os anos 90 a cooperação não evoluiu de forma sistemática devido às diferentes visões frente à questão da não-proliferação, o que foi bastante agravado com os testes nucleares indianos em 1998. Entretanto, nesse momento, os Estados Unidos perceberam a importância da Índia, e a sua postura se alterou drasticamente a ponto de, em 1999, na ocasião da Crise de Kargil, os EUA surpreenderem e repreenderem o Paquistão, com quem gozam de excelente relacionamento.

Em 2000, o então presidente do EUA, Bill Clinton, realizou uma visita oficial à Índia, o que pôde ser considerado o ponto de inflexão no relacionamento indo-americano. Segundo Rajamony, a importância da visita, além de estabelecer um novo ambiente para diálogo, se deu por ter ocorrido logo após a deflagração da Crise de Kargil, e principalmente pelo presidente Bill Clinton ter passado cinco dias na Índia, e apenas algumas horas no Paquistão. Como afirma o autor:

"Os Estados Unidos também viram a visita como um marco importante. Apesar do descontentamento com o programa de armamento nuclear indiano, os Estados Unidos perceberam que isolar a Índia não seria do seu interesse. Era muito melhor envolver a Índia e criar influência através de uma relação forte. O crescimento econômico impressionante de em média 6 % mantido pela Índia durante os anos noventa, sua indústria de TI dinâmica, com laços estreitos com a americana, e o fato de que os Estados Unidos se tornaram o maior investidor e parceiro comercial da Índia, também criaram um imperativo econômico de colocar as relações adiante em um novo passo. Finalmente, a comunidade indo-americana

(com poder econômico significativo em ambos os países e grandes interesses em aproximá-los) também teve um peso importante nos cálculos americanos”.⁵⁰

Essa postura frente à Índia foi seguida e intensificada pelo Governo Bush, especialmente após os atentados de 11 de setembro, quando a Índia se tornou uma importante parceira dos EUA na sua Guerra Global contra o terror, especialmente fazendo pressão ao Paquistão. Para Rajamony, a contínua aproximação estratégica entre os dois países pode ser notada através do grande número de encontros entre o alto-escalão dos governos dos dois países, da retirada das sanções impostas à Índia pelos testes nucleares de 1998; da atuação norte-americana no Paquistão; da colaboração entre as agências de inteligência indianas e norte-americanas no contexto de Guerra Global contra o Terror e, principalmente, da importância da Índia na estratégia norte-americana no Afeganistão, onde é um dos principais pilares de sustentação do Governo Karzai. Além disso, a aproximação pode ser evidenciada pelos avanços em termos econômicos, através do incremento do fluxo comercial e de cooperação militar.

A maior prova de aprofundamento das relações entre dois países é o acordo civil nuclear indo-americano, através do qual será permitida a transferência de tecnologia de uso dual dos Estados Unidos para a Índia. Segundo Rahul Bedi (Bedi, 2008), o controverso acordo permite que a Índia continue desenvolvendo seu programa nuclear, e se mantenha fora do TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear), com anuência e aprovação dos Estados Unidos, mas coloca 14 de suas 22 instalações nucleares sob os auspícios de salvaguardas. Para que o acordo entre em vigor, falta apenas a aprovação do congresso indiano, visto que o congresso americano já o fez. Por enquanto, é a oposição de membros comunistas do parlamento que fazem parte da atual coalizão governista, que acreditam que o acordo é uma forma de os Estados Unidos enquadrarem a Índia na sua estratégia de política externa, alienando a autonomia indiana, que impede a aprovação do acordo.

⁵⁰ Tradução livre da autora. Texto original: *“The United States too saw the visit as an important milestone. Despite unhappiness over India’s nuclear weapons program, the United States realized that isolating India was not in its interest. It was much better to engage India and build influence through a strong relationship. The impressive economic growth India maintained during the nineties of around 6 percent, its dynamic IT industry, with close links to the IT sector in the United States, and the fact that the United States had become both the largest investor and trading partner in India, also created a clear economic imperative for putting relations onto a new footing. Finally, the Indian American community (with significant economic stakes in both countries and a vested interest in bringing the two together) also played an important role in U.S. calculations.”*

Entretanto, como menciona William Cohen, Ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, o colapso do acordo civil-nuclear entre Estados Unidos e Índia não afetará o bom desenvolvimento das relações militares entre os dois países. Nos últimos seis anos, segundo relatório do Jane's Defence Weekly, a Índia já adquiriu mais de US\$ 230 milhões em equipamentos militares dos Estados Unidos, como radares e helicópteros.⁵¹ Além disso, em 2007 a Índia adquiriu seu primeiro navio de guerra dos Estados Unidos, o USS Trenton rebatizado de INS Jalashwa, navio que atualmente é o segundo maior da tropa indiana. Não obstante, a parceria já está ocorrendo através da formalização de *joint-ventures* entre EUA e Índia e da assinatura de contratos onde a Índia irá comprar em armamentos o equivalente à U\$S 60 bilhões de dólares em 2012. As expectativas são de que até 2022 esse montante chegue à U\$S 80 bilhões por ano.

Entretanto, a relação entre os dois países, por mais promissora que aparente ser, ainda é muito recente e frágil, sendo que alguns elementos de caráter interno de ambos podem frear o avanço das mesmas. Em primeiro lugar, os Estados Unidos sempre foram um aliado bastante próximo do Paquistão, sendo que esse país até então era o centro do apoio americano no Sul da Ásia; em segundo lugar, o apoio à recente aliança estratégica indo-americana não é uma posição homogênea no Congresso Indiano, sendo que existe a possibilidade de descontinuidade desse projeto na medida em que mudarem os líderes do país, que nos últimos anos têm sido os responsáveis pela reaproximação indo-americana.

Ademais, como mencionado por Sidhu e Yuan (2003), até que ponto a Índia vai permitir ser apenas um instrumento da estratégia norte-americana de contenção chinesa? Até que ponto o que se observa é a criação de uma aliança estratégica, mesmo que informal para frear a expansão do poderio chinês no continente asiático? E principalmente, o quanto seria viável os Estados Unidos abrir mão do seu bom e necessário relacionamento com a China em nome da Índia?

Em comparação com as relações sino-americanas, a interação entre Estados Unidos e Índia ainda é baixa, especialmente no que tange ao aspecto econômico. Atualmente, a China é o maior detentor de títulos da dívida dos Estados Unidos, com cerca de um trilhão de dólares acumulados. Aliado aos excedentes comerciais chineses, este fato produz uma grande interdependência entre os dois países, já que os Estados Unidos dependem da emissão de dívida para sustentar seus déficits

⁵¹ Nos últimos seis anos, segundo relatório do JDW a Índia já adquiriu 12 Thales-Rayton System (NA/TPQ-37), 3 Radares localizadores de artilharia por US\$142,4 milhões, plataformas de aterrissagem 16,900-ton Austin Class, USS Trenton por U\$S 50 milhões e seis helicópteros Sokorski UH-3H por U\$S 39milhões.

gêmeos e a China depende do consumo americano para manter seu superávit. A manutenção dessa situação é uma das questões mais importantes na conjuntura da crise financeira internacional.

A princípio, segundo acadêmicos e analistas já tratados nessa seção, e principalmente segundo Washington e Nova Déli, a emergente relação entre Índia e Estados Unidos não é derivada de um desejo de contenção ao crescimento chinês (Sidhu, Yuan). Entretanto, é difícil acreditar que essa relação não tenha a contenção da expansão chinesa como objetivo estratégico de longo prazo, e essa possibilidade não pode ser descartada, especialmente pela potencialidade de seus efeitos de contenção à China caso isso seja o desejado.

Entretanto, como vamos observar o que está ocorrendo é o início do delineamento da formação de alianças, por enquanto informais, mais que indicam que poderão no futuro servir de base para o desenvolvimento de arranjos de segurança mais sofisticados, e ativos politicamente. Assim, a Índia, não apenas tem aprofundado seu relacionamento com os Estados Unidos nas esferas econômicas e militares com, mas também aliados históricos norte-americanos, o que de certa forma dificulta a situação chinesa, como Israel e Japão; assim como a China revigorou sua relação com o Paquistão. Nas duas próximas seções, o papel do Japão e do Paquistão serão analisados como países que contribuem para desestabilizar a relação entre China e Índia.

2.3.2 - Japão

Desde a última reunião dos países do Fórum Regional da ASEAN (ASEAN Regional Forum – ARF), a diplomacia militar indiana está aparecendo com bastante força. No final de 2006, o Primeiro Ministro Indiano Mamohan Sighn viajou à Tóquio onde junto com Shinzo Abr, o então primeiro ministro japonês proclamou uma nova parceria estratégica para a Ásia (Mohan, 2007), o que foi reforçado com a visita de Shinzo Abe à Índia em 2007. Ambos os países fizeram declarações mútuas sobre a importância estratégica do outro para a Ásia, reforçando o que Mohan chama de primazia das alianças de segurança tradicionais no continente asiático.

Esse bom relacionamento entre os dois países pode ser explicado facilmente. Em primeiro lugar Índia e Japão possuem uma importante ligação cultural que é o budismo, religião nascida na fronteira da Índia com a China que se espalhou pela Ásia Oriental se transformando na religião predominante no Japão, o que gera simpatia e identificação imediata entre os países. Em segundo lugar, a Índia é um país asiático que não foi vítima de agressão japonesa na II Guerra Mundial, sendo

que a rejeição da opinião pública a uma maior aproximação indiana com o Japão é mínima; além disso, no Tribunal de Tóquio, o único juiz que não responsabilizou o país pelos crimes cometidos na II Guerra era um juiz indiano, o que automaticamente gerou simpatia no povo japonês. Outra importante característica compartilhada e festejada pelos dois países é o fato de serem democracias⁵², o que também é um elemento de conexão entre Índia e os Estados Unidos, e que com certeza será um fator mobilizado publicamente contra a China.

Esse vínculo está sendo explorado no momento por outros motivos, já que a Índia sabe da importância de uma parceria com o Japão não apenas para conter o crescimento chinês, mas também para alavancar o seu próprio crescimento econômico, da forma que o Japão alavancou o crescimento dos países do Sudeste Asiático na década de 90. Essa expectativa indiana frente ao Japão está se realizando, já que o Japão concordou em investir quase U\$S 100 bilhões para a construção de um corredor industrial entre Mumbai e Nova Déli.

Além disso, como afirma Mohan, Índia e Japão concordaram em expandir sua cooperação em matéria de defesa, focando nas vias marítimas do Oceano Índico, vitais para o acesso japonês a matérias-primas e a fontes energéticas. Espera-se que esses investimentos se traduzam em cooperação tecnológica, o que é essencial tanto para a Índia, que está re-modernizando suas forças armadas, como para o Japão, que está realizando uma grande reforma na sua política de defesa.

Apesar de essas mudanças diplomáticas serem muito recentes para indicar a construção de uma aliança formal contra-balançante em relação à China, elas apontam para importantes alterações no comportamento de ambos os países e para a criação de uma espécie de rede de proteção que possa ser acionada caso alguma ameaça em relação à China seja percebida. O quanto há de influência norte-americana nessa reaproximação é também difícil de perceber, e seria no mínimo menosprezar a capacidade de articulação autônoma da política externa indiana, acreditar que essa aproximação não tenha sido espontânea.

Em 2007 a Índia conduziu seu primeiro exercício naval trilateral com os Estados Unidos e Japão, na Península de Boso, no Japão, e em setembro do mesmo ano Índia, Japão, Austrália e

⁵² Entre outros fatos que dão a tônica a esse novo momento na política externa indiana é a realização de encontros informais entre Índia, Japão, Estados Unidos e Austrália, desde o final de 2006, para discutir problemas em conjunto no que os próprios países gostam de denominar "democratic quad". Ocorrendo sob muitos protestos as quatro diplomacias deixaram claro que não se tratava de um encontro anti-china, mas analistas como Raja Mohan (MOHAN 2006) apontam como uma tentativa de formalização de uma aliança de defesa entre os quatro países, nos moldes da OTAN para a região.

Cingapura realizaram outros exercícios navais na Baía de Bengal. A Índia, antes da realização do exercício havia prevenido a China de que os mesmos não estavam direcionados à mesma, sendo que dias depois o mesmo contingente naval rumou ao Mar Meridional da China para realização de exercícios em conjunto com a mesma.

2.3.3 - Paquistão

Como já tratado em seções anteriores do trabalho, o Paquistão é uma das peças chaves para a compreensão do relacionamento ente China e Índia, e em última análise, uma das principais armas diplomáticas que pode ser utilizadas para equilibrar a relação sino-indiana.

Desde a Guerra de 1962 entre China e Índia, a China vem estabelecendo uma relação preferencial com o Paquistão, que é um dos seus principais aliados até então. Garver (2001), chega a dizer que o relacionamento a entente sino-paquistanesa é o relacionamento bilateral melhor estabelecido pela China. Como já foi explorado no primeiro capítulo, esse relacionamento é baseado na venda de armamentos e na cooperação em defesa, da China para o Paquistão, além dos óbvios ganhos políticos que ambos os países obtiveram por se colocarem juntos contra a Índia. Alguns outros pontos importantes como garantir rotas terrestres para o Oriente Médio e o apoio de um país islâmico, para minimizar o descontentamento das minorias muçulmanas na China.

A relação atingiu seu ponto máximo nos anos 90, quando a transferência de tecnologia bélica da China para o Paquistão atingiu seu pico, inclusive com o apoio chinês ao desenvolvimento do programa nuclear paquistanês. Entretanto, após 1998, com a realização dos testes nucleares pela Índia e Paquistão e com a mudança da posição chinesa frente à Índia, a China moderou um pouco o apoio paquistanês, ao menos abertamente. Em 1999 quando ocorreu a Crise de Kargil entre Índia e Paquistão, a China, pela primeira vez em um conflito envolvendo os dois países não se manteve neutra, chegando a emitir declarações reprovando a atitude paquistanesa.

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e o lançamento da Guerra Global contra o Terrorismo pelos Estados Unidos da América a situação do Paquistão ficou bastante crítica e exigiu uma nova postura da China. Apesar da continuada ajuda militar estabelecida entre os dois países ser o principal ponto da relação bilateral, o apoio chinês ao Paquistão atualmente é mais voltado para a manutenção da estabilidade no país do que uma tentativa de criar um constrangimento à Índia (Yuan, 2007). A China necessita de um governo paquistanês equilibrado, capaz de controlar a proliferação do extremismo islâmico que também atinge o território chinês e seguro para que as rotas de transporte

de recursos energéticos e de mercadorias sejam mantidas em funcionamento - como já mencionado, o porto de Gwadar⁵³, maior porto paquistanês foi construído pela China e é um dos principais portos de escoamento das mercadorias chinesas. Além disso, é de interessa da China manter a estabilidade no Paquistão, para evitar que incursões militares como ocorrido no Afeganistão por parte da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ocorram, trazendo os Estados Unidos para a fronteira da China.

Nesse sentido acontecimentos muito recentes marcam um aprofundamento da presença chinesa no Paquistão. Após aprovação pelo congresso paquistanês de que as milícias tribais seriam armadas para auxiliar o governo na luta contra grupos terroristas, a China manifestou seu apoio ao país, que irá comprar armamentos chineses para tal (*Jane's Industrial Quarterly, 2008*). Além disso, a China aprovou recentemente, na terceira semana do mês de outubro de 2008 um empréstimo de mais de 2 bilhões de dólares ao Paquistão, que sofre com um déficit de transações correntes de quase 10 bilhões de dólares, com várias condições agregadas (*China to Pakistan...2008*) inclusive a questão de compra de material bélico e cooperação nuclear sino-paquistanesa.

Ainda é muito cedo para afirmar como essa renovada prioridade na política chinesa para o Paquistão vai afetar a relação sino-indiana, já que as maiores mudanças ocorreram em menos de dois meses. Entretanto, o que parece claro, é que essa iniciativa da China está mais voltada para a manutenção da estabilidade na região e na tentativa de manter outros países, especialmente os EUA fora da região, do que voltada para conter a aliança que vem se delimitando entre Índia, Estados Unidos e Japão, por mais que esse ganho secundário não seja visionado como algo positivo.

2.3.4 - Rússia

Desde o final da Guerra Fria tenta-se entender como se dará a distribuição de poder no mundo e que papel a Rússia vai exercer nas décadas a seguir. A Rússia conseguiu lograr boas relações com China e Índia, especialmente após os atentados de 11 de setembro, e fala-se na possibilidade da criação de uma aliança-estratégica trilateral entre Rússia, China e Índia, como forma de conter a hegemonia norte-americana na região, o que está sendo apelidado de triângulo estratégico. Entretanto, como analisado nas seções acima, essa possibilidade ainda é muito remota, pois os Estados Unidos já estão tentando montar um sistema de alianças diplomáticas na região que impede novas formações, ou formações mais extremas. Além disso, esse triângulo estratégico é permeado por desconfianças

⁵³ A questão do porto de Gwadar será examinada com maior profundidade no capítulo cinco.

mútuas, e a primazia russa na Ásia Central, como será demonstrado no quarto capítulo, pode vir a ser um grande problema, já que Índia e China buscam maior espaço na região, especialmente para suprir suas necessidades energéticas.

Aparte disso, a Rússia possui bons níveis de relacionamento bilateral com cada um dos países, especialmente com a Índia, cuja parceria estratégica vem desde a Guerra Fria, quando Déli era um dos principais aliados de Moscou. Atualmente, esse bom relacionamento se mantém na questão comercial e energética, já que a Índia consome insumos energéticos russos, e mesmo a Videsh, empresa indiana de exploração de petróleo, possui 20% do campo de óleo e gás Sakhalin (*Russia and India...*, 2007). Além da questão energética, a questão de defesa, que se dá na venda de armamentos e de desenvolvimento de tecnologia em conjunto⁵⁴, sempre foi uma área onde a cooperação indo-russa prosperou, sendo que ainda hoje grande parte do arsenal indiano é de origem russa/soviética. Entretanto, nos últimos tempos, e confirmando a configuração de novas alianças no continente asiático, a Índia tem ficado pouco satisfeita com alguns contratos com a Rússia, e tem optado por novos fornecedores, especialmente os Estados Unidos da América (*China, India: Moscow...2007*).

As relações entre China e Rússia passam por um momento positivo na medida em que a questão do Rio Ussuri, em aberto desde 1969 foi recentemente resolvida em acordo, definindo as fronteiras entre os dois países. As relações sino-russas também são calcadas por interesses econômicos e comerciais mais do que políticos, estando muito baseadas na compra e venda de armamentos e na transferência de tecnologia militar da Rússia para a China. Apesar disso, na questão energética o relacionamento entre os dois países é bastante competitivo, especialmente no que tange à influência na Ásia Central, o que é confirmado pela recente negação por parte da China em lograr um empréstimo de US\$ 25 bilhões para a Rússia para a construção de oleoduto transiberiano (*China, Russia: Distrusts manifests...2008*)

A Organização de Cooperação de Xangai, da qual ambos são fundadores, está sendo uma forma de catalisar o relacionamento entre os dois países, especialmente através de grandes exercícios militares em conjunto e da cooperação para a contenção do extremismo islâmico, separatismo e terrorismo na região. Entretanto, como é o caso da Índia, a relação se limita a alguns pontos, especialmente econômicos e não políticos, e, como demonstrado pela falta de apoio que a China deu às ações russas na Geórgia na última reunião da OCX, a idéia de uma aliança estratégica agressiva contra a hegemonia norte-americana parece pouco viável dadas as condições atuais. Entretanto,

⁵⁴ Como já mencionado, atualmente Índia e Rússia estão desenvolvendo os mísseis ar-ar BrahMos.

existe o interesse dos dois países em limitar a influência direta norte-americana na região, o que já ocorre através da OCX (*Russia, China: Competing...2008*).

PARTE II - China e Índia em Três Dinâmicas Regionais

Capítulo 3 – China e Índia na África Subsaariana: rumo à cooperação sul-sul?

O incremento do comércio e das relações Sul-Sul é uma das principais tendências que podem ser observadas em termos de economia internacional. Até o final dos anos 90, as trocas comerciais em termos de valores se davam principalmente no sentido Norte-Norte ou no sentido Sul-Norte, sendo que a última tendência era marcada por uma forte assimetria. No início desse século, uma tendência bastante forte, com grandes possibilidades de aprofundamento, é o incremento do comércio e das relações políticas Sul-Sul, quase como uma forma de reativar o espírito de Bandung, ou do Movimento dos Não-Alinhados (Broadman, 2007). Nesse sentido, algumas importantes iniciativas estão se consolidando, entre elas a iniciativa trilateral do Brasil, Índia e África do Sul ao criar o IBAS, fórum trilateral de discussão, e principalmente o incremento do comércio afro-asiático, com a notável presença comercial da China e da Índia no continente africano.

A presença desses dois países vem chamando atenção de analistas e da mídia (*India: competing...2008*) em geral, que coloca a questão como se estivesse ocorrendo uma competição econômica e político-militar em moldes semelhantes à corrida inter-imperialista que ocorreu no pré-Primeira Guerra Mundial. Que existe uma competição por recursos naturais estratégicos no continente africano é evidente, sendo que, como será descrito no decorrer da seção, a segurança energética é a principal questão motivadora da presença sino-indiana na África, muito mais do que interesses políticos ou comerciais, que também são relevantes.

3.1 - China na África Subsaariana

Apesar de corrente na mídia, a presença chinesa na África, seja através do aprofundamento das relações econômicas ou mesmo políticas, não é recente, mas seus impactos estão começando a ser analisados de forma sistemática. Apesar da China não possuir a mesma ligação civilizacional da Índia na região, devido à diáspora indiana ter se concentrado ao longo do Oceano Índico, o relacionamento chinês com os países africanos data da Guerra Fria. Nesse momento, além de uma nova fronteira para o diálogo ter se aberto durante a Conferência de Bandung, a China, diferentemente da Índia, apoiou alguns importantes movimentos de libertação africanos com a venda de armas e treinamento militar,

sendo o mais importante deles o da Rodésia de Robert Mugabe, o que explica de certa forma o relacionamento chinês com o atual governo do Zimbábue⁵⁵.

Entretanto, o envolvimento mais direto da China no continente africano, como demonstra Dennis Tull (2006), vai ocorrer no início da década de 90, após o massacre na Praça da Paz Celestial, quando a política externa chinesa passa por um momento de mudança. Tais mudanças, nos últimos 15 anos, são claras no sentido de que o país busca aumentar seu escopo de atuação. Os problemas enfrentados pelo país na área dos direitos humanos ao mesmo tempo em que o afasta dos países ocidentais, ajuda em sua aproximação e na criação de uma identidade com os países africanos, já que muitos deles enfrentam problemas semelhantes.

A aproximação com a África torna-se ainda mais importante para Pequim na medida em que um dos objetivos da política externa chinesa é o estabelecimento de uma distribuição de poder mais equilibrada no Sistema Internacional, onde a multipolaridade seja fortalecida. Por fim, a crise asiática do final de década de 1990 serve de alerta para o governo chinês de que uma economia aberta representava alguns riscos à estabilidade, que poderiam ser amenizados com uma maior diversificação das relações econômicas internacionais. Além disso, a China passou a se aproximar de países não-ocidentais sem imposição de agendas políticas, o que foi bastante importante, pois muitos desses países contam com governos que também sofriam pressões internacionais.

O interessante é perceber que essas duas características se mantiveram desde o início da aproximação chinesa com os países africanos. Atualmente a relação sino-africana é marcada pela busca de apoio chinês em organizações internacionais como as Nações Unidas para proteger a China de eventuais acusações de violação de Direitos Humanos, e na Organização Mundial do Comércio, onde a China foi reconhecida como economia de mercado; assim como a questão do apoio chinês aos governos africanos, diferentemente do apoio ocidental ser marcado pela ausência de demandas políticas, o que é alvo atualmente das maiores críticas em relação à atuação chinesa na África⁵⁶.

Obviamente, um dos principais fatores para a expansão das relações chinesas com o continente africano é a possibilidade de ganhos econômicos importantes. Na década de 90, a

⁵⁵ O relacionamento estreito entre a China e Robert Mugabe tem levado a acusações por parte da comunidade internacional ao país asiático já que impede que maiores atitudes sejam tomadas contra o governo do Zimbábue.

⁵⁶ A ajuda chinesa aos países africanos é criticada internacionalmente por não impor nenhuma condição política ou de utilização dos recursos. Dessa forma, afirma-se que a ajuda chinesa pode ser facilmente utilizada por elites

economia chinesa não contava com o dinamismo necessário para a incorporação aos mercados ocidentais e competição com os mesmos, sendo que era mais fácil a aproximação com economias mais fracas, onde os ganhos poderiam ser mais intensos. Além disso, a China, para conseguir concluir seu processo de crescimento econômico, necessitava, e ainda necessita de matérias-primas estratégicas cuja fonte, muitas vezes, é o continente africano. Entretanto, como menciona Tull, a estratégia chinesa não foi voltada única e exclusivamente ao continente africano, sendo que essa intensificação das relações pode ser também notada em outras regiões, como América Latina e Oriente Médio.

E esse terceiro aspecto – o econômico, é o mais evidente da força da presença chinesa na África, tanto na parte comercial, quanto na parte financeira. Entre 1989 e 1997, o comércio bilateral entre a China e a África cresceu mais de 400%, sendo que nos últimos dez anos ele mais do que quintuplicou, representando 6,3% de todo comércio extra-regional dos Estados da África Sub-Sahariana (Tull, 2006). A China, em termos comerciais, já ultrapassou o Reino Unido e atualmente é o terceiro maior parceiro comercial africano. Entretanto, apesar dos números animadores, a presença chinesa na África é muito menor do que a americana, sendo que o volume de comércio sino-africano é apenas 40% do volume total do comércio entre Estados Unidos e África.

As exportações africanas para a China estão concentradas em produtos primários, especialmente petróleo e minérios, devido à necessidade chinesa de assegurar insumos para sustentar seu crescimento econômico. Em 2006, mais de 80% dos produtos importados pela China eram derivados de hidrocarbonetos e minérios, incluindo níquel, cobre e alumínio. Enquanto isso, a China exporta para a África principalmente produtos manufaturados como bens de capital, produtos têxteis, além de eletroeletrônicos e suprimentos para a indústria. Mesmo assim, o principal foco do comércio bilateral continua sendo a exportação de commodities, como demonstrado na tabela abaixo.

corruptas para proveito próprio e que a China estaria, assim, patrocinando governos autoritários no continente e minando iniciativas ocidentais de promover democracia e direitos humanos no continente africano.

Tabela 2. Participação percentual dos tipos de produtos nas exportações chinesas para os principais destinos na África

País	Bens de capital	Bens de consumo	Alimentos e bebidas	Combustíveis e lubrif.	Suprimentos industriais	Outros bens	Equip. de transporte
Argélia	32,94	18,66	3,06	0,66	30,43	0,00	14,24
Etiópia	27,25	29,13	0,73	0,09	31,44	2,53	8,78
Gana	13,40	30,35	6,72	0,04	37,88	0,03	11,58
Quênia	24,02	16,60	0,75	0,06	42,16	0,00	16,41
Madagascar	11,91	16,31	0,26	0,03	68,15	0,05	3,29
Ilhas Maurício	21,09	24,58	2,57	0,03	49,14	0,00	2,59
Marrocos	40,59	21,36	7,82	1,07	25,74	0,00	3,42
África do Sul	36,74	36,70	1,38	0,59	19,69	0,56	4,36
Sudão	32,64	18,24	1,11	0,08	33,21	0,70	13,91

Fonte: UN Comtrade

Antes de analisarmos a questão energética, que com certeza está no centro dessa relação, é importante salientar alguns dados sobre investimento direto externo chinês na África presentes em um relatório do Banco Mundial. Os dados apresentados deixam claro que a grande parte dos IDE's chineses na África estão concentrados nas exploração de recursos naturais e na sua estrutura adjacente, entretanto, que não se concentram exclusivamente nesse setor.

Tabela 3. Seis principais destinos dos fluxos de IDE chinês na África, 2003-2006

Local	(milhões de US\$)			
	2003	2004	2005	2006
África	74,81	317,43	391,68	519,86
Argélia	2,47	11,21	84,87	98,93
Zâmbia	5,53	2,23	10,09	87,44
Nigéria	24,40	45,52	53,30	67,79
Sudão	--	146,70	91,13	50,79
África do Sul	8,86	17,81	47,47	40,74
R.D. do Congo	0,06	11,91	5,07	36,73

Fonte: 2006 Statistical bulletin of China's outward FDI

Atualmente o montante dos Investimentos Externos Diretos chineses representa em torno de 10% do total recebido no continente africano, o que gira em torno de mais de US\$ 1 bilhão por ano. A maioria dos investimentos são feitos pelas grandes empresas estatais chinesas em parceria com investidores privados em áreas ligas principalmente a construção de infra-estrutura de base para o continente, como a construção de estradas de ferro e rodovias, telecomunicações, setor de energia e até saneamento básico (Mwega, 2007). Além disso, segundo informações do China Daily, em torno

de 700 empresas chinesas estão operando em território africano com a transferência de plantas produtivas.

Entretanto, deve-se levar em conta que a literatura empírica sobre investimentos diretos estrangeiros (IDE) tem dificuldade em chegar a conclusões claras sobre os efeitos positivos do IDE sobre o desenvolvimento, em maior escala ainda no caso das indústrias extrativas – principal destino do IDE chinês na África. Em segundo lugar, é importante notar que muitos dos empreendimentos chineses na África têm boa parte dos empregados chineses, como é o caso de Angola. Outro ponto a ser levantado é o das empresas chinesas que empregam a mão-de-obra local e oferecem condições de trabalho desumanas, como é caso na mina de cobre de Chambishi, na Zâmbia, onde os trabalhadores locais se revoltaram contra os empregadores chineses pelas péssimas condições de trabalho a ponto de apedrejá-los (*Chinese beaten up...*, 2008).

O capital chinês tende a atuar em locais onde o Ocidente não possui acesso, seja pela imposição de sanções a governos inimigos, seja mesmo pela instabilidade econômica e política do país, onde o investimento é de alto risco, incentivado principalmente pelo governo chinês através do oferecimento de crédito com baixas taxas de juros e pagamento em longo prazo. Como os investimentos são feitos na área de infra-estrutura, os chineses acabam ganhando certo prestígio e influência política, especialmente por não imporem condições aos países onde o investimento será feito, sendo o reconhecimento do princípio da unidade chinesa a imposição mais relevante. Como já mencionado, aos olhos da diplomacia e da opinião pública ocidental esses são os principais focos de crítica a presença chinesa.

A boa relação política garantida pela concessão de ajuda e pelo investimento em infra-estrutura garante também o acesso dos produtos chineses aos mercados africanos, outro interesse óbvio de Pequim. Nesse ponto a manutenção das relações com Estados considerados “párias” pelo Ocidente garante um mercado com pouquíssima concorrência.

Entretanto, a questão que mais tem chamado a atenção da comunidade internacional em relação a presença chinesa na África é a da política energética chinesa, que é vista pela China como política de segurança nacional, e prevê a diversificação das fontes fornecedoras de petróleo, ponto no qual entra a parceria com os países africanos. Como já mencionado, as importações de petróleo africano pela China são significativas, vindo principalmente de Angola e do Sudão, o que vai de encontro ao que já foi discutido em termos das estratégias políticas para garantir certos nichos de mercado. De fato, a garantia das fontes de petróleo chinesas estabelece laços fortes entre a diplomacia

e os interesses econômicos, sendo que muitas vezes são necessárias ações políticas para garantir acesso aos recursos.

Entretanto, existe uma mitificação muito forte da presença chinesa na África, como demonstrado por Erica Downs (2007). Segundo a autora, a presença das Companhias Petrolíferas Nacionais Chinesas (CPNC)⁵⁷ no continente africano ainda é pouco relevante. Enquanto que a Companhia Nacional de Petróleo da China (CNPC)⁵⁸ domina a exploração de petróleo no Sudão (81% de todo petróleo que a China explora no continente africano é proveniente desse país), as CPNC's são investidores pouco relevantes nas maiores reservas africanas como Líbia, Nigéria e Angola, com exceção de alguns campos na Nigéria e em Angola, onde dois grandes projetos estão sendo executados, mas ainda não estão prontos para a extração.

Em 2006, a produção total das companhias chinesas na África chegou a 267.000 barris de petróleo por dia, o que representa apenas 7% do que a maior companhia petrolífera africana – a Sonatrach⁵⁹, produz diariamente. A exploração de petróleo no continente Africano se encontra em um momento bastante positivo visto que em 2007 as reservas comprovadas de petróleo no continente representam mais de 8% das reservas totais. Ainda, segundo algumas projeções, até 2010, o crescimento da produção africana de petróleo representará 38% do total do crescimento da produção mundial. Apesar dos grandes reservatórios, as empresas locais não possuem tecnologia e capital suficiente para a prospecção de exploração desses poços, daí a facilidade e abertura para o capital estrangeiro.

Downs também demonstra que a percepção de que a as CPNC's refletem uma estratégia altamente coordenada do governo chinês é superestimada. Apesar do governo de Pequim dar apoio, crédito e consultoria, a decisão final de onde investir é feita pelos dirigentes das companhias, sem a necessária autorização final do governo central.

Essa percepção é derivada da combinação do autoritarismo do governo chinês, da crescente demanda chinesa por insumos energéticos e principalmente do fato das empresas serem estatais. Entretanto essa visão seria exatamente o oposto do que ocorre, já que nos últimos anos o governo

⁵⁷ Tradução livre da autora. No original do texto: National Oil Companies-NOC's

⁵⁸ Tradução livre da autora. No original do texto: China National Petroleum Corporation - CNPC

^A Sonatrach é uma empresa argelina, considerada a primeira empresa de capital africano e a décima segunda maior empresa exploradora de petróleo no mundo. Representa 30% do PNB da Argélia.

central chinês tem enfrentado grandes dificuldades em controlar essas empresas, em parte devido a sua orientação pró-mercado, cujo poder tem aumentado muito frente ao governo central. O principal motivo para tal é que as CPNC's competem entre si em busca de maior prestígio e apoio político. Esse aspecto é muito problemático, pois as empresas chinesas acabam sendo rivais e perder alguns consórcios para empresas de outros países, diminuindo sua rentabilidade. Entretanto, o governo chinês implementou uma comissão – Comissão para Desenvolvimento Nacional e Reforma (NDRC⁶⁰), para evitar que esse tipo de problema continue ocorrendo.

Entretanto, é verdade que as empresas chinesas possuem mais apoio governamental do que as empresas ocidentais para competir no continente africano. O governo chinês justifica o apoio afirmando que as CPNC's entraram tardiamente no mercado mundial, apenas nos anos 90, e estão em clara desvantagem em relação a outras empresas exploradoras de petróleo que atuam desde o século XIX internacionalmente. Além disso, o aumento dos preços dos hidrocarbonetos nos últimos anos está fortalecendo o poder dos estados produtores de petróleo, enfraquecendo muito o poder de barganha das empresas.

O principal órgão governamental que apóia as CPNC's é o Banco de Importação-Exportação da China (China Eximbank), um dos três bancos criados na década de 90 pelo governo com o objetivo de estimular a internacionalização do capital chinês. Os empréstimos oferecidos pelo Eximbank tem tido um papel importante, fundamental em alguns casos, para garantir a vitória chinesa nas negociações, como no caso da compra pela Sinopec de licenças exploratórias em Angola, que ofereceu o dobro do que a *joint-venture* firmada entre a Shell e empresas indianas.

Um ponto importante salientado por Tull (2007) é que alguns desses investimentos não têm o lucro como objetivo primário, mas a garantia dos recursos cruciais para o desenvolvimento da China. Assim, a ascensão da China como ator central na economia internacional representa desafios também para o continente considerado por muitos como à margem do capitalismo. A presença chinesa na África é um fenômeno importante e revelador das estratégias de inserção da China na economia internacional e da disputa por novas fronteiras e recursos entre as potências mundiais no século XXI.

⁶⁰ Tradução livre da autora. No texto original, sigla em inglês para National Development and Reform Commission

3.2 - Índia na África

Os laços da Índia com o continente Africano e a presença indiana naqueles países não é recente e apenas produto da busca por matérias-primas. A Índia mantém uma presença significativa na África desde o período colonial, especialmente nos países da África Oriental, que também contam com costa no vasto Oceano Índico. No período colonial, comerciantes e homens de negócios indianos atuavam nas também colônias britânicas do continente africano, o que intensificou a diáspora indiana na região, onde se formaram pequenas comunidades indianas, que persistem até hoje, especialmente na África do Sul. Outro aspecto importante do legado colonial partilhado é a questão da organização e doutrina das forças armadas, que partilham da mesma origem britânica.

A Índia possui ainda uma relação mais especial com a África do Sul, pois foi onde seu maior líder, Mohandas Gandhi iniciou sua carreira e lutou pelo fim do preconceito e da discriminação racial. Ainda nesse país, a Índia apoiou o Partido do Congresso Nacional Sul-Africano, o mais importante partido multirracial do país, além de ter oferecido treinamento militar para membros do partido após o fim do apartheid, em 1994. Apesar desse laço civilizacional, por muitos anos a Índia se manteve distante da África.

No início da Guerra Fria, ainda existia um vontade política mais intensa de cooperação no contexto do Movimento dos Não-Alinhados, especialmente com o Egito de Nasser, entretanto, essa relação se deteriorou muito com a desaprovação egípcia das ações indianas contra o Paquistão, um país muçulmano. Durante a Guerra Fria, a Índia não conseguiu entrar no jogo das grandes potências e se manteve bastante afastada do continente africano, especialmente devido à decisão do país de não fornecer armamentos para os movimentos de libertação, o que atrasou bastante a intensificação da presença indiana no continente.

Tabela 4. Participação percentual dos tipos de produtos nas exportações indianas para os principais destinos na África

País	Bens de capital	Bens de consumo	Alimentos e bebidas	Combustíveis e lubrif.	Suprimentos industriais	Outros bens	Equip. de transporte
Argélia	5,32	4,18	6,71	0,02	47,80	0,00	35,97
Etiópia	18,80	19,14	5,20	1,30	50,43	0,02	5,12
Gana	21,12	15,47	4,96	0,01	45,54	0,02	12,77
Quênia	17,55	14,89	2,70	22,09	37,00	0,00	5,77
Ilhas Mauríc	7,44	7,22	6,28	51,98	25,52	0,00	1,56
Marrocos	12,48	12,96	3,73	0,45	53,96	0,00	16,42
África do Su	9,83	13,95	9,32	16,07	29,67	2,45	18,71
Sudão	13,09	5,21	4,52	39,91	26,74	0,00	9,19
Uganda	20,76	19,71	1,44	11,73	34,17	0,00	12,20

Fonte: UN Comtrade

Na década de 90, após o processo de reforma política e econômica, a Índia volta a procurar a África, e essa relação, segundo François Lafargue (2007), atualmente é baseada em três objetivos principais: comerciais, energéticos e político. Seguindo essa mesma linha serão analisados os dados e fatos da presença indiana na África, bem como seu comportamento. Assim como a China, a Índia está procurando fontes de matérias-primas e de mercados para seus produtos, entretanto, a presença indiana ainda é pouco significativa e se diferencia da chinesa em alguns aspectos, especialmente no que diz respeito aos setores em que a Índia concentra seus principais investimentos.

Segundo Lafargue (2007), o continente africano representa 4,6% do total do comércio externo indiano, sendo que os dois principais parceiros comerciais do país são a África do Sul, devido aos fatores históricos já mencionados anteriormente, e a Nigéria, devido à exploração de petróleo. Em 2004, a Índia obteve um superávit comercial com a África de mais de um bilhão de dólares, valor que tende a crescer. O comércio entre a Índia e os países africanos está centrado na exportação indiana de máquinas e equipamentos, bens de consumo e na importação de commodities, especialmente agrícolas e hidrocarbonetos.

Em termos de Investimentos Externos diretos, em 2003, os países africanos foram responsáveis por 20% do total investido pela Índia, sendo que várias empresas indianas já estão presentes em solo africano não apenas com pontos comerciais, mas também com plantas produtivas⁶¹. Entre as mais importantes podemos citar as empresas farmacêuticas Ranbaxy e Dr. Reddy's, além do

⁶¹ Em comparação, o estoque total do fluxo de Investimento Direto Externo chinês na África não passa de 5% do total do IDE da China.

grupo Tata, que possui uma montadora na Zâmbia, plantações de chá em Uganda, e de aço em Kwazoulou Natal, na África do Sul. Entre esses países, a Zâmbia é outro que merece bastante destaque já que em 2004 a Índia adquiriu o controle acionário da maior mineradora de cobre do país, e fornece treinamento para oficiais do exército desse país (Broadman, 2007)

Segundo o mesmo autor, a existência de comunidades indianas espalhadas por países da África Oriental é de grande auxílio para a maior penetração das empresas e do capital indiano no continente, já que são mais facilmente assimilados e melhor aceitos pelas comunidades. Ainda, através do Commonwealth, a Índia participa de programas de apoio com outros dezoito países africanos, sendo que a facilidade lingüística de ter o inglês como uma segunda língua auxilia bastante a interação entre os mesmos.

Já com os países da África Ocidental a relação é menos intensa, mas crescente, apesar de estar sustentada no comércio de produtos agrícolas, com poucos investimentos diretos sendo realizados em setores outros que o energético. Entre os principais países podemos citar o Senegal, onde a Índia possui importantes investimentos na área de mineração – o grupo Mittal está instalado no país e no momento está construindo um porto para o envio de sua produção, sendo que a Índia possui ainda um terço das indústrias químicas do país. Gana e Nigéria são outros importantes países da África Ocidental onde a presença indiana é observada.

As iniciativas indianas na África foram também institucionalizadas através de dois projetos de cooperação bilateral lançados pelo governo indiano: o *Focus Africa* e o *Team 9*. O objetivo desses programas é criar melhores condições de crédito e possibilitar maiores investimentos indianos nos países que fazem parte da iniciativa. Além disso, assim como a China realizou em novembro de 2006 um fórum com todos os dirigentes indianos em Pequim, a Índia realizou um encontro semelhante em abril de 2008 em Nova Déli. Apesar de não ter contado com a presença massiva dos presidentes e primeiros-ministros africanos como o fórum chinês, a reunião aprovou dois documentos tratando da iniciativa e do apoio para que as metas do milênio sejam atendidas. A Índia tem dois grandes objetivos com a realização desse tipo de encontro, sendo o principal a cooperação energética e outro a busca indiana por apoio à Índia nas suas demandas nas Organizações Internacionais, especialmente nas Nações Unidas.

Entretanto, assim como podemos observar com a China, o motivo principal da presença indiana na África é a busca por matérias-primas estratégicas. O crescimento da economia indiana, que atinge valores próximos a 10% ao ano, é impulsionado pelo crescimento industrial e necessita de

muito petróleo e de outros hidrocarbonetos para se manter, sendo que as reservas de petróleo indianas representam apenas 0,5% das reservas mundiais, valor insuficiente para sustentar o consumo e o crescimento do país. Dessa forma, a necessidade de estabelecer um patamar de segurança energética é essencial para a continuação do ciclo de crescimento indiano. Nova Déli tem buscado estabelecer uma diplomacia energética bastante intensa, seguindo outros países asiáticos, como China, Japão e Coréia do Sul. Sendo assim a presença indiana na África visando a exploração de petróleo segue uma política já consolidada.

A empresa estatal indiana, Oil and Natural Gas Corporation (ONGC), através de sua principal subsidiária - ONGC Videsh Limited (OVL) - tem buscado expandir seus investimentos em países com presença desses recursos energéticos, especialmente no Mar Cáspio. Entretanto nos últimos seis anos, a empresa também passou a investir em reservas no continente africano, sendo que 20% das importações energéticas da Índia são provenientes da África. O sentido do investimento indiano segue o já estabelecido pela China, que busca investir em países com pouca ou nenhuma presença ocidental por serem considerados Estados inimigos. Um dos principais exemplos é a Líbia de Kadafi, onde a Índia realizou seu primeiro investimento energético, em sociedade com uma empresa turca.

Outro país onde a presença indiana na exploração petrolífera é importante é o Sudão, onde é freqüentemente esquecida pela forte presença chinesa. Desde 2003, a Índia possui 25% da Greater Nile Petroleum Operating Company, que explora importantes campos petrolíferos no Sudão, em parceria com a China, que possui 40% do capital do mesmo consórcio. Juntos, esses investimentos transformaram o Sudão no terceiro maior produtor de petróleo da África Sub-Sahariana (*Jane's Country Profile, 2008*). Além disso, a Índia acordou com o governo sudanês o início de prospecção de outros parques petrolíferos e de hidrocarbonetos.

Adicionalmente, a Índia, através de outras empresas, como a Hindoustan Petroleum Corporation, possui campos de exploração nas Ilhas Maurício e no Quênia, sendo que adquiriu, em 2006, dois terços da Kenya Petroleum Refinery, umas das principais refinarias da região (Lafargue, 2007). Ainda, a OVL, em parceria com a Oil India e outras empresas, já está presente no Gabão, Costa do Marfim, Guiné Bissau e Gana. A competição entre China e Índia é bastante acirrada nessa região, especialmente no Golfo da Guiné, onde os consórcios para exploração foram quase todos vencidos pela China, deixando a Índia bem para trás na corrida energética da África.

Entretanto, a presença indiana no continente não se resume à questão comercial ou à energética, sendo que algumas importantes iniciativas políticas estão sendo tomadas pela Índia com o objetivo de colocar esse país em uma posição privilegiada e garantir seu lugar no rol das grandes potências do futuro. Em primeiro lugar, a Índia está tentando, de certa forma, resgatar o espírito do Movimento dos Não-Alinhados, buscando novas parcerias, especialmente no Eixo Sul-Sul, fenômeno que vem se solidificando como uma tendência bastante forte entre os países emergentes. Exemplo disso é a criação do IBAS, fórum de discussão Índia, Brasil, África do Sul, que desde 2003 vem estreitando a relação entre esses países. Adicionalmente, como o Brasil, a Índia está procurando ganhar mais apoio dos países africanos na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas no que tange à sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança.

3.3 - Padrão de interação sino-indiana no Continente Africano

Após a análise da relação de cada um dos países no continente africano podemos concluir que a mesma, no momento, pode ser caracterizada como predominantemente cooperativa, não havendo sinais de maiores choques de interesse estratégicos, apenas interesses econômicos que são mais facilmente regulados por contratos, já que se expressam primordialmente pela atuação de grandes empresas na área de exploração de petróleo, no momento. Portanto, apesar de existir competição por recursos estratégicos, isso ainda não se reflete na esfera político-militar, como será visto em outras regiões analisadas.

Isso ocorre por vários motivos: em primeiro lugar a Índia não tem uma presença tão importante no continente africano a ponto de realmente poder rivalizar com a China ou com qualquer outra potência no continente; em segundo lugar, os ganhos comerciais com o continente africano ainda estão evoluindo de forma positiva sem necessidade de competição, por atuarem em setores complementares na maioria das vezes, também, existem ainda recursos minerais não explorados no continente africano, onde os dois países poderão realizar investimentos em conjunto; em terceiro lugar, a soma de esforços econômicos para a construção de uma infra-estrutura conjunta para o transporte de recursos minerais do continente africano para o asiático é economicamente interessante, pois diminui custos; em quarto lugar, tanto China quanto Índia explora com a África os ganhos políticos da aproximação Sul-Sul e a idéia de uma renovação do Espírito de Bandung e do Movimento dos Não-Alinhados.

É importante mencionar que mesmo sendo que considero a interação estratégica sino-indiana mais cooperativa no continente africano essa não é harmoniosa, sendo que há interesses conflitantes no continente. Entretanto, se compararmos como se dá a competição entre China e Índia nas outras regiões analisadas, na África, com certeza é onde a relação é mais positiva⁶².

Por fim, o argumento mais importante e que justifica a menor competição sino-indiana no âmbito político-militar na África é que tal continente não interfere diretamente nos dois aspectos mais importantes do interesse nacional dos dois países, que é a questão das fronteiras e da integridade territorial no caso da China, e das fronteiras e da coesão interna no caso da Índia (Lall, 2006). Dessa forma, quando os dois principais pilares da política externa e do interesse nacional de China e Índia não estão ameaçados a possibilidade de competição político-militar é muito menos latente, restando apenas a competição econômica, no continente que está sendo chamado de “a última fronteira do capitalismo” (Broadman, 2007).

⁶² Outras potências atuam de forma muito competitiva no continente africano, como Estados Unidos, França e Reino Unido, mas não são o objeto de pesquisa desse trabalho.

Capítulo 4 - Índia e China na Ásia Central: um novo “Grande Jogo?”

A Ásia Central é uma região comprimida entre dois grandes países, China e Rússia, e que está intimamente ligada com a história russa, muito mais do que a chinesa. Formada por Cazaquistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Quirguistão e Uzbequistão, todos ex-Repúblicas Soviéticas, essa região tem ganhado bastante visibilidade internacional nos últimos anos, devido ao que alguns autores (Rashid, Kleveman) chamam de “The New Great Game”, ou seja “O Novo Grande Jogo” que estaria ocorrendo da região.

Essa expressão é utilizada para caracterizar um a competição entre potências na região que teria lugar no momento, em analogia ao que foi utilizado no século XIX por Rudyard Kipling no seu romance Kim, para caracterizar a competição inter-imperialista que ocorria entre Rússia e Grã-Bretanha na Ásia Central. Apesar de ser considerado exagero para outros autores e analistas políticos, o fato é que existe uma presença externa significativa na Ásia Central por parte de países que têm sua dinâmica de segurança ligada à região, como obviamente a Rússia e a China, além de países asiáticos com laços históricos e culturais que também visam a uma posição privilegiada na região, como Irã e Turquia⁶³. Não menos importante é a presença dos Estados Unidos, que é a mais importante presença externa e a única completamente de fora da região.

O motivo para esse grande interesse nos países da Ásia Central está relacionado com o fato de que esses países acabaram de se abrir para o exterior, sendo que existem grandes oportunidades de investimento e comércio, especialmente devido às grandes reservas de hidrocarbonetos, especialmente gás natural que podem ser encontradas nos países da região. Por se tratarem de ex-Repúblicas soviéticas, é compreensível a presença bastante importante da Rússia na região, mesmo que não mais hegemônica. Com a queda da URSS, a Rússia não foi capaz de prover todas as necessidades daqueles países em termos de comércio e investimento, nem de manter em termos militares sua presença única na região, o que tornou possível a presença de outros, especialmente os Estados Unidos, que continuam sendo a principal presença externa na Ásia Central, o que de certa forma causa bastante atrito entre os países da região. Em 1999, o USCENCOM (Comando Central

⁶³ Visto que todos esses países com exceção do Tadjiquistão - que é de origem persa-iraniana - são turcófonos em termos culturais e lingüísticos

dos Estados Unidos), assumiu a responsabilidade por esses cinco países da Ásia Central, o que estabeleceu na região um ponto de interesse e ação militar dos Estados Unidos na Ásia Central ⁶⁴.

A Ásia Central é uma das regiões com maior presença de potências, que interagem em termos competitivos e cooperativos. Entre essas potências, podemos classificar dois grupos: o primeiro, com Rússia, Estados Unidos (e OTAN) e China, cuja importância é muito significativa; e outro que engloba Índia, Japão, Irã, Turquia e Paquistão, que estão expandindo a sua influência. Além disso, a Ásia Central é um eixo de ligação entre o Oriente Médio e o Nordeste Asiático, a Rússia e a Índia, além de ser rica em recursos minerais e local de importantes rotas comerciais, ativas desde o século X, como a Rota da Seda e a Rota do Sal (Van Wie Davies, Azizian; 2006).

4.1 - China na Ásia Central

A interação entre China e Índia na Ásia Central é competitiva em grande parte, mas sua presença na região se dá de forma muito assimétrica. Uma série de fatores, como a relação próxima daqueles países com a Rússia, segundo Huasheng Zhao (2007) fazem “a diplomacia da China para a Ásia Central diferente daquela para outras regiões.” Dessa forma, a política externa para a Ásia Central, apesar de não estar representada em nenhum documento oficial, faz parte do que se pode chamar de diplomacia periférica da China, com o principal objetivo de crescer em termos de importância, estabilizando e pacificando a região. Para a China, a Ásia Central é importante por cinco motivos principais, que desde a abertura desses países evoluíram de forma diferente.

Inicialmente, o maior interesse chinês na região estava na segurança das fronteiras, já que a China possui uma fronteira comum de mais de três mil quilômetros com aqueles países, sendo que o Oeste da China é a região menos povoada e desenvolvida de todo o país. Na verdade, desde a Dinastia Han essa região da China tem sido um problema para o Governo Central com a atuação de movimentos secessionistas. Com o fim da URSS, a China procurou bilateralmente os países da região, incluindo a Rússia, para resolver os problemas fronteiriços e, principalmente, reduzir as forças militares lá estacionadas desde 1969⁶⁵. Em 1997, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão assinaram um acordo que formaliza a redução desses efetivos e estabeleceu medidas de

⁶⁴ Maiores informações disponíveis em: <http://www.globalsecurity.org/military/agency/dod/centcom.htm>).

⁶⁵ Em 1969 ocorreu uma série de enfrentamentos na fronteira Sino-Soviética sendo o mais conhecido o na Ilha de Chenpao onde 100 soldados morreram. Junto com a crise de Kargil entre Índia e Paquistão esse é o único conflito armado direto que ocorreu entre duas potências nucleares (RAJAIN, 2003, p.42). Em outubro de 2008 China e Índia assinaram um acordo que fixava as fronteiras em aberto desde 1969.

confiança mútua. Atualmente, o problema das fronteiras deixou de ser sua delimitação e passou a ser o seu controle, especialmente no que tange a atividades terroristas (SHAOLEI, 2007)

Em segundo lugar está vem a questão da contenção dos movimentos separatistas e terroristas, forças bastante presentes na fronteira oeste da China, mais precisamente no Xinjiang. Essa região, povoada pela minoria islâmica dos uigures, é uma das províncias mais conturbadas da China, devido à pressão separatista dessa minoria para a formação do que seria o Turquestão Oriental, que é levada a cabo por diversas organizações que são consideradas terroristas pelo governo chinês. Entre esses grupos podemos citar o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental, que supostamente seria financiado e treinado por membros da Al Qaeda. Durante os anos 90, o movimento de independência de Xinjiang ganhou força, inspirado principalmente pela independência dos países da Ásia Central, sendo atualmente um dos principais problemas de segurança para a China. Dessa forma, o combate ao terrorismo é a bandeira da diplomacia chinesa na região, que passa a articular com os outros países uma política conjunta de controle.

Em 1998, China, Rússia, Cazaquistão, Quirquístão e Tadiquístão assinaram a Declaração de Almaty, estabelecendo o que seria chamado de “*Shanghai Five*” – embrião da Organização para a Cooperação de Xangai formada em 2001 – com o principal objetivo de combater o terrorismo em conjunto. De 1990 até 2001, segundo Zhao, (2007) os grupos terroristas realizaram mais de 200 ataques na região, causando 162 mortes e centenas de feridos. Depois do 11 de setembro de 2001, a China passa a dar visibilidade aos problemas de grupos terroristas em seu território e enquadra essa questão na Guerra Global Contra o Terrorismo, o que legitima qualquer atitude mais enérgica durante esse combate.

Ainda segundo Zhao,(2007) nos anos 2000 outros aspectos passaram a fazer parte do leque de interesses chineses na região: segurança energética – vistas as grandes reservas de hidrocarbonetos encontradas na Ásia Central; economia e comércio, já que a região sempre foi dependente da Rússia; e por fim a questão da diplomacia, que está representada pelos interesses e atuação chinesa na Organização para a Cooperação de Xangai.

A questão energética, nos últimos anos, se transformou na principal questão da diplomacia chinesa, que busca garantir a segurança do fornecimento de petróleo para o país, que depende cada vez mais da importação de insumos energéticos. Nesse sentido, já em 1997, a China, através da Companhia Nacional de Petróleo da China começou a investir na prospecção de petróleo e gás natural e no bom relacionamento bilateral com os países da Ásia Central. Apesar disso, a China só começou

a tomar medidas mais concretas em relação à construção de infra-estrutura que suportasse essa demanda em 2003 (Wu, 2007)

Atualmente apenas 2% desse montante são provenientes da Ásia Central. Com a operacionalização do gasoduto entre China e Cazaquistão, a China espera que as importações cheguem até 20 milhões de toneladas por ano, aumentando em dez vezes do total importado atualmente. Isso reduzirá a dependência chinesa do Oriente Médio, que é responsável por quase metade das importações chinesas de petróleo, e da África, que hoje já corresponde a 22% desse total.

A política energética chinesa para a Ásia Central é baseada na atuação das CPNC's e na construção do gasoduto China-Cazaquistão, que vai interligar os campos de petróleo da Sibéria com a China. A atuação das CPNC's na região é bastante concentrada no Cazaquistão, sendo que em 2005 a compra de parte da PetroKazakstan pela China National Petroleum Corporation foi considerado o maior investimento em energia feito pela China até então. A outra esfera da atuação chinesa é a construção do oleoduto, em três fases, que inicia do Porto de Atyrau, no Mar Cáspio, passa por Aktiubinsk, região onde estão concentrados grande parte dos investimentos chineses, terminando em Ala Tau Pass, na fronteira com a China, na região do Xinjiang. A previsão para o término da obra é 2011 (Yinhong, 2007).

É importante que essa cooperação energética não fique restrita ao Cazaquistão, se expandindo para outros países da região, como Uzbequistão e Turcomenistão, que possuem grandes reservas. O último, porém, é o mais deslocado da região, não fazendo nem mesmo parte da SCO. Em 2005, a CNPC e a Sinopec assinaram contratos de investimentos e concessões de exploração com a Uzbekneftengaz, no total de 700 milhões de dólares.

Importar mais petróleo da Ásia Central apresenta também vantagens em termos de custos, pois o transporte do insumo será feito por via terrestre – uma rota muito menor em termos de distância do que a que vem do Oriente Médio. Outra vantagem da cooperação energética entre China e os países da Ásia Central é a criação de infra-estrutura na sua região noroeste, o que auxiliará no seu desenvolvimento, fortalecendo a fronteira do país. O plano chinês, segundo Zhao, é restabelecer a Rota da Seda, ligando novamente as capitais, principais cidades e centros industriais através de uma extensa malha rodoviária, ainda inexistente.

Em termos econômicos, o mercado da Ásia Central, apesar de pequeno (a região tem uma população de aproximadamente 80 milhões), apresenta potencial de crescimento para a China, pois

os produtos chineses representam apenas 10% das importações daqueles países. É interessante para a China fortalecer o comércio com esses países para estabelecer uma parceria econômica duradoura com a região, que é o principal objetivo chinês: estabilização e regionalização de sua economia.

Em termos de posicionamento estratégico e geopolítico, a Ásia Central está crescendo em termos de importância na política externa chinesa, apesar dessa estar muito mais voltada para o Leste e o Sudeste. Entretanto, os fatores apontados previamente levam a concluir que a Ásia Central está passando por um momento de reavaliação na formulação da política chinesa, também devido à presença de outros países na região. Segundo Zhao, (2007) a Ásia Central passou a ser percebida pelos formuladores da política externa chinesa como sendo a retaguarda estratégica do país e, dessa forma, manter a região estável e segura, contendo a competição que pode advir da presença de outras potências na região, deverá ser seu principal objetivo.

Na verdade, segundo o mesmo autor, essa percepção começou a se modificar após o 11 de setembro, quando a presença norte-americana passou a se dar militarmente na região, com a expansão do CENTCOM e da atuação da OTAN, já presente na Ásia Central desde 1998, com o Partnership For Peace⁶⁶. Em pouco tempo, os EUA implementaram na região várias bases militares, com o objetivo de auxiliar nas operações antiterroristas do Afeganistão, sendo que a principal base de apoio norte-americana está localizada em Bishek, no Quirguistão, perto da fronteira chinesa (Shaolei, 2007).

A presença norte-americana na região pode se transformar em um fator de desestabilização na Ásia Central e gerar uma corrida inter-imperialista por influência e acesso às principais fontes de hidrocarbonetos. Entretanto, também não é do interesse chinês criar nenhum tipo de confronto com a presença norte-americana na região, a não ser que essa se apresente como uma ameaça tangível à sua segurança.

Dessa forma, fica claro que, especialmente no final da década de 90, a Ásia Central cresceu em termos de importância para a política externa chinesa, e tende a crescer ainda mais, com o aumento dos laços econômicos e de segurança devido à incessante busca por segurança energética. Entretanto, a estratégia chinesa para a Ásia Central está primeiramente baseada em satisfazer

⁶⁶ Programa de cooperação bilateral entre países e a OTAN, criado em 1994, estabelecido para ir ao encontro das necessidades de cada país, implementado e gerido pela OTAN e pelo governo acordante. Para outras informações ver o sítio eletrônico da OTAN: <http://www.nato.org>

necessidades domésticas, e não em estabelecer esferas de influência na região, da a existência de outras potências já estabelecidas. Para Zhao,(2007) impedir que a Ásia Central se torne um campo de batalha é essencial para a segurança da China, haja vista a fragilidade de suas fronteiras e incapacidade de se defender naquela região, visto que a população, assim como as facilidades militares, estão concentradas no Leste e Sul do país.

4. 2-Índia na Ásia Central

Apesar de não fazer fronteira com nenhum dos países da Ásia Central, tal região é, historicamente, uma das portas de saída da Índia para o resto do mundo, especialmente devido às rotas comerciais que passavam pelo seu entorno. Apesar de não ter iniciado uma estratégia de aproximação com os países da Ásia Central como a China, à Índia também passou a valorizar a região e buscar estabelecer bons laços com os países por motivos econômicos e estratégicos a partir da década de 90, com a dissolução da URSS. Mesmo sendo econômica e militarmente fraca se comparada aos outros países que tem uma presença significativa na Ásia Central - como China, Rússia e Estados Unidos os já citados -, a Índia possui uma vantagem, de certa forma, moral com os países da Ásia Central, já que não compartilha nenhum legado histórico negativo com a região. A Índia não se apresenta como uma ameaça aos países centro asiáticos por estar fora do entorno direto dos países da Ásia Central. Além disso, como durante a Guerra Fria a Índia tinha um ótimo relacionamento com a URSS, ela conseguiu manter um bom nível de diálogo com os nove líderes desses países recém-independentes (Cohen 2001, p 250). Como prova disso, a Índia foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas e instalar embaixadas nos novos países, com grande aceitação pelos governos locais, e pela população indiana.

Entretanto, isso não minimiza o desafio que a Índia enfrenta em se estabelecer como um ator relevante na região, nem a necessidade de tentar fortalecer seus vínculos para conter as ameaças à sua segurança vinda da Ásia Central. Por não ter fronteiras em comum com nenhum dos países da Ásia Central, a Índia enfrenta grandes dificuldades de acesso à região já que precisa deve passar pelo Paquistão - que não está disposto a deixar a Índia passar em seu território – ou pelo Afeganistão - cujas estradas estão bloqueadas – ou pelo Irã - que não oferece uma alternativa muito segura.

Mas isso não poderá impedir que a Índia defenda seus interesses na região, que tendem a ficar cada vez mais aprofundados na medida em que o país necessita assegurar sua segurança energética e conter o problema do extremismo islâmico, concentrado no Afeganistão e no Paquistão, além de

conseguir ter mais acesso aos mercados dos países da Ásia Central, ainda pouco explorados mas com grande potencial(LOUNEV, 2007).

Em termos estratégicos, a região é extremamente importante para a Índia, especialmente devido ao Paquistão. A desintegração da URSS representava para o Paquistão a emergência de um potencial bloco de países islâmicos, em oposição à Índia, que com certeza seria capaz de encontrar apoio e sustentação logística no Paquistão. Por causa disso, desde o início das décadas de 90, a Índia tenta se fazer presente nos países da Ásia Central, sendo que inaugurou embaixadas em quatro países da região em 1992.

Com as mudanças advindas no pós 11/09, os países da região passaram a buscar mecanismos mútuos de cooperação para a contenção da questão do extremismo islâmico⁶⁷, que afeta todos os países, assim como outros crimes trans-fronteiriços, como tráfico de drogas. Isso ocorre especialmente através da cooperação bilateral e das atividades da Organização da Cooperação de Xangai, na qual a Índia é membro observador. Nesse aspecto, Índia, China, Rússia conseguem chegar a um lugar comum em termos de cooperação, e isso está se transformando no principal objetivo das políticas externas na região.

Nesse sentido, a Índia é o principal apoiador do Governo Karzai no Afeganistão, dando suporte logístico e militar ao país. O grande objetivo indiano com essa política é limitar a atuação e a influência do Paquistão no Afeganistão, de forma a não apenas pressionar seu inimigo histórico, como garantir uma base de atuação para os países da Ásia Central, especialmente no que se diz respeito à busca por segurança energética (Mohan, Muni, 2004).

Apesar de inicialmente os Estados Unidos estarem relutantes com a maior presença indiana no Afeganistão, acabaram por ceder devido à importância da Índia para a manutenção das operações da ISAF no país. Isso fica claro com a recente aprovação da base militar indiana em Farkhor, no Tadiquistão⁶⁸. É importante mencionar que essa base aérea está localizada na fronteira entre o Tadiquistão e o Afeganistão, onde estão concentrados os grupos terroristas anti-Índia, que estão a apenas 20 quilômetros de distância da região da Grande Cachemira. Esse esforço está sendo tão grande que Raja Mohan e Muni (2004, p. 324), em artigo afirmam que a partir desse momento, a

⁶⁷ Entre os principais grupos islâmicos que atuam na região podemos citar o Hiz-but-Tahir, e o Movimento Islâmico do Uzbequistão.

⁶⁸ Essa base também está sendo usada para a distribuição da ajuda dada à Kabul, após a saída do Talibã.

Índia passou a inaugurar uma política de Olhar para o Oeste de fato, em constância com a estratégica adotada nos anos 90 de Olhar para o Oriente.

Entre os motivos que levam a Índia a desejar essa presença mais assertiva na região, além da questão da contenção das ameaças terroristas, está o controle do acesso indiano aos recursos naturais da região, além de reforçar a intenção de se colocar como uma grande potência, o que asseguraria pelo norte a tentativa indiana de hegemonia no Oceano Índico.

Sobre a questão energética existe um grande potencial para cooperação entre a Índia e os países da Ásia Central, já que o Tadjiquistão e o Cazaquistão possuem grandes reservas de hidrocarbonetos. Nesse sentido, a Índia lançou um projeto para a construção de um gasoduto que vai passar. É nesse aspecto que a competição sino-indiana é muito marcante, sendo que a Índia sai em larga desvantagem, como demonstrado quando foi superada pela China na aquisição da PetroKazakstan, terceira maior empresa petrolífera cazaque, por mais de quatro bilhões de dólares em 2005.

4.3 - Padrão de interação sino-indiana na Ásia Central

Mesmo após a análise do histórico e da importância das presenças indianas e chinesas na região da Ásia Central ainda é difícil definir o padrão de interação dos dois países na região. O que podemos concluir com tranquilidade é que a Ásia Central seria um meio termo entre a África onde a cooperação predomina e o Sudeste Asiático onde há muita competição entre os dois países.

Dessa forma podemos dizer que a Ásia Central é uma região onde a interação estratégica entre China e Índia é de uma competição moderada, onde existe bastante competição econômica por recursos minerais como na África e alguma competição político-militar latente, mas não de forma direta, mas por procuração, onde as alianças com outros países também presentes na região cumprem um papel importante.

Isso ocorre pelo fato de que tanto Índia quanto China possuem outras prioridades na Ásia Central. A prioridade chinesa na Ásia Central é a contenção da Rússia e dos Estados Unidos, e garantir sua segurança energética, assim como da Índia é a questão da pressão sobre o Paquistão. Em comum, ambos os países tem a contenção do extremismo islâmico.

Dessa forma, existe certo nível de cooperação entre os dois países para o combate ao extremismo islâmico, e outras ações que ocorrem dentro da Organização de Cooperação de Xangai,

mesmo que a Índia não faça parte da Organização, o que justifica o adjetivo moderado quando classifiquei o tipo de interação estratégica. Além disso, esforços bilaterais como os concordados em 2001 entre os dois países são exemplos de cooperação contra a ameaça terrorista na região.

A competição no âmbito político-militar se dá na busca de maior influência e tentar limitar a ação do outro nos países da região. O fato de a única base aérea indiana na região estar posicionada na fronteira com a China, no Tadjiquistão, demonstra que caso haja a necessidade, possa haver uma escalada de tensões, o que a Índia já comprovou ter logística para suportar, como demonstrado com o apoio dado à OTAN. No momento, isso ainda parece pouco viável, contudo, com o estreitamento das relações entre China e Paquistão, os problemas entre China e Índia podem ser transferidos para a Ásia Central.

Capítulo 5 – China e Índia no Sudeste Asiático: cooperação com competição?

É na região do Sudeste Asiático que poderemos notar mais nitidamente a competição sino-indiana por maior influência regional, devido ao fato de ambos os países perceberem a região como sendo diretamente do seu interesse estratégico, quase como uma esfera “natural de influência”⁶⁹. Como mencionado anteriormente, já na década de 1940, na ocasião da primeira Conferência das Relações Asiáticas, China e Índia apresentaram mapas com suas visões de mundo e as percepções de suas áreas de influência, que acabavam por se sobrepor.

Essa noção histórica e civilizacional atualmente foi traduzida para ações de política externa dos dois países, como é o caso da Look East Policy da Índia, já mencionada em capítulos anteriores, e de uma assertiva política externa chinesa apoiada em investimentos e nas populações chinesas na região materializado em “o novo conceito de segurança” para a Ásia.

O que é certo é que, desde a década de 1940, China e Índia vêem a região como objeto de competição e ela ocorre hoje através: de uma intensa competição econômica por novos mercados através da ASEAN e de acordos bilaterais; da competição militar pelo Oceano Índico e o desenvolvimento de novas tecnologias navais de águas azuis; da competição pelos recursos energéticos dos países da região e, principalmente, pelo controle de pontos estratégicos como Mianmar, onde a interação fica mais latente desde a década de 90. Dessa forma, nesse último capítulo, será analisada não apenas a presença sino-indiana na região, como também a importância estratégica do Oceano Índico e o papel essencial que Mianmar ocupa como principal objeto de disputa nessa relação.

Os países do Sudeste Asiático possuem um dos orçamentos para defesa que mais crescem nos últimos anos, sendo a principal região onde tanto Índia quanto China pretendem expandir sua influência e se colocar como líderes regionais. A China, que há tempos vem tentando intensificar sua relação com os países membros da região do Mekong, como Laos, Mianmar, Tailândia e Vietnã, possui uma grande vantagem em relação à Índia, inclusive por possuir uma maior gama de produtos para exportação.

⁶⁹ Essa noção de esfera natural de influência está historicamente enraizada nos dois países. No caso indiano, essa noção foi desenvolvida por Khautilya, que determina os círculos concêntricos da política externa indiana; já para a China, a figura histórica de Nanyang, que em chinês quer dizer Mar do Sul da China, e que hoje também empresta o nome a uma importante cidade turística.

Entretanto, a Índia já declarou que tem como objetivo de tornar uma potência exportadora de armamentos na próxima década, especialmente para o Sudeste Asiático, através da sua política Olhar para o Oriente. Tal política, além de melhorar sua relação com os países da região para equilibrar o peso e a influência da China, demonstra que a região tende a se tornar o principal palco de disputas no longo prazo entre os dois países.

5.1 - China no Sudeste Asiático

As ligações chinesas com o Sudeste Asiático, assim como as indianas com o continente africano, são marcadas por um forte viés civilizacional. Perakannan é o nome dado aos integrantes da diáspora chinesa que se concentraram nos países do Sudeste Asiático e onde construíram prósperas comunidades de sino-descendentes e são um elemento muito importante, que garante a presença econômica chinesa na região. Entretanto, apesar desse elo cultural, as relações entre os países do Sudeste Asiático e a República Popular da China foram marcadas por muita desconfiança e uma constante sensação de ameaça vinda da China era sentida pelos países da região, especialmente devido ao medo da expansão do maoísmo, que estava presente em vários grupos na região. Como também menciona Weatherbee (2005) na tradição confuciana, os países do Nanyang – oceano do sul - eram considerados países vassallos da China, e essa ligação histórica um dia poderia vir a ser cobrada. Na verdade, a própria criação de uma identidade e a conformação de uma estrutura regional nasceu a partir da necessidade de se proteger contra a “ameaça chinesa”, que era comumente sentida pelos países da região.

Como também menciona Weatherbee (2005), durante todo o período da Guerra Fria os Estados Unidos exerceram grande influência na região através de forte presença naval e do estabelecimento de uma aliança militar com os países não-comunistas do Sudeste Asiático. Ainda, a presença norte-americana nessa região da Ásia estava inserida no contexto da divisão bipolar do mundo, sendo que o objetivo, além da contenção soviética, era a contenção da influência chinesa na região, que era vista de forma ameaçadora pelos países do Sudeste Asiático. Dessa forma os Estados Unidos estabeleceram a Organização do Tratado do Sudeste Asiático⁷⁰, aliança militar que iria durar por muito pouco tempo, caracterizado pela forte caráter anti-China.

Apesar dessa iniciativa fracassada, os países da região avançaram na construção de uma organização internacional regional, que conseguisse, além de fazer frente a essa percepção de ameaça

⁷⁰ Em inglês: SEATO - Southeast Asia Treaty Organization,

chinesa, articular os problemas internos da região. Formada inicialmente por cinco países, em 1967, Cingapura, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas, a ASEAN é o resultado de duas anteriores organizações regionais, não bem sucedidas, ASA (Malásia, Filipinas e Tailândia) e Maphilindo (Malásia, Filipinas e Indonésia). As duas associações anteriores se deterioraram de forma rápida, devido, principalmente, aos objetivos nocivos à paz regional que haviam sido estipulados pelos países no início da associação, sendo que a relação entre os associados sofreu rápido declínio. Mesmo assim, devido às necessidades intrínsecas de um agrupamento regional, com a finalidade de manutenção e implementação da estabilidade política, econômica e social, além de estratégica, uma nova alternativa, resultando na ASEAN⁷¹, foi tentada.

Apesar de a China ser considerada o principal ator extra-regional, ao qual o comércio e o desenvolvimento financeiro da região estão totalmente ligados, permanece certo sentimento de desconfiança em relação às ambições chinesas de expansionismo militar, territorial e econômico. Inicialmente, a China foi vista como um país que competia diretamente com os países membros da ASEAN no que tange a comércio e a fluxos de investimentos, pois os últimos, provenientes do ocidente e do Japão estavam migrando para a China. Atualmente é a China quem provê o capital que será investido nos países do Sudeste Asiático e deve ser vista pelos países da região muito mais como uma ajuda e um parceiro do que como um competidor.

Além disso, o crescimento econômico chinês é altamente dependente dos países do Sudeste Asiático. Como Paulo Pereira Pinto (2000) e Weatherbee mencionam (2005), grande parte do dinamismo chinês está associada com a força e o status adquirido pelos seus nacionais nas diásporas, que conseguiram montar comunidades comerciais prósperas e acabam por dar preferência aos negócios com o país de origem de suas famílias. Nesse sentido, a importância do Sudeste Asiático é grande, sendo que países da região, como Tailândia e Cingapura, contribuem com o total de investimentos diretos externos recebidos pela China.

Ainda em termos econômicos e diplomáticos, a China, em 2000, propôs para os países membros da ASEAN o que seria a maior Área de Livre-Comércio existente, englobando 1,7 bilhões de habitantes, e PIB total de mais de seis trilhões de dólares, com o potencial para se transformar em um bloco econômico até 2012. Segundo o Relatório do Grupo de Especialistas, criado em 2001 para

⁷¹ Como a organização compreende todos os países do que é considerado Sudeste Asiático (Mianmar, Camboja, Laos, Vietnã, Tailândia, Cingapura, Malásia, Indonésia, Filipinas e Brunei), este trabalho considera a Organização como representante da região como um todo, apenas em casos excepcionais tratarei a relação de forma bilateral.

viabilizar a proposta, a criação de uma Área de Livre Comércio entre China e ASEAN incrementaria em 48% as exportações do bloco para a China, e em 55% as exportações chinesas para os países da região.

Além dos claros ganhos comerciais, os ganhos políticos da China em conseguir finalizar esse acordo com os países da ASEAN são grandes, pois serve como contenção para uma tentativa de retorno do Japão e dos Estados Unidos como sendo o principal parceiro econômico dos países da região, e principalmente garante de forma institucional e diplomaticamente aceitável para os países do Sudeste Asiático o acesso chinês aos recursos energéticos da região, especialmente da Tailândia e de Mianmar. Ainda, o interessante dessa proposta é que, aos poucos, começa a se formar uma região única entre o Leste e o Sul da Ásia, impulsionada e dinamizada pela China, configurando o que fora proposto por Buzan e Waever (2003), em relação à *asianização* da Ásia.

Em uma visita realizada aos países da ASEAN, em 2002, o presidente Hu Jintao anunciou o que ficou conhecido como “o novo conceito de segurança” da China para a Ásia, o que no campo diplomático significou uma tentativa de “garantir respeito mútuo e genuíno, cooperação mútua, tentativa de obter o consenso através da cooperação e da resolução pacífica dos conflitos”, o que na verdade são os próprios princípios defendidos pela ASEAN internamente. O objetivo de Hu Jintao com essa declaração foi ocupar um espaço deixado pelos Estados Unidos, que enfrentavam certa resistência dos países da região quanto à Guerra contra o Terror, já que muitos são islâmicos, apesar de serem aliados norte-americanos na luta contra o terrorismo.

A China garante cada vez mais a sua presença na região através da formalização de acordos bilaterais e com a própria organização e com a institucionalização do ASEAN+3 em 1997, que formaliza as relações entre ASEAN com China, Japão e Coreia do Sul, através da realização de reuniões anuais em diversas áreas, principalmente nas áreas de cooperação política e econômica e segurança regional, especialmente no que concerne à questão do tráfico de narcóticos e da pirataria na região. Entre as principais provas da boa vontade chinesa em relação a ASEAN foi a ratificação do Tratado de Cooperação e Amizade em 2003, apesar de a China possuir um em disputa de território com países do Sudeste Asiático no Mar Meridional da China.

Entretanto, é necessário lembrar que China, Filipinas, Brunei, Malásia e o Vietnã continuam com litígios territoriais no Mar Meridional da China, em relação às Ilhas Spratly e Paracell

(abundantes em riquezas minerais), causando grande desconforto na relação, sem que exista em um horizonte próximo possibilidade de mudança nessa situação⁷².

5.2 - Índia no Sudeste Asiático

No início da década de 90, em 1992 mais exatamente, em confluência com suas reformas liberalizantes a o então Primeiro Ministro da Índia, P. V. Narasimha Rao inaugurou uma nova faceta da política externa indiana intitulada de Look East Policy, ou seja, Política de Olhar para Oriente. Após anos presa em termos diplomáticos à lógica bipolar, com o fim da Guerra Fria a Índia procurava se posicionar novamente como um ator relevante não apenas no Sul da Ásia, onde a Índia se manteve como a potência regional, mas em todo o Sistema Internacional, especialmente no continente Asiático.

Dessa forma o foco da política externa indiana se voltou para o Leste e Sudeste Asiáticos, região de que certa forma também faz parte, como já que as ilhas Andaman, que pertencem à Índia estão localizadas a apenas 90 milhas da Indonésia (Cohen, 2005). Apesar disso, o país nunca tentou lograr ser um país da região, e apenas possui interesses limitados no Sudeste Asiático.

Durante a Guerra Fria os países do Sudeste Asiático não mantinham boas relações com a Índia, que era vista com desconfiança devido a sua proximidade com a União Soviética⁷³. Entretanto, com o reordenamento das forças no Sistema Internacional no início da década de 90 ficou claro para o país que se não protegesse sua fronteira oriental estaria seriamente comprometida, já que na década de 90 os Estados Unidos da América era a única potência na região e a China demonstrava que estava procurando mais espaço para se colocar como uma potência asiática, sem o estigma negativo da Guerra Fria.

Dessa forma a Política de Olhar para o Oriente visava não apenas uma reaproximação da Índia com os países da região para garantir as rotas comerciais, garantir mercados e matérias-primas, mas como também uma forma de balancear a crescente presença chinesa na região. Dessa forma, podemos afirmar que a política do Look East da Índia é reativa a presença chinesa na região e um marco em relação à competição estratégica Sino-Indiana.

⁷² Apesar de extremamente importante para a relação bilateral China-ASEAN, esse assunto não será desenvolvido por não afetar diretamente a interação sino-indiana na região, objeto do trabalho.

⁷³ A Índia era um dos principais parceiros da URSS no período e o apoio dado pelo país à atuação soviética nas Guerras do Vietnã e do Afeganistão, causaram desconforto ainda maior com os países do Sudeste Asiático.

Entre as principais iniciativas dessa faceta da política externa indiana inaugurada nos anos 90, podemos mencionar a institucionalização do BIMSTEC, uma organização que reuni Bangladesh, Índia, Mianmar, Sri Lanka e Tailândia, em uma tentativa de aproximar os países do Sul e Sudeste Asiático, e a criação da Estrutura de Coperação do Mekong-Ganga que reuni Mianmar, Laos, Cambodia, Vietnã e Tailândia, cujo objetivo era o estabelecimento de projetos de cooperação na áreas de turismo e lazer na Bacia do Mekong-Ganga. Apesar dessas iniciativas ainda existirem, seus efeitos foram bastante limitados, e nenhuma está sendo tão bem sucedida quanto a institucionalização da relação com a ASEAN, já nos anos 2000.

De apenas uma parceira setorial de diálogo em 1992, a Índia, em 2002, se transformou em uma das maiores parceiras da ASEAN. A importância, em termos de diálogo, da Índia é suficiente para que se tenha institucionalizado a parceria do ASEAN+1, em uma conferência anual.

Tal cooperação se estende aos campos econômico, político, de segurança e de cooperação para o desenvolvimento, através de um número bastante expressivo de mecanismos. Entre esses mecanismos podemos citar as iniciativas concretas de luta contra o terrorismo internacional - acentuadas com a presença norte americana na região após 11/9 e a possibilidade de cooperação entre terroristas indianos e malaios - com a assinatura de uma declaração conjunta em 2003. Entretanto, apesar dessa aproximação, a Índia não lançou, até agora, nenhum documento revelando a estratégia oficial do país para a região como um todo, privilegiando especialmente a cooperação em defesa de forma bilateral com Indonésia, Cingapura, Malásia e Vietnã, especialmente para garantir a segurança do estreito de Malacca (Goshal, 2007).

Em relações às questões de segurança internacional, é importante mencionar que no mesmo movimento de "orientalização" da política externa indiana, a ASEAN se expandiu em direção ao subcontinente indiano, na medida em que novos países – Mianmar, Laos, Vietnã e Camboja -, entraram na organização apenas em meados da década de 90, sob muito debate. Dessa forma, a Índia, atualmente possui uma fronteira comum com a ASEAN de mais de 1600 quilômetros. Após os atentados terroristas de 2001 se iniciou um processo de integração na área de segurança, através do desenvolvimento de políticas comuns e da adesão da Índia às já conhecidas estruturas de cooperação da ASEAN. Ameaças como extremismo religioso, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, tráfico de armas fazem parte de ambas as agendas.

Como primeiro passo para a institucionalização de tais políticas, a Índia assinou o Tratado de Amizade e Cooperação⁷⁴ e é um dos membros mais importantes do Fórum Regional da ASEAN⁷⁵, desde julho de 1996, sendo que tal fórum é a base da construção de um regime cooperativo de segurança na região. Tais atitudes demonstram reconhecimento das partes em relação à importância de maior cooperação na área de segurança, o que automaticamente aprofundará os elos econômicos através da transferência de tecnologia e conhecimento estratégico.

Em relação ao desenvolvimento econômico, ainda há muito por ser explorado nessa parceria entre a Índia e os países da ASEAN, e há interesses econômicos indianos explícitos nesse fenômeno. Apesar do enorme potencial, o volume de comércio bilateral continua baixo, mesmo que essa cifra tenha sido multiplicada nos anos 90. As trocas comerciais entre Índia e ASEAN representam 2% do volume total de comércio, mas apenas 0,2% no montante de Investimentos Diretos.

Devido a isso, algumas medidas específicas estão sendo desenvolvidas, a começar pelo aumento de acordos bilaterais que a Índia vem desenvolvendo com alguns países da ASEAN, como Vietnã, Tailândia, Laos e Cingapura, especialmente na área de tecnologia da informação, no desenvolvimento das telecomunicações, no aprofundamento do valor institucional do BIMSTEC e na maior participação da Índia no Mekong-Ganga.

De qualquer forma, já existem outros mecanismos estabelecidos para a maior cooperação econômica, estando esses bem explicitados pelos esforços na assinatura do Acordo Base de Cooperação Econômica⁷⁶ e do documento ASEAN-Índia Vision 2020. O primeiro acordo estabelece as bases para a criação de uma área regional de livre comércio e investimentos, incluindo uma área de livre comércio embarcando quase toda a região do Sul da Ásia. A proposta de criação dessa área de livre comércio é vista pelos membros da ASEAN como uma reação indiana à proposta chinesa (Weatherbee, 2005, pag. 213) As áreas de cooperação incluem medidas comerciais facilitadoras e de

⁷⁴ Treaty of Amity and Cooperation

⁷⁵ O Fórum Regional da ASEAN, fundado em 1994, além dos países associados, compreende a Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Canadá, China, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Japão, Índia, Mongólia, União Européia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, e tem origem em vários fatores, não apenas a participação no Conflito do Camboja, mas outros, referentes ao contexto político e econômico do final da década de 80. O primeiro motivo está relacionado com o fim da Guerra Fria. A saída quase que total dos contingentes soviéticos e americanos da região tornava a localidade muito vulnerável às ações externas especialmente as provenientes da China, o que demonstrava a necessidade de criação de um mecanismo onde as questões pudessem ser colocadas.

⁷⁶ Framework Agreement on Comprehensive Economic Cooperation,

incentivos a realização de investimentos. Tais medidas são essenciais para a diversificação comercial entre os países e para alterar o déficit indiano em relação aos países da ASEAN.

O que é mais interessante desse acordo base é a agenda proposta para intensificação das relações entre Índia e ASEAN. Dentre as áreas de maior interesse econômico podemos citar o potencial de colaboração intra-industrial entre os dois atores, e principalmente na área de serviços e de TI, na qual a Índia possui um importante pólo de desenvolvimento, e nas áreas de logística através da construção de vias terrestres ligando as regiões⁷⁷, treinamento pessoal, turismo, finanças e pesquisa farmacêutica. Dentre as áreas de cooperação, há grande potencial no desenvolvimento das áreas de biotecnologia, energia, agricultura e tecnologia agrária, aviação civil, e principalmente transportes.

De qualquer forma é bom lembrar que os investimentos e o comércio ainda são baixos, e que ainda há uma barreira muito grande a ser transposta no que se refere à própria modernização econômica dos países envolvidos. E apesar dos grandes esforços, como menciona Goshal, a política indiana para o Leste Asiático carece de uma visão estratégica de longo prazo, uma política que possa indicar as ações que serão seguidas nos próximos anos e que posso servir para estabelecer uma situação mais equilibrada no continente asiático, onde o papel da Índia na região esteja bem definido.

5.3 - A Importância Estratégica do Oceano Índico

A competição Sino-Indiana no Sudeste Asiático se estende por toda a Região do Oceano Índico (ROI), que é de grande importância estratégica para ambos. Segundo Garver, (2001, p.275) a situação que ocorre agora na região é similar ao que ocorreu desde o final do século XIX até a II GM, quando as rotas marítimas Americanas e Japonesas se confundiam, passando pelas zonas de defesa territorial de cada uma dessas potências. Com o fortalecimento da defesa das suas rotas marítimas, automaticamente as rotas do outro acabavam ameaçadas, causando um cenário típico de dilema de segurança.

Apesar de ainda não estar tão latente, o problema da ROI para Índia e China poderá se tornar bastante importante, especialmente devido à importância que o comércio marítimo tem na sustentação do crescimento econômico de ambos os países. No caso da China, 97% de todo o

⁷⁷ Empresas indianas já construíram estradas em Cingapura (onde 6% da população é de origem indiana), Laos, e Vietnã.

comércio do país é realizado a partir de 11 grandes portos e outros 184 menores, que recebem mais de 350 milhões de toneladas em volume de produtos todo o ano. Além disso, a importância do Oceano Índico para a segurança energética de toda a região é enorme, não apenas por ligar o Golfo Pérsico ao Oceano Pacífico, onde passa todo o petróleo importado pela Índia e China do Oriente Médio, mas também pela descoberta de novas bacias de petróleo na ROI, como em Mianmar e Tailândia. (Suri, 2004).

Entretanto, faz pouco tempo que a Região do Oceano Índico figura como uma das principais preocupações da política externa indiana e chinesa. Foi com a necessidade de garantir a segurança energética e com o crescimento da posição dos Estados Unidos na região no Pós-Guerra Fria que ambos os países se voltaram para o mar.

Por já ter sido uma grande potência marítima durante os séculos XIII ao XVI podemos considerar o atual período da história da China - especialmente após 1978 com o lançamento de um extensivo programa de modernização militar pela Marinha do Exército de Libertação Popular - como um período de renascimento de sua marinha. A situação no Oceano Índico é delicada para a China, já que esta necessita acesso à ROI para algumas das suas principais rotas comerciais: acesso a recursos energéticos no Oriente Médio, acesso à Europa⁷⁸ e, principalmente, ao nascente mercado africano. Além disso, o acesso chinês aos principais portos da região, inclusive os australianos, passa pelo estreito de Malacca, assim como 50% do total de comércio marítimo de todo o mundo. O mapa abaixo demonstra bem a centralidade de Malacca no transporte de petróleo mundial (Malacca está assinalada em vermelho).

⁷⁸ O trajeto Xangai -Rotterdam é 3500 quilômetros mais curto se for feito pelo Oceano Índico e não via canal do Panamá

localizado a apenas 170 km de distância do porto de Gwadar e que garantirá para a Índia acesso aos recursos energéticos da Ásia Central e do Oriente Médio.

Além da presença chinesa no Paquistão, China e Índia também competem por influência em outros países da região com o estabelecimento de bases navais e aéreas, em países como Sri Lanka, Bangladesh, e principalmente Mianmar que será examinado no decorrer da seção, e que com certeza é o epicentro da competição sino indiana no continente asiático. Apenas para citar as mais importantes, atualmente a China construiu um porto de águas profundas em Gwadar, no Paquistão, na entrada do Golfo Pérsico; um porto em Chittagong, Bangladesh; porto em Hambantota, Sri Lanka, e principalmente em Mianmar, onde a China possui grande infra-estrutura naval com bases e portos, sendo as bases da Ilha Haingi, feita supostamente para dar apoio aos submarinos nucleares chineses, das Ilhas Coco, onde a China possui uma estação de IMINT, as mais importantes (Suri, 2004, 239-240).

Obviamente, todo o comércio indiano passa pelo Oceano Índico, mas o país está em posição mais privilegiada do que a China na região por três principais motivos, que podem ser encarados como uma ameaça para a China. Em primeiro lugar, a marinha indiana é bastante forte na região e vem desenvolvendo tecnologias de águas azuis através do Projeto Sea Bird, que visa à modernização naval da Índia e a construção de infra-estrutura militar, aptas a defender a ROI se for preciso. Entre os principais fatos está a construção da INS Kadamba, base naval estrategicamente localizada em Karwak, para proteger as rotas de acesso marítimo ao Oceano Índico. Kadamba se tornará a terceira base operacional da Índia, depois de Mumbai e Visakhapatnam.

Em segundo lugar, a posição da China na ROI é relativamente fraca, não em questões tecnológicas se comparada à Índia, mas em questões logísticas, já que as facilidades militares chinesas estão bastante distantes dos principais pontos da região. Em terceiro lugar, em caso de algum conflito direto entre Índia e China, a Índia pode transferir a guerra para a esfera marítima, onde terá grandes vantagens. Dessa forma, a Índia poderá interromper o fluxo comercial chinês se controlar as principais rotas do Oceano Índico. Sendo assim, fica bastante claro que o Oceano Índico é o principal ponto de competição sino-indiana, e que em alguns países em especial esse problema é mais latente, como é o caso da Birmânia que será analisado a seguir.

5.4 - Mianmar: a porta de entrada e de saída para a Região do Oceano Índico

Desde o século XII, a Birmânia se consolidou como uma importante rota comercial entre China e Índia, sendo uma das mais importantes da Rota da Seda. Já nesse período, a China havia conseguido expandir um braço do seu Império para a Birmânia, estabelecendo nas regiões de Dali e Baoshan relações tributárias com os governantes desses pequenos e prósperos reinados, onde a China atuava como o Senhor, sendo que se mantinha autonomia política e cultural do Império do Meio. Entretanto após sucessivas invasões, a China, com os mongóis, conseguiu conquistar parte do território - inclusive a atual província chinesa de Yunnan -, “sinicizando” (Pereira Pinto, 2002) toda a região. Nesse momento, a Birmânia passa a ter importância militar e estratégica para a China, sendo que foi a base da expansão e da diáspora chinesa para o Sudeste Asiático. Essa relevância não se perdeu durante os séculos seguintes, sendo que continua bastante marcante (GARVER, 2001).

Durante a II Guerra Mundial, a Birmânia teve um papel essencial para a vitória dos Aliados na Grande Guerra do Pacífico. Por estar localizada entre o Oceano Pacífico e o Oceano Índico, o país foi uma importante base de apoio logístico para os britânicos e americanos: os suprimentos para os soldados que lutavam na região passavam pelo país na sua grande maioria, o que ilustra a importância da sua localização no continente asiático (GARVER, 2001).

Assim como a China, os laços históricos e culturais da Índia com Mianmar são bastante importantes, pois havia uma grande comunidade de indianos estabelecida no país, como resultado de uma política de migração realizada pelos britânicos, o que fica claro pelo fato de os etnicamente considerados indianos são duas vezes a população etnicamente chinesa em Mianmar. A relação entre os dois países era tão importante que durante o período colonial Mianmar era governada diretamente da Índia. Entretanto, logo depois da independência dos dois países, como cita Garver:

"Não raramente a Birmânia era especificada como sendo parte da esfera de influência de uma nova Índia, ou mesmo como parte de uma federação Sul-Asiática liderada pela Índia. A Índia supria o governo de Rangoon com dinheiro e munição nos dias desesperados de 1948-49, permitindo que o governo se mantivesse mesmo com a rebelião instaurada. Essa assistência era muito apreciada, mas criou certa apreensão nos Birmaneses em relação a uma possível dominação indiana"⁸¹ (Garver, 2001, p 250)".

⁸¹ Tradução livre da autora. Versão original: *Not Infrequently, Burma was specified as part of the new Indian sphere of influence or even as part of an India-led South Asian federation. India supplied considerable munitions and money to the embattled Rangoon government in the desperate days of 1948-1949, enabling it to hang on in the*

Essa posição de enclave entre os dois gigantes asiáticos, rendeu a classificação do país por Buzan e Waever (Buzan, Weaver, 2003, p 41), como um Estado insulador (*insulator*)⁸², que segundo os autores, se caracteriza por estar entre dois Complexos Regionais de Segurança, nesse caso Complexo do Sul da Ásia e Complexo do Sudeste da Ásia, sem ter a capacidade e a força de unir os dois lados⁸³.

Com a declaração da sua independência, em 1947, Mianmar tentou ao máximo manter o equilíbrio nas relações entre Índia e China, por compreender que ambos os países exerciam grande influência na região, o que deixava o país bastante vulnerável, como um enclave entre dois países que já haviam exercido e ainda exerceriam grande influência. Dessa forma, Rangoon tentou se manter neutra e longe de qualquer disputa entre grandes potências e principalmente entre China e Índia. A relação se mantém, de certa forma, estável entre os três países, com muito cuidado por parte de Mianmar, em manter uma relação de amizade com os dois países, o que foi possível de ser mantido até o final da década de 80, quando a Junta Militar⁸⁴, que ainda governa o país, tomou o poder, em 1989.

Em 1989, Mianmar (até 1989 se chamava Birmânia), começou a construir uma relação bastante próxima, em termos políticos, militares e diplomáticos, com a China, quebrando a política de neutralidade previamente estabelecida e festejada pelo país. China e Mianmar estavam sofrendo grande pressão externa em relação ao status político de seus regimes, e nesse sentido a Índia foi um dos principais interlocutores anti-junta militar, o que causou sérios problemas para a sua diplomacia. A Índia, emergiu como sendo uma grande ameaça ao governo da junta, o que levou Mianmar a uma maior aproximação com a China.

face of widespread rebellion, This assistance was appreciated, but it also made the Burmese apprehensive about possible Indian Domination.

⁸² Turquia e Afeganistão são outros exemplos citados pelos autores como sendo insuladores na atualidade.

⁸³ Essa denominação não pode ser confundida com a de Estado Tampão, já que está nas bordas de dois complexos regionais, não no seu centro. Para os autores, esse status de insulador começou a se deteriorar como o maior envolvimento da China no país, que obrigou à Índia a reagir e a restaurar seu poder naval, sendo que atualmente, creio que o status de Mianmar está mais próximo de Estado Tampão do que de Estado insulador, pois as dinâmicas de segurança entre China e Índia estão cada vez mais interligadas.

⁸⁴ Atualmente o nome da Junta Militar foi alterado para Conselho de Desenvolvimento e Paz Estatal da União de Mianmar. De 1988 até 1997 o nome oficial da Junta Militar Conselho de Restauração da Lei e da Ordem Estatal da União de Mianmar. Atualmente o comandante da Junta é o General Than Shwe, que também é o Chefe de Estado do país.

Nesse sentido, o principal aspecto da cooperação ocorreu na área militar, sendo que a China passou a ser o principal fornecedor de armamentos ao país, e também a China passou a treinar os militares e paramilitares de Mianmar, sendo que, já na metade da década de 90, esta poderia ser considerada uma das melhores forças militares da região. A maior interação entre China e Mianmar era bastante interessante para os dois países, pois para a China abria um novo corredor para o mar e uma nova rota militar, como já utilizado nos séculos anteriores, além de representar um novo mercado de produtos e, principalmente, de matérias-primas importantes como a borracha cultivada na Malásia e o petróleo.

A China via Mianmar como um corredor de escoamento de seus principais produtos e uma forma de conseguir aumentar sua influência no Sul e Sudeste Asiático, especialmente pelo vale de Irridaway, onde se pretendia construir uma ferrovia, que teria uso dual – civil e militar, o que representaria uma grande ameaça à Índia, entretanto, a ferrovia nunca chegou a ser construída. Ainda, segundo declarações oficiais e o teor dos documentos bilaterais, a contenção das pretensões indianas no Sudeste Asiático era uma dos objetivos declarados da aproximação entre os dois países.

Durante os anos 90 ocorreram intensos debates sobre as motivações chinesas em intensificar as relações com Mianmar, como, por exemplo, garantir acesso aos recursos naturais do país, especialmente o gás natural, criar um mercado novo para os produtos chineses, desenvolver economicamente a província chinesa de Yunnan, que faz fronteira com Mianmar e é umas das províncias mais pobres da China. Existem motivos econômicos bastante óbvios que levaram a China a se aproximar de Rangoon, condizente com sua nova orientação industrial pós-1978, entretanto, não ficou claro o porquê das interações militares entre os dois países.⁸⁵

Dessa forma, para a Índia, a aproximação sino-birmanesa era muito problemática, pois colocava a China em outra parte de sua fronteira e, de certa forma, cercava o país, pois ao norte, a aliança sino-paquistanesa já causava grandes problemas à Índia. Além disso, como menciona Garver (2001), na ocasião de algum conflito territorial, a China – via Mianmar – teria bastante facilidade em chegar à região contestada de Arunachal Pradesh, onde a Índia não teria condições de preparar uma rápida mobilização.

⁸⁵ Atualmente, entre os principais aspectos da cooperação militar entre China e Mianmar está o apoio chinês para a renovação da marinha birmanesa, através da venda de embarcações e modernização das bases navais de Hanggyi, Akyab e Mergui, e principalmente Ilhas Cocos, onde supostamente a China possui uma base de IMINT⁸⁵.

Em 1992, a Índia viu que a estratégia de apoiar os movimentos democráticos em Mianmar não estava rendendo bons frutos estratégicos e aproximava ainda mais o país à China. Uma das atitudes mais simbólicas do apoio indiano aos movimentos pró-democracia em Mianmar era a transmissão de um programa de rádio em birmanês com dez minutos de duração, feita pela estação de rádio indiana "*All India Radio*" que incitava os movimentos democráticos a se organizarem. Essa transmissão foi cessada em 1992, a partir do momento em que a Índia percebeu que Mianmar estava se transformando em uma área de influência quase exclusiva da China. Outro aspecto simbólico do apoio indiano aos movimentos democráticos em Mianmar foi a questão de Aung San Sui Kyi⁸⁶, demandando a liberdade imediata da ativista, em prisão domiciliar desde 1989, sendo que em 1993, ela foi agraciada com o prêmio Jawaharlal Nehru de Entendimento Internacional pelo Governo Indiano (Aung, Myint 2001; p.109). Entretanto, é importante mencionar que a Índia nunca deu apoio financeiro aos movimentos pró-democráticos de Mianmar. Dessa forma, a Índia iniciou um processo de normalização das suas relações com Mianmar, o que na verdade ocorreu com os outros países da região, também receosos da proximidade Sino-birmanesa⁸⁷.

Sendo assim, a Índia parou de criticar a Junta Militar que governava o país, e normalizou suas relações com o país, com dois principais objetivos: tirar Mianmar da esfera de influência exclusiva chinesa e garantir acesso aos importantes recursos energéticos do país (Aung, Myint 2001). Durante os anos 90 a Índia se transformou no maior importador de Mianmar e no quarto maior exportador para o país, estando atrás da Tailândia, China e Cingapura. Sendo assim, a Índia conseguiu restaurar sua porta de entrada para o leste, e um dos principais pilares geográficos para o desenvolvimento de sua Política de Olhar para o Oriente.

Outro aspecto importante da necessidade indiana de aprofundar sua relação com Mianmar, além de impedir que a China se transforme no único parceiro birmanês, é a questão dos grupos guerrilheiros que habitam e atuam na fronteira entre os dois países, entre eles membros de guerrilhas

⁸⁶ É filha do herói da independência nacional General Aung San e se envolveu com a política em 1988 organizando os movimentos de resistência à ditadura no país, quando a Junta Militar tomou o poder, Lei Marcial foi declarada e Aung San Sui Kya foi mantida em prisão domiciliar por 12 anos no total, desde 2008. Em 1991 ganhou o Nobel da Paz pelos seus esforços em restaurar a democracia em Mianmar.

⁸⁷ Em 1997, Mianmar foi formalmente integrada à ASEAN, como forma de os países do Sudeste Asiático controlarem melhor o país, afastando-o da China. Esse receio era tanto, que desde o início da década, Cingapura secretamente vendia armamentos para Mianmar, de forma a não tornar a antiga Birmânia dependente exclusivamente da China.

naxalitas⁸⁸ do lado indiano, e membros de grupos separatistas birmaneses como Exército da Independência de Kachim e a Frente Nacional Chin. Entretanto, apesar de sofrerem de uma ameaça comum que atravessa a porosa fronteira entre os dois países, a cooperação em termos militares e de segurança é muito baixa, se restringindo principalmente à troca de informações de inteligência (Aung, Myint 2001)⁸⁹. Ademais, por mais que o relacionamento tenha melhorado, a influência chinesa em Mianmar ainda é muito mais significativa como demonstrado com os acontecimentos em Yangoon no final de 2007⁹⁰.

Por fim, um importante aspecto que demonstra a importância estratégica de Mianmar tanto para a Índia quanto para a China é a questão energética, que já foi abordada em outras seções. Segundo a Mianmar Oil and Gas Enterprise, as reservas exploráveis de gás naturais do país são aproximadamente 51 trilhões de pés cúbicos, devido à descoberta de grandes reservas nas fronteiras com a Tailândia e com Bangladesh. Desde 1988 Mianmar exporta gás natural e atualmente conta com a exploração de pelo menos oito blocos de exploração de petróleo, sendo que companhias indianas (ONGCC Videsh e GAIL), em consórcio com a coreana Daewoo exploram uma área conhecida com Shwe, que pode conter reservas de até 5.8 trilhões de pés cúbicos. Entre as principais empresas exploradoras de gás natural no país podemos mencionar a Total (França), Unocal (EUA), e outras da Índia, Coréia, Cingapura, Tailândia e China.

Diversas Empresas Nacionais Petrolíferas chinesas estão envolvidas com a exploração de gás natural em Mianmar, assim como o próprio governo chinês, que comprou o direito de exploração por trinta anos em um dos principais blocos do país (denominado de A1). O governo chinês também realizou um empréstimo de 84 milhões de dólares com Mianmar, com baixas taxas de juros, o que

⁸⁸ Naxalistas é nome dado para os grupos revolucionários comunistas que aplicam táticas de luta armada e guerrilha, associados a diversas correntes do Maoísmo e ao Partido Maoísta do Nepal, sendo que alguns são considerados como terroristas pelo Governo Indiano (Jane's, India Country Profile, 2008). (Especula-se sobre o financiamento desses grupos Maoístas serem feitos pela China, mas como são apenas especulações não serão tratados nesse trabalho).

⁸⁹ Além da questão dos Naxalistas, a Índia enfrenta outros problemas internos nessa região fronteira, especialmente no Nordeste da Índia, que é densamente povoado, nas regiões do Assam, Manipur e Nagaland, onde existem diversos movimentos separatistas.

⁹⁰ Em setembro de 2007 monges budistas lideraram uma série de protestos contra a Junta Militar, iniciados devido ao descontentamento da população devido ao aumento dos preços dos combustíveis, que foi duramente reprimida pelos soldados da junta, esse movimento foi apelidado de Revolução de Açafrão e para alguns analistas tinha características semelhantes dos movimentos pró-democracia nos países da antiga URSS, que ficaram conhecidos como sendo as Revoluções Coloridas. Devido a isso, Mianmar ganhou a atenção da mídia internacional e o envolvimento da China no país começou a ser questionado, levando ainda a comparações com a Crise Humanitária no Darfur;

preocupou bastante os dirigentes indianos, que pretendiam importar gás da mesma região. Além disso, a China planeja construir um gasoduto que vá de Kyakphu, em Mianmar, até a sua província de Yunnan⁹¹, abastecendo toda a sua região. As questões históricas, geográficas e geopolíticas, no caso do petróleo, e mesmo simbólicas, explicam por que esse pequeno país tem uma importância tão importante nessa relação bilateral.

5.5 - Padrão de interação estratégica sino-indiana no Sudeste Asiático

O padrão de interação estratégico sino-indiano no Sudeste Asiático é extremamente competitivo, pois ambos os países tem grandes interesses na região e dependem do seu entorno para a manutenção de sua segurança territorial e energética, sendo com certeza a região onde há uma combinação mais clara de competição econômica, diplomática e militar. A militarização do Oceano Índico é um indício importante de como essa relação se manifesta, assim como a reação em termos de ações diplomáticas que cada país realiza em resposta à qualquer atitude do outro país na região, como foi o caso da construção do Porto de Gwadar e Chabahar no Paquistão e Irã respectivamente, a realização de acordos bilaterais de defesa por ambos os países com Cingapura, Indonésia, Vietnã; a tentativa indiana de aprofundar suas relações com Mianmar; a formalização do ASEAN+1 em resposta ao ASEAN+3, entre outros exemplos já citados acima.

Entretanto, é importante notar que existe uma primazia absoluta da China em detrimento da Índia em relação aos países do Sudeste Asiático, que são economicamente dependentes da China e tem suas dinâmicas de segurança muito mais voltadas para o “Império do Meio”. Essa predominância para Buzan e Waeber (2003, pp93-185) é tanto que para os autores o Sudeste Asiático está se fundindo com o complexo de segurança do Leste da Ásia, que atualmente é centrado na China, se tornando um sub-complexo regional.

Como o custo político e econômico de uma guerra localizada novamente na fronteira entre Índia e China é muito alto, como demonstrado pelos efeitos da Guerra de 1962, e mais recentemente para a Índia com a crise de Kargil, o cenário mais provável é que a competição fique mais evidente nas regiões, onde a possibilidade de intensificação do conflito fica limitada.

⁹¹ A província de Yunnan, cuja capital é Kunming, é das mais pobres do China, e é onde foram realizados os exercícios militares em conjunto com a Índia. Além disso, a província de Yunnan é uma das províncias com maior diversidade étnica da China, por isso também a necessidade do país em desenvolver a sua fronteira austral para garantir estabilidade e a unidade territorial da região.

Entre Índia e China, esse conflito provavelmente ocorreria no Sudeste Asiático, mais possivelmente na região do Oceano Índico. Nesse cenário a disputa seria mais equilibrada pois a Índia tentaria transformar o conflito terrestre, caso esse inicie na fronteira, em um conflito naval, pois nessa esfera de operações a Índia conseguiria atingir manter um equilíbrio maior com a China, se não em termos tecnológicos, logísticos, e também onde contaria com a atuação de aliados, como os Estados Unidos, e mesmo países do Sudeste Asiático como Tailândia e Singapura que possuem excelentes relações com a Índia e procuram sempre uma posição mais independente frente à Pequim. Entretanto, esse cenário por enquanto é pouco viável, e o mais provável de ocorrer, caso a competição se intensifique, é algum tipo de aumento de tensão pelo controle das estradas de Mianmar, que são as melhores vias de escoamento da região e como analisado, um dos pontos mais sensíveis da relação entre os dois países; e pela sobreposição dos programas navais de cada um dos países, a saber a estratégia indiana do colar de pérolas e o projeto Sea Bird da Índia. O que poderia ocorrer nesse caso é o controle de alguma rota marítima ou algum estreito importante, sem que isso resultasse em alguma guerra entre China e Índia.

Conclusões

Após a análise das relações bilaterais entre China e Índia desde a sua consolidação como República Popular da China e República Federal da Índia, podemos concluir que, por mais que as relações bilaterais estejam apresentando sinais de evolução positiva, elas serão completamente normalizadas apenas com a resolução dos conflitos territoriais, em aberto desde a primeira metade do século XX .

Podemos concluir, além disso, que o processo de modernização militar que ambos os países vêm desenvolvendo não tem como principal motivo a criação de capacidade defensiva devido à percepção de ameaça iminente na fronteira sino-indiana, mas sim um melhor posicionamento no Sistema Internacional como um todo. Dessa forma, fica mais plausível caracterizar a situação no continente asiático como uma competição armamentista, já que não existe uma mobilização total para a guerra. Além disso, como a capacidade militar indiana ainda está muito aquém da capacidade chinesa, um conflito direto entre os dois países seria inviável para a Índia.

Como mencionado anteriormente, o custo político e econômico de uma nova guerra na fronteira entre Índia e China é muito alto, comprovados pelos efeitos da Guerra de 1962, e mais recentemente para a Índia com a crise de Kargil. Sendo assim, o cenário mais provável é que a competição fique mais evidente nas regiões. O fato de os dois países possuírem armamentos nucleares cria uma situação de dissuasão nuclear. Buzan e Waeber (2003:175) argumentam que é pouco provável que um conflito entre as grandes potências asiáticas acabe em guerra, não apenas devido ao poder dissuasório das armas nucleares, mas também devido ao medo de colocar em risco os ganhos econômicos. Entretanto, os autores concordam que a ocorrência de conflitos localizados nas regiões adjacentes pode ser uma possibilidade.

Analisando a interação estratégica sino-indiana em cada região estudada, podemos concluir que ela varia de região para região, o que pode nos indicar qual será o local mais provável de um conflito entre China e Índia. Nota-se, de fato, que a competição é maior na medida em que a região em análise afeta mais diretamente o interesse nacional de cada um dos países, e também fica claro que a questão político-militar e a questão econômica possuem pesos diferentes na determinação do nível de competição em cada uma das regiões. Através da elaboração de uma análise qualitativa dos fatos podemos estabelecer um índice que determina o padrão de interação sino-indiano na África, na Ásia Central e no Sudeste Asiático.

Quadro5. Resumo das interações sino-indianas por região

	TIPO DE INTERAÇÃO	DESCRIÇÃO
ÁFRICA	COOPERATIVA	Índia e China atuam em conjunto na exploração de hidrocarbonetos.Ex: Sudão
		Investimentos complementares: China em infraestrutura/ Índia em T.I
ÁSIA CENTRAL	COMPETITIVA	Competição po recursos estratégicos: gás e petróleo no Casaquistão e Turcomenistão
		Atuação em conjunto contra o extremismo islâmico
		Países tem outras prioridades: China - Rússia e EUA/ Índia - Paquistão e Afeganistão
SUDESTE ASIÁTICO	COMPETITIVA	Muita competição pela dominação do Índico e controle das principais rotas comerciais
		Militarização do Índico: Projeto Seabird e Colar de Pérolas
		Mianmar como porta de entrada da Índia e saída da China

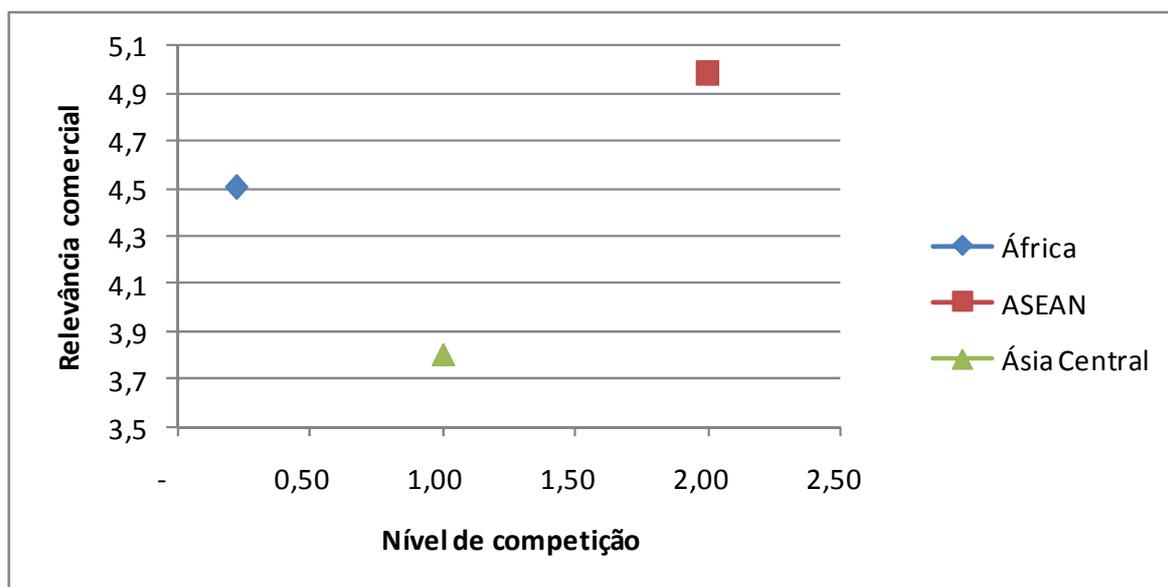
Esse índice está baseado em duas variáveis: o nível de competição econômica e o nível de cooperação político-militar. Valores fechados de 1 a 3 serão atribuídos a cada uma dessas variáveis: na competição econômica, considera-se 3 o nível mais alto; na cooperação político-militar, novamente 3 é o nível mais alto. Entretanto, como pode ser analisado, o peso dado à esfera político-militar é maior do que o dado à econômica. O índice é, então, calculado a partir da relação $x/1,5y$, conforme o quadro abaixo.

Quadro 6. Análise das interações sino-indianas por região

Região	Competição econômica (X)	Cooperação político-militar (Y)	Índice
ÁFRICA	1	3	0,22
ÁSIA CENTRAL	3	2	1,00
SUDESTE ASIÁTICO	3	1	2,00

O Gráfico 1 relaciona a relevância comercial (medida pela média da corrente de comércio de China e Índia com cada região, colocada em logaritmo de base 10 para melhorar a visualização) com o nível de competição. O indicador de nível de competição é criado a partir de análise qualitativa da relação entre China e Índia nas três regiões nas esferas econômica e político-militar, conforme descrito anteriormente.

Gráfico 1. Relação entre nível de competição e relevância comercial por região



O peso maior à esfera político-militar se dá justamente pela observação de que a competição é determinada mais pela esfera política – na qual é determinante o grau de satisfação ou insatisfação com o *status quo* - do que pela econômica, o que pode ser observado no próprio gráfico, que não indica uma relação direta entre a importância das regiões em termos econômicos e o nível de competição entre China e Índia. Nota-se, por exemplo, que a África, apesar de ser economicamente bem mais importante para ambos os países, é palco de menor competição do que a Ásia Central, enquanto o Sudeste asiático, representado em termos comerciais pelos países da ASEAN, é tanto importante comercialmente quanto é foco de competição. O impacto da presença sino-indiana nas regiões se mostra, dessa forma, bastante relevante para a compreensão da relação entre esses dois países, o que poderá ser estendido para outras regiões onde está despontando uma atuação mais assertiva dos mesmos, como a América Latina.

Ainda, podemos concluir que a comparação de que Índia e China se comportariam como as potências imperialistas européias do final do século XIX e do início do século XX, como levantada por muitos autores, é falsa, pois ambos os países estão inseridos em um outro contexto de desequilíbrio regional, diferentemente do caso europeu do Pré I Guerra Mundial, em que existia uma situação de concerto de poder. Além disso, China e Índia devem lidar com outras potências que constroem diretamente sua atuação internacional como foi exibido no decorrer do trabalho. Por fim, e mais importante, como demonstrado por Bates Gill (2007) a estratégia de ascensão pacífica da China faz com que o país procure ser o menos agressivo possível, procurando se manter na defensiva,

muito diferente das potências imperialistas européias. É importante mencionar que não estou negando uma relação competitiva entre Índia e China, apenas refutando a hipótese de que China e Índia estejam repetindo um padrão estabelecido no início do século XX (Buzan, Waeber 2003; Martins, 2008)

Por fim, apesar de ser ainda muito incipiente e pouco claro, podemos inferir algo sobre como tendem a se consolidar as alianças político-diplomáticas no continente asiático no século XXI, mesmo que não-formais. Em primeiro lugar teremos a formação de uma aliança entre Índia, Estados Unidos e Japão (Austrália também pode ser colocada nesse grupo), cujo objetivo, como já foi declarado, seria manter o equilíbrio no continente asiático e a promoção de valores democráticos, no que ficou conhecido como *Democratic Quad*. O quanto esse agrupamento também servirá como aliança contra-balançante anti-chinesa é cedo para afirmar, mas com certeza terá um peso político importante nesse sentido. Segundo a expectativa da teoria realista hegemônica, as alianças tendem a ser rígidas devido aos enormes custos de montagem institucional, transferências de tecnologia, capacidade bélica, etc. (DiCicco & Levy, 2003:135-137).

Já a China se volta novamente para o Paquistão, país que terá sua importância cada vez mais notada no século XXI. Esse retorno da entente sino-paquistanesa é importante para garantir vários interesses chineses na região, inclusive energéticos, e pode ser a única chance de estabilidade ou mesmo de viabilidade estatal no Paquistão, além de – é claro – blindar parte da China contra as investidas do que se configura como uma aliança anti-chinesa.

Em síntese, ao invés de uma ascensão da Ásia e do século do Pacífico, descritos genericamente pela mídia e parte da literatura como sendo o processo mundial em curso, o estudo da década Índia-China revela que as múltiplas hierarquias e relações de poder existentes nos complexos regionais de segurança tendem a determinar a forma mais ou menos violenta da transição mundial, seu ritmo e seus resultados finais. Em termos normativos, há justificativa para um otimismo moderado quanto às possibilidades de emergência de uma ordem mundial multipolar equilibrada, mas de maneira nenhuma este otimismo da vontade pode prescindir do realismo da razão, que requer uma observação atenta dos perigos e riscos que rondam as relações entre China e Índia, os dois gigantes asiáticos, no século XXI.

Referências

- ACHARYA, Alka 2005 – *Wen's Jiabao South Asia Sojourn* – Asia Report vo.41 – n. 315
- ACHARYA, Amitav. *Regionalism and Multilateralism. Essays on Cooperative Security In the Asia Pacific*. Cingapura. Times Academic Press, 2002.
- AHMED, Abu Taher Salahuddin. *India-China Relations in the 1990s* (1996) Journal of Contemporary Asia v26 no1 p100-15
- ALTEMANI, Henrique; MASIERO, Gilmar. *Estudos Asiáticos no Brasil: Contexto e Perspectiva*. (2005), RBPI, vol 48, no 2.
- ARRIGHI, Giovanni. (1996). *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: UNESP. [1994].
- _____ (2008). *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ASIAN GIANTS COVET AFRICAN OIL. Jane's Foreign Report, 19 de Outubro de 2006. Disponível em: www.janes.com
- ASIAN SPACE RACE. Jane's Defence Weekly, 15 de novembro de 2008. Disponível em: www.janes.com
- AUNG, Thin Thin; MYINT, Soe. *India-Burma Relations*. In: Challenges to Democratization in Burma, 2001. Disponível em: http://www.idea.int/asia_pacific/burma/upload/chap4.pdf
- AXELROD, R. & KEOHANE, Robert O. (1985). "Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions." World Politics 38 (October): 226-54.
- AZIZIAN, Rouben; (Org) VAN WIE DAVIES, Elizabeth (Org). *Introduction. In: Islam, Oil and Geopolitics in Central Asia After September 11*. Maryland, Rowman and Littlefield, 2007.
- BAJPAEE, Chietigj. *The Panda and the Peacock*. (2007) China Security, Vol. 3 No. 4.
- BANERJEE, Dipankar (2004). *Dangers of Missile Proliferation in South Asia*. South Asian Survey 11:2
- BATES, Gill. *Rising Star, China's New Security Diplomacy*. Brookings, Washington, 2007.
- BERI, Ruchita. China's Rising Profile in Africa. China Report 43.3 (2007): 297-308.
- BIJIAN, Zheng. *China's "Peaceful Rise" to Great Power Status*. Foreign Affairs, Setembro/Outubro de 2005.
- BOILLONT, Jean-Joseph. *Inde et Asie du Sud: opportunité démographique, mondialisation et coopération régionale*. Politique Étrangère, 2006.
- BORDERLINE FRIENDS – SINO-INDIAN TIES WARILY IMPROVE. Jane's Defence Weekly. 01/01/2008. Disponível em: www.janes.com

- BRITISH PETROLEUM. *Statistical Review of World Energy 2008*. Disponível em: www.bp.com
- BROADMAN, Harry. *Africa's Silk Road: China and India's new economic frontier*. Washington, World Bank, 2007, 420p.
- BUZAN Barry, WAEVER Ole (2003). *Regions and Powers. The Structure of International Security*. Cambridge.
- BUZAN, Barry & HERRING, Eric. *The Arms Dynamic in World Politics*. London, Lynne Rienner Publishers, 1998.
- BUZAN, Barry. *New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century*. International Affairs, Vol. 67, No. 3. (Jul., 1991), pp. 431-451.
- CABALLERO -ANTHONY, Mely. *Regional Security in Southeast Asia Beyond the Asean Way*. Cingapura, ISEAS, 2005, 340p.
- CHINA FACES CHARGES OF COLONIALISM. The Herald Tribune. 28 de janeiro de 2007. Disponível em : www.iht.com.
- CHINA HAS EXPRESSED GUARDED SUPPORT TO INDIA'S QUEST FOR CIVIL NUCLEAR ENERGY. Jane's Defense Weekly, 20 de Novembro de 2006. Disponível em: www.janes.com
- CHINA TO PAKISTAN RESCUE? The Economist, 26 de outubro de 2008. Disponível em: www.economist.com
- CHINA, 2004-White Paper on Defense-Ministry of Defense-People's Republic of China
- CHINA, 2006 - White Paper on Defense-Ministry of Defense-People's Republic of China
- CHINA, INDIA, MOSCOW IN THE MIDDLE. Jane's Defense Weekly, 13 de Agosto de 2007.
- CHINA, INDIA: MOSCOW IN THE MIDDLE. Jane's Defence Weekly. 13/08/2007. Disponível em: www.janes.com
- CHINA, RUSSIA: DISTRUST MANIFESTS IN A DELAYED LOAN. Stratfor, 12 de novembro de 2008. Disponível em: www.stratfor.com
- CHINA'S STRATEGIC DIPLOMACY. Jane's Foreign Report, 1 de Janeiro de 2006. Disponível em: www.janes.com
- CHINESE BEATEN UP IN ZAMBIA MINES. BBC, 4 de março de 2008. Disponível em: www.bbc.co.uk
- CHINESE GEOPOLITICS AND THE SIGNIFICANCE OF TIBET. Stratfor. 15/04/2008. Disponível em: www.stratfor.com
- COOPER, Andrew; FUES, Thomas. *Do the Asian drivers pull their diplomatic weight? China, India and the United Nations*. @007. World Development, vol 36 no 2 – 293 -307.
- CRAIG, Susan L. *Chinese Perceptions of Traditional and Non-traditional Security Threats* (2007).

Army War College, Strategic Studies Institute.

DATTA-RAY, Deep K. *Sino-Indian Trade Relations: Understanding the Bilateral and Regional Implications*. ISAS Brief (2008)

DEEPAK, B. R. (2006) *Sino-Pak Entente Cordiale and India: A Look into the Past and Future*. CHINA REPORT 42:2 (2006)

DEVARE, Sudhir. *ASEAN Ramifications and Relations with India*. IN: KUMAR, Satish. *India's National Security, Annual Review*. India Research Press, 2004. Nova Déli. 570 pp. – 303-319

DiCICCO, Jonathan M. & LEVY, Jack S. (2003). *The Power Transition Research Program: A Lakatosian Analysis*. In.: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Apraising the field*. Cambridge: BCSIA, 2003. pp. 109-157.

DOWNS, Erica. *The Fact and Fiction of Sino-African Energy Relations*. *China Security*, Vol. 3 Summer 2007, pp 42-68 2007.

EMMOTT, Bill. *Rivals : How the Power struggle between China, India and Japan will shape our next decade*. Orlando; Harcourt; 2008, 342p.

FOREIGN FRIENDS – CHINA EXPANDS RELATIONS WITH INDIA AND PAKISTAN. *Jane's Intelligence Review*, 2 de Fevereiro de 2007. Disponível em: www.janes.com

GARVER, John W. *Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century*. 2001. University of Washington Press, Seattle, 447p.

GETTING IN STEP: INDIA COUNTRY BRIEFING. *Jane's Defence Weekly*. 01/02/2008. Disponível em: www.janes.com

GHOSHAL, Baladas. *Some New Thoughts on India look Esat Policy*. IPCS, no 54, 2007

GOING SOFT – CHINA'S ALTERNATIVE ROUTE TO REGIONAL INFLUENCE. *Jane's intelligence review*, 1 de Janeiro de 2007. Disponível em: www.janes.com

GUIHONG, Zhang (2005). *SINO-Indian Security Relations: Bilateral Issues, External Factors and Regional Implications*. *South Asian Survey* 12 : 1 (2005).

HOADLEY, RÜLAND. *Asian Security Reassessed*. Cingapura. ISEAS, 2006. 400p

HU'S VISIT WILL REBUILD INDIA-CHINA TIES. *Times of India*. 20/11/2006. Disponível em: www.timesofindia.com

HU'S VISIT WILL REBUILD INDIA-CHINA TIES. *Jane's Defense Weekly*, 20 de Novembro de 2006. Disponível em: www.janes.com

IISS (2007). *MILITARY BALANCE*; Routledge, Londres

IISS (2008) *MILITARY BALANCE*, Routledge, Londres

INDIA AND CHINA WILL INK AT LEAST HALF A DOZEN TRADE AGREEMENTS DURING CHINESE PRESIDENT HU JINTAO'S VISIT TO INDIA. *Jane's Defense Weekly*, 20 de

Novembro de 2006.

- INDIA CONDUCTS THIRD TEST FIRING OF AGNI III. Jane's Defence Weekly. 28/04/2008.
Disponível em: www.janes.com
- INDIA SEEKS TO COUNTER CHINA WITH STRENGTHENED BORDER PRESENCE. Jane's Defence Weekly. 02/04/2008. Disponível em: www.janes.com
- INDIA TESTS-FIRES PRITVHI 2 BALLISTIC MISSILE. Jane's Defence Weekly. 09/05/2008.
Disponível em: www.janes.com.
- INDIA, 2002-2003. Annual Report-Ministry of Defence, Government of India
- INDIA, 2004-2005. Annual Report-Ministry of Defence, Government of India
- INDIA, CHINA TO DOUBLE TRADE TO \$40 BN BY '10. Jane's Defense Weekly, 21 de Novembro de 2006. Disponível em: www.janes.com
- INDIA: COMPETING FOR ACCES TO AFRICAN RESSOURCES; 08 de abril de 2008; Stratfor.
Disponível em: www.stratfor.com
- INDIA: COMPETING FOR ACCESS TO AFRICAN RESSOURCES. The Economist, 10/04/2008.
Disponível em: www.economist.com
- INDIA: RUMBLING IN THE BORDER WITH CHINA. Jane's Defence Weekly. 13/12/2007.
Disponível em: www.janes.com
- INDIA'S EXERCISES IN SRATEGIC RELATIONS. Jane's Foreign Report. 23/08/2007.
Disponível em: www.janes.com
- INDIA'S "LOOK EAST" POLICY: MORE THAN ECONOMICS. Stratfor, 20 de Novembro de 2002. Disponível em: www.stratfor.com
- INDIA'S COMPETITION FOR ENERGY. Jane's Foreign Report, 14 de Julho de 2006. Disponível em: www.janes.com
- INDIA'S EXERCISE IN STRATEGIC RELATIONS. Jane's Foreign Report. 23 de Agosto de 2007.
Disponível em: www.janes.com
- INDIA-CHINA TIES AT CROSSROADS. Jane's Defense Weekly, 20 de Novembro de 2006.
Disponível em: www.janes.com
- INDIAN DEFENCE MINISTER CALLS FOR INCREASED MILITARY EXPENDITURE. Jane's Defence Weekly, 12/06/2008. Disponível em: www.janes.com
- INDIAN SOURCES REPORT CROSS-BORDER INCURSIONS BY CHINA. Jane's Defence Weekly. 10/04/2008. Disponível em: www.janes.com
- INSAR Research Staff. *India's Security and Foreign Policy Initiatives*. IN: KUMAR, Satish. India's National Security, Annual Review. India Research Press, 2004. Nova Déli. 570 pp. – 190-204
- JANE'S – China Country Profile (2008). Disponível em: www.janes.com

- JANE'S – India Country Profile (2008) Disponível em: www.janes.com
- JANE'S INDUSTRY QUARTERLY. Vol 1, No 1. July 2008. Disponível em www.janes.com.
- JAPAN, INDIA LOOKING TO COUNTER CHINA. Jane's Defense Weekly, 11 de Dezembro de 2001. Disponível em: www.janes.com
- JERVIS, Robert. (2003). *Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate*. In.: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Apraising the field*. Cambridge: BCSIA, 2003. pp. 277-309.
- JOINT EXERCISES ARE LATEST INDIA-CHINA INITIATIVES. Jane's Defence Weekly, 12 de novembro de 2008. Disponível em: www.janes.com
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Campus. 2002, 675 p. 14 ed.
- KUGLER, Jacek & LEMKE, Douglas. (2000). The Power Transition Research Program. In.: MIDLARSKY, Manus. [ed.]. *Handbook of War Studies II*. Ann Arbor-MI, University of Michigan Press, 2000. pp.:129-163)
- KUMAR, Satish. *India's National Security*, Annual Review. India Research Press, 2004. Nova Déli. 570 pp.
- KUMARASWAMY. P. R. *India's Energy Cooperation with China: The Slippery Side*. China Report 43, 3 (2007): 349-352
- LAFARGUE, François. *L'Inde en Afrique: logiques et limites d'une politique*. Afrique Contemporain, n 217, 206.
- LALL, Marie. *Indo-Myanmar Relations in the Era of Pipeline Diplomacy*. Contemporary Southeast Asia. Vol 28, N 03(2006), pp 424-46
- LALL, Rollie. *Understanding China and India*. Security Implications for the United States and the World. Westport. Praeger Security International; 2006. 178p.
- LOUNEV, Sergey. *Russian-Indian Relations in Central Asia*. IN: AZIZIAN, Rouben; (Org) VAN WIE DAVIES, Elizabeth (Org). *Islam, Oil and Geopolitics in Central Asia After September 11*. Maryland, Rowman and Littlefield, 2007.
- MARTINS, José Miguel Quedi. *Digitalização e guerra local : como fatores do equilíbrio internacional*. 2008. 327 f. : il. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2008. Ori.: Cepik, Marco Aurelio Chaves.
- MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York. Norton, 200, 555p.
- MINGST, Karen. *Essentials of International Relations*. Norton, 2001, 314p.
- MOHAN, Raja. *India is a surprising new actor in the unfolding security politics in East Asia*. ISN Security Watch 2007. Disponível em www.isn.ethz.ch.

- _____. *Missile Envy*. ISN Security Watch, 2007. Disponível em www.isn.ethz.ch.
- _____. *Japan and India: The making of a new alliance?* RSIS 2007. Disponível em www.rsis.edu.sg.
- _____, MUNI, S.D. *Emerging Asia; India's options*. International Studies, 2004, 41.
- MWEGA, Francis. 2007. *China, India and Africa: Prospects and Challenges*. In African Development Bank International Conference on Accelerating **Africa's** Development Five Years into the Twenty-First Century. Disponível em: www.afdb.org/pls/portal/url/ITEM/22FF6D2A4231DE42E040C00A0C3D37B0 -
- OLIVEIRA, Lucas. *Petróleo e segurança internacional : aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana*. 2007. 185 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2007. Ori.: Cepik, Marco Aurelio Chaves.
- PANIKKAR, Kavalan Madhava. Trad : Salles, Nemésio. Carpeaux, Otto Maria. *A dominação ocidental na Ásia : o século XV aos nossos dias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 502 p
- PAUTASSO, Diego. *A China na transição do sistema mundial : suas relações com EUA e Índia*. 2006. 122 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2006. Ori.: Cepik, Marco Aurelio Chaves.
- PELLETIER, Phillipe (Org). *Géopolitique de l'Asie*. Paris ; Nathan, 2006.
- PINTO, Paulo. *China e Índia – emergência e impacto cultural*. (2007). RBPI, vol 50, no 2.
- RAJAIN, Arpit. *Nuclear Deterrence in Southern Asia. China, India and Pakistan*. Sage Publications, Nova Déli. 2007. 495pp
- RAJAMONY, Venu (2002) *India-China-U.S. Triangle: A 'Soft' Balance of Power System in the Making*. Centre for International and Strategic Studies. New Delhi.
- ROUL, Animesh. *India, China: Read between the (border) lines*. ISN Security Watch, 2007. Disponível em www.isn.ethz.ch
- RUSSIA AND INDIA EYE UP CHINESE POTENTIAL. Jane's Foreign Report. 20 de Novembro de 2007. Disponível em: www.janes.com
- RUSSIA, CHINA: COMPETING VISIONS OF THE SCO. Stratfor, 28 de agosto de 2008. Disponível em: www.stratfor.com
- SAKHUJA, Vijay. *The Shifting Geopolitical System in the Asia-Pacific: An Indian Perspective*. (2006). Institute of Southeast Asia Studies.
- SCHWELLER, Randall. *Unanswered Threats. Political Constraints on the Balance of Power*. Princeton University Press, 2007.
- SEN, Amartya. *The argumentative Indian*. Penguin Books, 2005, 409 pg.

- SHAOLEI, Feng. *Chinese-Russian Strategic Relations: The Central Asian Angle*. IN: AZIZIAN, Rouben; (Org) VAN WIE DAVIES, Elizabeth (Org). *Islam, Oil and Geopolitics in Central Asia After September 11*. Maryland, Rowman and Littlefield, 2007.
- SIDHU, Waheguru & YUAN, Jing-dong. (2003). *China and India. Cooperation or Conflict?* India Research Press, New Delhi.
- SINO INDIAN TALKS FAIL TO REACH AGREEMENT. Jane's Foreign Report. 06/12/2008. Disponível em: www.janes.com
- SINO-PAKISTAN PORT RIPPLES SURFACE TENSION. Jane's Defense Weekly, 29 de Março de 2007. Disponível em: www.janes.com
- SINO-RUSSIAN DIFFERENCES OVER CENTRAL ASIA PERSIST. Jane's Foreign Report. 30 de Agosto de 2007.
- SURI, R.B. *India's Maritime Security*. IN: KUMAR, Satish. *India's National Security, Annual Review*. India Research Press, 2004. Nova Déli. 570 pp. 237 -248.
- SWAINE, Michael ; TELLIS, Ashley. *Interpreting China's Grand Strategy, Past, Present and Future*. RAND, Santa Monica, 2000, 283 pag.
- UNCTAD. *Asian Foreign Direct Investment in Asia*. Genebra 2007; pp 212.
- US-INDIA NUCLEAR DEAL: REGIONAL SECURITY IMPLICATIONS IN ASIA. Jane's Defence Weekly. 01/01/2006. Disponível em: www.janes.com
- VIEIRA, Maíra Baé Baladão. *Relações Brasil-Índia (1991-2006)*. 2007. 225 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2007. Ori.: Cepik, Marco Aurelio Chaves.
- VIZENTINI, P. G. F. ; RODRIGUES, G. . *O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos: desenvolvimento e diplomacia na Ásia Ocidental Contemporânea*. 1. ed. Porto Alegre: Novo Século, 2000. v. 01. 202 p
- _____ (Org), WIESEBRON, Marianne (Org.). *Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- _____. *Relações Internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes, 2007
- WALTZ, Kenneth M. (1979). *Theory of International Politics*. Reading, Addison-Wesley Publishing Company.
- _____ (2000). "Structural Realism after the Cold War." *International Security* 25(1): 5-41.
- _____ (1993). "The Emerging Structure of International Politics". *International Security*, 18 (2), Fall, 322-345.
- WEATHERBEE, Donald. *International Relations in Southeast Asia. The Struggle for autonomy*. Rowman & Littlefield Publishers. Oxford. 2005, 306p.

- WIRTZ, James ; PAUL, T.V; FORTMANN, Michel. *Balance of Power. Theory and Practice in the 21st century*. Stanford University Press, Stanford. (2007).
- WOHLFORTH, William C. (2004). Revisiting Balance of Power Theory in Central Eurasia. In.: PAUL, T. V.; WIRTZ, James J. & FORTMANN, Michel. *Balance of Power, Theory and Practice in the 21st Century*. Stanford: Stanford University Press, 2004. pp. 214-238.
- WU, Kang. *China's Energy Interests and Quest for Energy Security*. IN: AZIZIAN, Rouben; (Org) VAN WIE DAVIES, Elizabeth (Org). *Islam, Oil and Geopolitics in Central Asia After September 11*. Maryland, Rowman and Littlefield, 2007.
- YINHONG, Shi. *Great Power Politics in Central Asia Today: A Chinese Assessment* Shi Yinhong. IN: AZIZIAN, Rouben; (Org) VAN WIE DAVIES, Elizabeth (Org). *Islam, Oil and Geopolitics in Central Asia After September 11*. Maryland, Rowman and Littlefield, 2007.
- YINZENG, Geng. *Deep Footprints of Odissey: Chinese Sources of India – China Civilisational Dialogue*. China Report 42: 2 (2006).
- YUAN, Jing–Dong. (2007). *The Dragon and the Elephant: Chinese-Indian Relations in the 21st Century*. The Washington Quarterly; 30:3 pp.131-144.